



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO-
AMBIENTE**

SUELLEN BARBOSA MACHADO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E TURISMO: A RELAÇÃO ENTRE A
COMUNIDADE E A REDE DE RESORTS VILA GALÉ NO NORDESTE
BRASILEIRO**

FORTALEZA

2019

SUELLEN BARBOSA MACHADO

RESPONSABILIDADE SOCIAL E TURISMO: A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE
E A REDE DE RESORTS VILA GALÉ NO NORDESTE BRASILEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Proteção Ambiental e Gestão de Recursos Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M134r Machado, Suellen Barbosa.

Responsabilidade social e turismo: a relação entre a comunidade e a rede de resorts Vila Galé no nordeste brasileiro. / Suellen Barbosa Machado. – 2019.
135 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

1. Responsabilidade Social. 2. Comunidade. 3. Resorts. I. Título.

CDD 333.7

SUELLEN BARBOSA MACHADO

RESPONSABILIDADE SOCIAL E TURISMO: A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE
E A REDE DE RESORTS VILA GALÉ NO NORDESTE BRASILEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Proteção Ambiental e Gestão de Recursos Naturais.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correa Dantas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª Drª Larissa da Silva Ferreira Alves
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento não poderia deixar de ser a Deus, por pensar nos fatos e pô-los como se fossem coincidências, me fazendo chegar até aqui. Em plano terreno, meu maior agradecimento se dispende aos meus pais, Geraldo e Edileusa e minha irmã Suiane, por fazer desse trabalho um sonho tão deles quanto meu.

Aos meus grandes professores Dr. Eustógio Wanderley Correa Dantas, por além de ser uma grande fonte de inspiração, ter despendido tanto zelo em suas orientações valiosas e me deixar ensinamentos que levarei por toda uma vida, e meu meu mentor intelectual Dr. José Lidemberg Sousa Lopes, pelos conselhos, carinho e amizade pessoal.

Aos professores componentes da banca, Professora Dra. Iara Rafaella e Professor Dr. Alexandre Queiroz, por dispender tempo para leitura e contribuições para este trabalho desde o processo de qualificação, e a Professora Prof^a Dr^a Larissa da Silva Ferreira Alves fundamental presença da defesa deste trabalho.

A todos os entes entrevistados na pesquisa, por todo o apoio, conversa, colaboração e fino trato, além dos especiais Carolina Taveira, amiga constante e paciente e Daniel Lopes, amigo fundamental durante o processo produtivo.

Aos professores e amigos do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pelos ensinamentos e companheirismo ao longo da jornada, as alegrias e desesperos compartilhados, ao sonho vivido junto, as noites sem dormir e o apoio incomensurável, sobretudo na elaboração desse trabalho.

Aos meus colegas de profissão Guias de Turismo, sempre prontos a uma sugestão, sempre inspirados e inspiradores da minha jornada.

A todos aqueles que me ofereceram um ombro amigo, uma palavra de incentivo, um sorriso arraigado de compreensão, e me mostraram de alguma forma, que eu não poderia desistir.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo precioso apoio a essa pesquisa.

“A pesquisa é um compromisso afetivo,
um trabalho ombro a ombro com o sujeito
da pesquisa.”

(Ecléa Bosi, Memória e sociedade).

RESUMO

No final do século XX, o turismo converte-se em uma das atividades econômicas mais importantes do mundo. Rotas começaram a serem traçadas, distâncias pareceram ser encurtadas com a evolução dos meios de transporte e equipamentos de hospedagens ficaram cada vez mais especializados na busca da boa experiência ao turista. Em contrapartida, ao descortinar o cenário paradisíaco de um destino, passou-se a encontrar um rastro de destruição da natureza, com construções irregulares, cursos d'água aterrados, poluição, além de comunidades sendo desapropriadas por não parecer um elemento essencial a estada de um turista. Frente a esse cenário a Responsabilidade Social passou a integrar os domínios públicos no Brasil impulsionada pelo ISO 26000 que a regulamenta e a define como sendo o comportamento empresarial que integra elementos sociais e ambientais que não estão necessariamente contidos na legislação, mas que atendem às expectativas da sociedade em relação a empresa. Ou seja, as empresas devem deixar um legado contínuo para as comunidades nas quais se inserem e suas gerações futuras. Nesse sentido, a pesquisa em questão centra-se na investigação da Responsabilidade Social na rede de resorts Vila Galé em três empreendimentos do litoral nordestino, estando eles situados em Cumbuco-CE, Guarajuba-BA e Cabo de Santo Agostinho-PE, objetivando demonstrar quais as ações de responsabilidade social dos empreendimentos e a satisfação das comunidades frente a elas, em cada município investigado e de maneira mais específica identificar semelhanças e diferenças na responsabilidade social da empresa nos três diferentes estados, avaliar se as ações realizadas são coerentes com as necessidades e realidade da comunidade e por fim, entender quais as possibilidades para melhorias nas práticas socioambientais baseadas nas situações encontradas. Para tal, a pesquisa construiu-se em uma abordagem qualitativa de natureza histórico-estrutural, que possibilita assinalar as causas e consequências dos problemas, suas contradições, relações, qualidades e dimensões quantitativas para o entendimento da realidade, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas junto à gestão de cada empreendimento e comunidade ao seu entorno que findaram por constatar que embora a responsabilidade social seja amplamente difundida, ainda não é de todo fiscalizada, ainda estando muito aquém das necessidades e expectativas da comunidade. Foi constatado ainda, que as ações dispendidas a comunidade não são uniformes nas

localidades, constando distinções nas práticas de ações que findam em construir um turismo de cunho mais sustentável.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Comunidade. Resorts.

ABSTRACT

At the end of the 20th century, tourism became one of the most important activities in the world. Routes began to be drawn, distances seemed to be shortened. With the evolution of the means of transportation, the equipment of lodging became more and more specialized in the search for a good experience to the tourist. On the other hand, in discovering the paradisiacal scenery of a destination, there was a trail of destruction of nature, with irregular constructions, grounded watercourses, pollution, besides being able to be remade because it does not seem an essential element of a stay of a tourist. Against this backdrop, Social Responsibility started to integrate public domains in Brazil, driven by ISO 26000, which regulates it and defines it as corporate behavior that integrates social and environmental elements that are not necessarily contained in legislation, but which meet the expectations of the society in relation to the company. That is, companies must leave a continuous legacy for the communities in which they are inserted and their future generations. In this sense, the research in question focuses on the investigation of Social Responsibility in the network of Vila Galé resorts in three projects of the northeastern coast, being located in Cumbuco-CE, Guarajuba-BA and Cabo de Santo Agostinho-PE, aiming to demonstrate the actions of social responsibility of the enterprises and the satisfaction of the communities before them, in each municipality investigated and in a more specific way identify similarities and differences in the company's social responsibility in the three different states, evaluate if the actions carried out are coherent with the needs and realities of the communities and finally, understand the possibilities for improvements in socio-environmental practices based on the situations encountered. For this, the research was built on a qualitative approach of a historical and structural nature, which makes it possible to identify the causes and consequences of the problems, their contradictions, relations, qualities and quantitative dimensions for the understanding of reality, by conducting semi-structural interviews with the management of each enterprise and community to its surroundings that ended up noting that although social responsibility is widely diffused, it is not yet fully supervised, still being far below the needs and expectations of the Community. It was also verified that the actions expended to the community are not uniform in the localities, and there are distinctions in the practices of actions that end in constructing more sustainable tourism.

Keywords: Social Responsibility. Community. Resorts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Localização dos empreendimentos pesquisados	26
Figura 2	– Localização do município de Caucaia e da praia de Cumbuco	49
Figura 3	– Trechos do Eixão das Águas	51
Figura 4	– Vista aérea de todo o complexo do Vila Galé Cumbuco, Cumbuco, Ceará	52
Figura 5	– Trecho da rodovia BA-099 entre as localidades de Guarajuba e Praia do Forte	53
Figura 6	– Vista aérea do resort Vila Galé Marés, Guarajuba-BA	56
Figura 7	– Intervenções educativas do Projeto Tamar nas dependências do resort	57
Figura 8	– Vista aérea do Vila Galé Eco Resort do Cabo	60
Figura 9	– Rodovia entrecortada pelo campo de dunas no caminho do empreendimento	62
Figura 10	– Mosaico de Imagens do PMAHC	65
Figura 11	– Mosaico das setes casas fruto das desapropriações	68
Figura 12	– Interação entre recém-contratado do Vila Galé Marés e integrantes do Programa Jovem Aprendiz	71
Figura 13	– Estrutura em madeira e cordas ligando o empreendimento a zona de praia	74
Figura 14	– Placas educativas espalhadas pela área demarcada de proteção do empreendimento	75
Figura 15	– Área de demarcação entre o empreendimento e o mar	75
Figura 16	– Apartamentos mais próximos ao mar	76
Figura 17	– Mosaico de imagens turistas e funcionários participando da Ação Praia Limpa	77
Figura 18	– Mosaico de imagens Horta Pedagógica	80

Figura 19 – Placa Solar instalada no telhado do spa	81
Figura 20 – A esquerda placa indicativa da área de proteção ambiental e a direita veículo utilizado pelo empreendimento	83
Figura 21 – Ninho de tartaruga ao longo da caminhada ecológica	84
Figura 22 – Horta cultivada no interior do empreendimento	85
Figura 23 – Pórtico de iluminação artificial nas dependências do resort	86
Figura 24 – Projeto Horta nas Escolas	87
Figura 25 – Mosaico de imagens do quintal ecológico	88
Figura 26 – Materiais reciclados na praça ecológica	89
Figura 27 – Imagem explicativa do acesso pós-construção do espigão	92
Figura 28 – Folder de divulgação do campeonato no ano de 2018	96
Figura 29 – Participação da comunidade de Cumbuco no I'm a trash Hero	97
Figura 30 – Feirinha de artesanato nas dependências do resort	100
Figura 31 – Feirinha de artesanato do Vila Galé Eco Resort do Cabo	102
Figura 32 – Jovens do Instituto Imbassaí em auxílio a associação de costureiras	105
Figura 33 – Estação de tratamento de água e esgoto do resort	107
Figura 34 – Triagem de materiais para reciclagem dentro do Eco Resort	110
Figura 35 – Central de Tratamento de Resíduos dentro do Resort	111
Figura 36 – Espécie arbórea Casuarina Equisetifolia nas proximidades do resort	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Oferta hoteleira das capitais do Nordeste-2002/2009	31
Tabela 2 – Síntese dos fatores avaliados para certificação de Eco-Hotel	44
Tabela 3 – Certificações da Rede Vila Galé	47
Tabela 4 – Propostas específicas para a comunidade de Cumbuco- TMUT	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADESC	Associação de Desenvolvimento Sócio Educativo e Cultural da Bahia
AID	Área de Influência Direta
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CST	Certification for Sustainable Tourism
GRI	Global Reporting Initiative
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
NEAP	Nature and Ecotourism Accreditation Programme
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não- Governamental
PCAP	Programa Compensação da Atividade de Pesca
PEA	Programa de Educação Ambiental
PEAT	Programa Educação Ambiental para os Trabalhadores
PMAHC	Parque Municipal Armando Holanda Cavalcanti
PROALCOOL	Programa Nacional de Álcool
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral
PRODETUR-NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
SEDUR	Secretária de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Bahia
SETUR	Secretária do Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
RSE	Responsabilidade Social Empresarial

TMUT	Terminal de Múltiplo Uso do Porto de Pecém
TS-EP	Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza
UFC	Universidade Federal do Ceará
UHs	Unidades Habitacionais
VG	Vila Galé
VARIG	Viação Aérea Rio Grandense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	PERCURSOS METODOLÓGICOS	24
3	A DESCOBERTA TURÍSTICA DO NORDESTE BRASILEIRO	28
3.1	O turismo em resorts no Brasil	31
4	RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEUS INDICADORES PARA APLICABILIDADE	36
4.1	O Brasil no cenário da responsabilidade Social: Instituto Ethos e ISO 2600	38
4.1.1	<i>ISO 2600</i>	39
4.2	Responsabilidade social e o turismo	42
5	A REDE VILA GALÉ E SEUS PANORAMAS SUSTENTÁVEIS	45
5.1	Caracterização da Área dos Empreendimentos Estudados	48
5.1.1	<i>Vila Galé Cumbuco-CE</i>	48
5.1.2	<i>Vila Galé Marés-BA</i>	52
5.1.3	<i>Vila Galé eco Resort do Cabo-PE</i>	57
5.2	Processo de Implantação	61
5.2.1	<i>A comunidade e o processo de implantação</i>	65
5.3	Colaboradores	68
5.3.1	<i>A comunidade e os colaboradores</i>	72
5.4	O desenvolvimento do turismo socialmente responsável por meio do empreendimento	73
5.4.1	<i>Visão comunitária quanto ao desenvolvimento do turismo socialmente responsável por meio dos empreendimentos</i>	89
5.5	Concessões de maneira direta as comunidades	93
5.5.1	<i>Necessidades comunitárias frente as concessões de maneira direta</i>	94
5.6	Valorização Cultural por parte dos resorts	98
5.6.1	<i>A comunidade e o olhar sobre a Valorização Cultural</i>	102
5.7	Práticas de Gestão Ambiental dos Resorts	107
5.7.1	<i>Alterações dos Aspectos Físicos com a presença do empreendimento sob o olhar das comunidades</i>	111

6	CONCLUSÃO	113
6.1	Sugestões Comunitárias para a responsabilidade social do empreendimento	116
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	125
	APÊNDICE B – ENTREVISTA DESTINADA AOS GESTORES DO EMPREENHIMENTO	129
	APÊNDICE C – ENTREVISTA DESTINADA AS LIDENÇAS COMUNITÁRIAS	132
	ANEXO A – TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	133
	ANEXO B – OPINÁRIO VILA GALÉ STAR	134
	ANEXO C – REGULAMENTO PROGRAMA INOVA E GANHA	135
	ANEXO D – LICENÇA AMBIENTAL VILA GALÉ GUARAJUBA	136

1 INTRODUÇÃO

Por vezes, a problemática de uma pesquisa acadêmica, justifica-se pela trajetória de vida do pesquisador. Guardo na memória que aprendi a ler em um Atlas. Era um daqueles antigos, que além de mapas, trazia também, em ordem alfabética, os países, suas bandeiras e a rápida descrição de suas características monetárias, econômicas e paisagísticas. Era tão pequena que não conseguia manuseá-lo a menos que estivesse com meus cotovelos vermelhos da posição desfavorável de tentar entendê-lo. Ali eu já sonhava. Mais do que conhecer todos aqueles países, talvez o que mais me seduzisse fosse a vontade de contar tudo àquilo que aprendia sobre os lugares distantes para outras pessoas.

Por sempre fazer uma opção clara pelas minhas paixões, tornei-me Guia de Turismo para realizar o sonho de falar sobre os lugares, e escolhi cursar Geografia, na graduação, para entender em amplitude sobre as paisagens que se tornaram meu instrumento de trabalho. Comecei a trabalhar em uma empresa que possuía um quiosque de venda de passeios dentro do resort Vila Galé Cumbuco, estabelecido em um município da Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará.

Ao estar em contato direto com o empreendimento, passei a ter curiosidade sobre como se dava a relação do resort com a comunidade, já que o via sempre tão restrito a hóspedes e funcionários, logo, o presente trabalho decorre do interesse pessoal pelo fenômeno turismo em resorts enquanto prática científica e as possíveis problemáticas socioambientais a ele associadas.

Sistematizado enquanto prática consolidada e atividade econômica das mais expoentes da sociedade capitalista moderna, o turismo surge, sobretudo, da necessidade de usufruto do tempo livre humano, que descortina uma série de bens e serviços a ele associados, e que passou a estabelecer um de seus cenários mais usuais: a zona costeira.

De acordo com Cruz (2007), o turismo é uma prática social e uma atividade econômica que se impõe aos lugares, mas que não se dá em uma tábula rasa, sobre espaços vazios e sem donos.

Além dessa premissa, as zonas costeiras estão incluídas entre os ambientes mais dinâmicos existentes no planeta. Quando uma determinada área com essas características passa a receber uma considerável especulação turístico-imobiliária, podem-se acarretar diversos problemas socioambientais para a área,

como a perda da vegetação original e conseqüentemente de solos férteis, a contaminação hídrica e um recuo da linha da costa, além da expulsão de munícipes, que não adaptados à dinâmica turística local, terminam por vender suas residências e dar espaço a novas comunidades que descaracterizam o pertencimento original com a área.

Tendo em vista essas problemáticas, começa-se a pensar no Brasil e no mundo, em táticas para que as empresas possam minimizar os efeitos de suas instalações e permanência nas áreas nas quais elas se estabelecem, nascendo assim a chamada responsabilidade social, que, segundo Toldo (2002), são as estratégias pensadas para orientar as ações das empresas em consonância com as necessidades sociais e ambientais, de modo que a empresa garanta, além do lucro e da satisfação dos seus clientes, o bem estar da sociedade. Ainda no que diz respeito à definição, Figueira e Dias (2011, p.51), afirmam que

Responsabilidade Social Empresarial é o comprometimento permanente dos empresários no que respeita à adoção de um comportamento ético, contribuir para o desenvolvimento sustentável, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida dos seus empregados e das suas famílias, da comunidade local, da sua envolvente natural e da sociedade como um todo, incluindo nessa perspectiva tanto as gerações actuais como as futuras.

Compreender a responsabilidade social dentro do panorama da prática turística é lidar com um fenômeno dual. Se por um lado estar próximo a natureza se traduz em luxo e requinte de construções *water front*¹, por outro paga-se um alto valor ambiental que necessita ser revertido em benesses para a comunidade a posteriori. Para descortinar o fio condutor dessa dualidade, foram escolhidos para essa investigação os resorts, que de acordo com o Ministério do Turismo são equipamentos com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento, da rede portuguesa Vila Galé, localizados no Nordeste brasileiro.

A rede integra o ranking das 200 maiores empresas hoteleiras a nível mundial e iniciou sua atuação no Brasil em 2001 com o hotel Vila Galé Fortaleza. Hoje a empresa conta com oito empreendimentos hoteleiros no Brasil e um em

¹ Frente ao mar.

construção², dos quais cinco se concentram no nordeste brasileiro, sendo três deles na categoria resorts, localizados em Camaçari-BA, Cabo de Santo Agostinho-PE e Cumbuco-CE, que foram os três estabelecidos para realização dessa pesquisa.

O objetivo geral pauta-se em demonstrar quais as ações de responsabilidade social dos empreendimentos e a satisfação das comunidades frente a elas, em cada município investigado. Decorre desse objetivo, de maneira mais específica, identificar semelhanças e diferenças na responsabilidade social da empresa nos três diferentes estados; avaliar se as ações realizadas são coerentes com as necessidades e realidade da comunidade e, por fim, entender quais as possibilidades para melhorias nas práticas socioambientais, baseadas nas situações encontradas. A grande hipótese que rege essa pesquisa é que a responsabilidade social praticada pela empresa não condiz com as necessidades reais da comunidade e nem se dá de maneira uniforme nas três diferentes localidades.

Para realizar essa pesquisa foi necessária uma revisão bibliográfica para aprofundar o entendimento de autores que pautaram suas pesquisas em temáticas que abordam conceitos relacionados ao turismo e seus empreendimentos, tais como Pires (2002); Ignarra (2002) e Cruz (2007), com destaque aos resorts e seu surgimento no Brasil; Borba (2005), a estruturação do litoral nordestino e como esses empreendimentos vieram ali se instalar; Dantas (2002, 2009, 2017); Pereira (2014); Coriolano (2014); e a responsabilidade social no turismo com suas práticas exitosas e possibilidades a serem desenvolvidas em Figueira e Dias (2011).

A abordagem escolhida para execução da pesquisa foi a qualitativa de natureza histórico-estrutural, que se adequa às necessidades de um estudo comparativo por conforme Triviños (2011), empregando um método dialético que visa abordar tanto um panorama histórico do objeto estudado quanto sua posterior estruturação, viabilizando assim, a partir do confronto dos dados obtidos no estudo realizado, descortinar as causas e consequências dos possíveis problemas a serem encontrados, bem como suas diferenciações, contradições, relações, qualidades, dimensões quantitativas (se houver), findando no processo de reflexão da realidade.

Para a coleta de dados, foram realizados trabalhos em campo, destinando três dias de estada em cada empreendimento e dois dias nas comunidades ao

² Vila Galé Touros, inaugurado em 2018, enquanto a pesquisa já estava em andamento.

entorno, para a realização tanto do reconhecimento do objeto de estudo, quanto para aplicação de entrevistas semiestruturadas junto à gestão dos empreendimentos e comunidade de cada um deles. Para Fonseca (2002), a vantagem desse instrumento é permitir compreender a realidade de forma rápida, por isso é um tipo de pesquisa bastante utilizada em trabalhos exploratórios e descritivos, conforme o estudo em questão. Houve também o registro fotográfico das localidades, e fez-se uso da pesquisa documental, que corroboraram para o enriquecimento dialético da pesquisa.

Como resultados preliminares, foi constatado que a responsabilidade social ainda não é fiscalizada no empreendimento, porém existem ações socioambientais desenvolvidas pelo resort, mas que não acontecem de maneira uniforme nas três localidades.

A partir do conjunto de dados reunidos, a pesquisa estrutura-se em seis diferentes capítulos: sendo eles: A descoberta turística do Nordeste brasileiro; Responsabilidade social e seus indicadores para aplicabilidade; A rede Vila Galé e seus panoramas sustentáveis, além de introdução, percursos metodológicos e conclusão.

O capítulo intitulado “Percursos Metodológicos”, versa sobre todo o caminho percorrido para se desenvolver a pesquisa, bem como as bases teóricas que a fundamentam e os métodos de coleta e análise de dados escolhidos.

O terceiro capítulo, intitulado “A descoberta turística do Nordeste brasileiro”, aborda, partindo das contribuições de Dantas (2002, 2009, 2017), Coriolano (2014) e Pereira (2014), explicações para o fato de como o Nordeste brasileiro, que antes se associava a uma imagem que refletia a seca e suas mazelas, se transforma em um Nordeste turístico, palco do interesse de viajantes e empreendedores, que lançam seus tentáculos, metropolizando o litoral com os mais suntuosos equipamentos. Por fim, no subcapítulo “O turismo em resorts no Brasil” realiza-se uma discursão conceitual, além de descortinar como veio a firma-se essa modalidade de equipamento, sobretudo em solo nordestino.

O quarto capítulo versa sobre a temática “Responsabilidade Social e seus indicadores para aplicabilidade”, juntamente com seus subcapítulos “O Brasil no cenário da responsabilidade Social: Instituto Ethos e ISO 2600”, “ISO 2600” e “Responsabilidade social e o turismo”, abortam um panorama histórico e conceitual a respeito do surgimento dessa prática na sociedade como um todo, a certificação

internacional (ISO 2600) e a organização brasileira frente a necessidade de adequação empresarial, administrada pelo Instituto Ethos e a correlação da RSE com a prática turística.

Já o quinto capítulo, que se intitula “A rede Vila Galé e seus panoramas sustentáveis”, traz a priori, os resultados obtidos na pesquisa *in lócus*, onde é feita uma contextualização das localidades onde cada um dos empreendimentos estudados está inserido, bem como é feita uma descrição de sua estruturação física. Em seus subcapítulos, abordam-se as implicações decorrentes das entrevistas realizadas tanto com os gestores do empreendimento, quanto com a comunidade. Assim, esse capítulo se organiza a partir de 6 variáveis distintas que foram analisadas, tanto em entrevistas na comunidade quanto no empreendimento, sendo elas: 1. Processo de Implementação; 2. Colaboradores; 3. O desenvolvimento do turismo socialmente responsável pelos empreendimentos; 4. Concessões de maneira direta as comunidades; 5. Valorização Cultural e 6. Práticas de Gestão Ambiental nos Resorts.

Por fim, a conclusão sistematiza todas as constatações obtidas, bem como elenca as possibilidades de melhoramento das práticas decorrentes da relação empreendimento-comunidade, baseadas nas demandas surgidas quando em *lócus*.

Essa pesquisa se faz relevante pela temática da responsabilidade social e turismo poder gerar possíveis benesses para as localidades nas quais são operadas, sobretudo no recorte dos resorts, e pelo fato da Rede Vila Galé advir do país europeu Portugal, sendo neste continente muito premiado com galações de sustentabilidade. O fato de descobrir se as políticas de responsabilidade socioambiental se estenderam também para o Nordeste do Brasil, onde a rede se mostrou mais expoente, é interessante para se traçar comparações. Por isso, a pesquisa se estendeu pelos três distintos estados que atualmente contemplam a presença da rede, para fomentar o entendimento do que diz respeito a fiscalização, demandas e ações distintas em cada um.

Faz-se ainda relevante, pois poderá vir a servir como base fundamentadora e instrumento para uso tanto do empreendimento, no que diz respeito ao entendimento dos anseios e necessidades da comunidade, quanto dessa população que vive no entorno desses resorts, mas que não tem propriedade conceitual do que vem a ser essa responsabilidade social, para que se possam

elaborar políticas futuras que visem viabilizar e agregar a luta por uma prática turística pautada no trinômio: conservação ambiental, resgate cultural e inclusão social.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A abordagem escolhida para execução da pesquisa foi à qualitativa, que conforme Bogdan e Biklen (1994) viabiliza ao pesquisador recolher dados descritivos a partir do contato direto com o universo estudado, os fenômenos sociais e o próprio contexto dos sujeitos da realidade investigada. Fazendo uso do referido método, é possível compreender de maneira mais ampla as diferentes situações e realidades interconectadas com o objeto de pesquisa em questão.

Quanto à natureza, desenvolveu-se na modalidade pesquisa aplicada, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009), os objetivos estão destinados a gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

O objetivo central da pesquisa pautou-se através de uma caracterização descritiva do que foi coletado, que conforme Gerhardt e Silveira (2009), serve para evidenciar as características do objeto em estudo, estabelecendo correlações, definindo sua natureza. Não busca explicar os fenômenos que descreve, mas através da caracterização serve de base para estabelecer comparações e entender de forma mais completa a realidade.

O primeiro momento da pesquisa se configurou o período de buscar fazer uma revisão bibliográfica em gabinete, para tentar entender quais materiais já haviam sido confeccionados com referências ao assunto, aos quais destaco leituras tais como, Cruz (2007), que apresenta conceitos históricos do turismo, bem como o estabelecimento do desenvolvimento dessa prática no Nordeste, que intensificou sua atuação a partir dos anos 1990, por meio de um programa federal e sua política pública, voltada à produção do espaço, sobretudo litorâneo, para o turismo, que é o caso do Prodetur-NE (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste).

Outros autores essenciais para o entendimento do Nordeste brasileiro e sua metropolização são: Coriolano (2014), Dantas (2009) e Pereira (2014), que debruçam seus estudos em uma construção histórica de como um Nordeste cuja imagem antes se refletia sobre a seca e as mazelas se transforma em um Nordeste turístico, palco do interesse de viajantes e empreendedores, que lançam seus tentáculos metropolizando o litoral com os mais suntuosos equipamentos. Baseado nesses autores, se descobre que a costa da Bahia possui bem mais resorts que a

costa do Ceará, a exemplo. Aqui é onde se percebe as primeiras cisões quanto a presença de resorts e as possíveis práticas sustentáveis também divergentes.

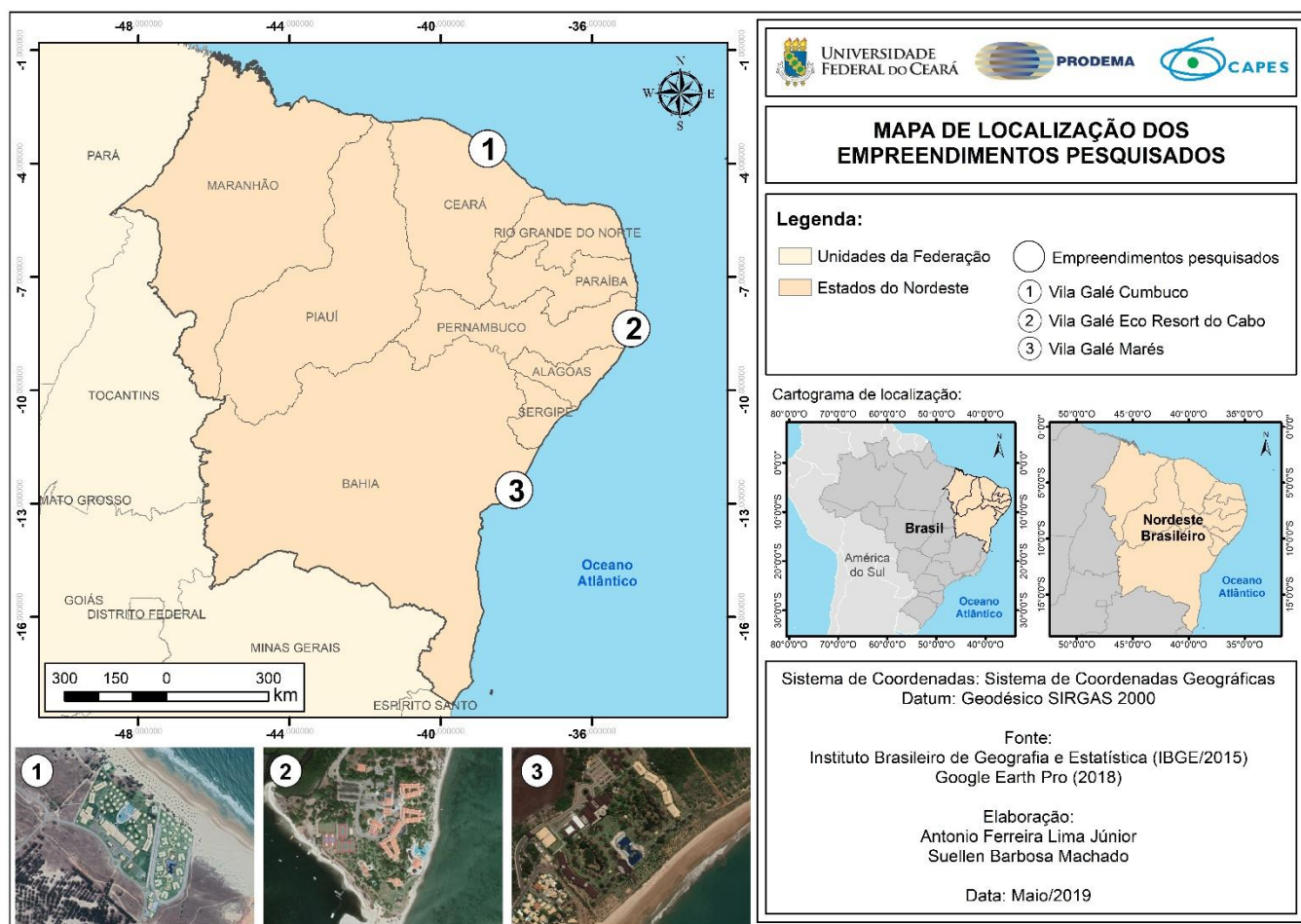
No que diz respeito à temática da responsabilidade social no turismo, é essencial uma revisão dos autores Figueira e Dias (2011). Além de apresentar conceitos e aplicá-los ao turismo, ainda apresentam em sua obra, práticas dessa responsabilidade tanto em Portugal, visto que Figueira é português, quanto no Brasil, tornando-se assim uma leitura essencial e basilar para a proposta do trabalho. A base teórica da responsabilidade social foi fundamentada a partir da ISO 26000, norma internacional da responsabilidade social e do Instituto Ethos, entidade brasileira responsável por esse panorama. Baseado nas leituras dos regimentos e indicadores, foram elaboradas as perguntas tanto para os gestores quanto para a comunidade.

Além das leituras específicas da área, se fez necessárias leituras que esclareçam sobre os métodos e técnicas a serem utilizados em uma pesquisa, destacando-se a obra de Triviños (2011), que se debruça sobre a estrutura de uma pesquisa nas ciências sociais.

O segundo momento da pesquisa foi o trabalho em campo, que conforme Moresi (2003), possibilita a observação dos fatos conforme sua ocorrência natural, no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno pesquisado, ou onde estão disponíveis elementos para explicá-lo, sendo realizada uma pesquisa de levantamento que, conforme Gonçalves (2005), caracteriza-se por interpelar de maneira direta as pessoas que podem fornecer informações sobre o objeto estudado.

Cada trabalho de campo teve duração de cinco dias, nos quais foi enviado pedidos de autorização junto aos gestores do empreendimento, para entrevistar os responsáveis e participar de atividades que aconteciam junto aos hóspedes. Entrevistas essas, devidamente autorizadas junto ao Comitê de Ética na Pesquisa, sob número de protocolo 96585218.9.0000.5054 (anexo A). Assim, três dias de cada trabalho foram dedicados ao acompanhamento dos resorts. Os outros dois dias, foram dedicados a vivências junto à comunidade, identificando os entes representativos e os entrevistando. Os resorts pesquisados estão alocados em três diferentes estados do Nordeste brasileiro (Figura 1), sendo eles Ceará (Vila Galé Cumbuco), Pernambuco (Vila Galé Eco Resort do Cabo) e Bahia (Vila Galé Marés). Os três foram visitados e as entrevistas foram iguais, buscando uma uniformidade de procedimento.

Figura 1 – Localização dos empreendimentos pesquisados



Fonte: LIMA E MACHADO (2019)

A partir de tais visitas, foi possível reunir alguns documentos tais como o Licenciamento Ambiental, opinário para premiação de colaboradores (anexo B) e regimento da campanha Inova e Ganha (anexo C), além de fotografias diversas. Segundo Pádua (2004), a Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados), e ajudam no embasamento e entendimento do panorama que rege o objeto pesquisado, que colaboraram no acordo mais amplo das diretrizes e ações praticadas no resort.

Quanto aos instrumentos de coleta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (apêndices B e C), que de acordo com Boni e Quaresma (2005) combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, buscando a semelhança a uma conversa informal. As vantagens dessa escolha permeiam a elasticidade quanto à duração, podendo se

estender ou suprimir determinados pontos de acordo com a fruição do diálogo e interação entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo respostas espontâneas e mais próximas ao real.

As entrevistas foram aplicadas a dois gestores de cada um dos empreendimentos e duas lideranças das comunidades as quais os resorts estavam inseridos, buscando levantar informações sobre atividades e ações de responsabilidade social e desvendando a satisfação da comunidade frente ao que era realizado. Também se fez uso de caderneta de campo, para anotações relevantes, gravador de voz, sendo todas as entrevistas gravadas para posteriores consultas e câmera fotográfica para registros visuais.

Assim exposto, o trabalho foi organizado em fundamentação teórica do capítulo 2 ao 4. O capítulo 5 dedicou-se ao objeto da pesquisa e aos resultados obtidos a partir das visitas em campo nos empreendimentos e nas comunidades. Tais resultados, foram organizados dentro de seis variáveis, sendo elas 1. Processo de Implementação; 2. Colaboradores; 3. O desenvolvimento do turismo socialmente responsável pelos empreendimentos; 4. Concessões de maneira direta as comunidades; 5. Valorização Cultural e 6. Práticas de Gestão Ambiental nos Resorts. Assim, cada sub-capítulo apresenta dentro dessas variáveis, os resultados obtidos nas entrevistas na seguinte ordem: Vila Galé Cumbuco, Vila Galé Marés e Vila Galé Eco-Resort do Cabo. Em cada uma das variáveis supracitadas, após a explanação dos resultados elencados junto aos gestores, seguem os dados alcançados nas comunidades, também na ordem: Cumbuco, Guarajuba e Suape. Por fim, o capítulo 6 incumbiu-se de unir os resultados encontrados a partir da conclusão da pesquisa.

3 A DESCOBERTA TURÍSTICA DO NORDESTE BRASILEIRO

Historicamente, a região nordeste foi a primeira a ser efetivamente ocupada pelos portugueses nas incursões ao Brasil, por ali encontrar possibilidades de exploração de produtos rendáveis a coroa portuguesa, tais como o pau-brasil e a cana-de-açúcar. Segundo Baer (1995), embora o território conquistado pelos portugueses a priori fosse imenso, não foi considerado pelos colonizadores como uma dádiva econômica, visto que os espanhóis ao conquistar o México e o Peru, rapidamente encontraram metais preciosos e uma população ampla, estável e bem organizada, do contrário, no Brasil o território era escassamente ocupado por índios e seu primeiro produto de exportação foi a madeira da árvore pau-brasil, responsável inclusive pelo nome do país.

Em segundo momento, começa-se o destaque da exportação do açúcar. Ainda segundo Baer (1995), seu cultivo foi introduzido meados de 1520, trazido por usineiros imigrantes e comerciantes de açúcar vindos de ilhas do Atlântico dominadas por Portugal, sendo produzida, principalmente, próxima a zona úmida litorânea do Nordeste brasileiro, conhecida como Zona da Mata.

Concomitante a esse cenário exportador ocorrido na Zona da Mata em que já ganhavam destaque territórios da Bahia e Pernambuco, Dantas (2002), destaca o papel do Sertão como zona produtora de carne-seca e de outros artigos destinados ao mercado regional, acontecendo em estados como o Ceará, criando um panorama de ocupação distinto, onde cidades interioranas se sobrepõem ao litoral. Enquanto na Zona da Mata se predominava a agricultura, nessas outras paisagens litorâneas a pesca reinava quase que absoluta e a agricultura de subsistência era pouco expoente.

Pode-se resumir que em primeiro momento, temos a configuração de um Nordeste produtor de alimentos, que ainda não descortinou seu potencial enquanto destinação turística. Outro fenômeno concomitante a esse, é aquele abordado por Dantas (2010), da construção de uma imagem no Nordeste que baseava-se na metáfora do sol como sinônimo de semiaridez, sendo por décadas associado como ente representativo da seca. Foram os ideólogos do governo, sobretudo aqueles associados ao Ceará, que corroboram na construção de uma imagem turística do Nordeste a partir de elementos dantes vistos como entraves, a despeito da figura do sol, pois conforme elucida ainda Dantas (2010,p.55),

Anteriormente considerado como adversário, o astro rei torna-se importante aliado ao garantir taxa de umidade ideal, assegurar a constância da fotossíntese favorável a agricultura industrial, possibilitar a geração de energia alternativa, proporcionar brilho ideal para a lente das câmeras e representar uma reserva infinita para o turismo permanente.

Assim sendo, conforme Dantas (2007), o Nordeste brasileiro é marcado por dois quadros simbólicos contraditórios. O primeiro deles está associado a um conjunto de imagens negativas do semiárido em benefício da oligarquia agrária. Já o segundo quadro, este de caráter mais recente, indica novo discurso relacionado à virtualidade dos espaços semiáridos, construindo uma imagem positiva vinculada aos interesses de grupo de empreendedores ligados à agricultura irrigada e ao turismo.

O fio condutor da modificação dessa imagem, parece estar relacionado ao que é apresentado por Dantas (2009), quando relata o surgimento de novos atores regionais, sendo eles, um segmento da elite política que dispunham de forte poder de assimilação e de reprodução, e um pequeno número de empresários e de funcionários da administração pública. Esses agentes começam a propagar benesses tais como natureza prodigiosa e localização privilegiada em face do mercado internacional, e o semiárido dantes visto como um palco da fome e da miséria, passa a ser visualizado pelo espectro da ausência de chuvas e da taxa de insolação elevada, fatores cruciais primeiro para a capitalização de recursos advindos da União para o setor industrial e depois para o imaginário paradisíaco de uma destinação litorânea.

Conforme o explicitado por Assis (2006), os investimentos públicos voltados com mais exclusividade para o âmbito do turismo no Nordeste, passaram a ganhar destaque a partir da década de 1980, através de uma política com o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral (PRODETURIS). Partindo inicialmente da definição das áreas litorâneas, de acordo com Coriolano (2007), o programa investiu, principalmente, em infraestruturas básicas e zoneamentos turísticos.

Outro grande marco temporal desponta da década de 1990, com segundo Coelho *et all* (2017), o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE I, de execução do Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, em parceria com o Governo Federal, os Governos Estaduais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, representando a convergência de ações para a

realização de investimentos na infraestrutura turística de todos os Estados da Região Nordeste. O objetivo básico do PRODETUR/NE I, conforme seu Regulamento Operativo assinado em dezembro de 1994, Brasil (2008 p.6), foi:

... reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional. O Programa pretende prover de infraestrutura básica e serviços públicos, áreas atualmente de expansão turística e onde a capacidade do Estado não acompanhou a demanda por tais serviços; os investimentos beneficiarão principalmente a população de baixa renda das áreas selecionadas. Assim, com a melhoria das condições das áreas turísticas, busca-se também atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão, gerando oportunidade de emprego e aumentos dos níveis de renda e das receitas públicas.

Conforme Pereira (2014), esse investimento, a partir do programa, incorpora as zonas de praia dos municípios litorâneos à lógica de valorização turística, corroborando para tornar as capitais nordestinas pontos de recepção e distribuição do fluxo turístico.

Um exemplo clássico da modificação da visão de nordeste produtor de alimentos para oásis turístico é aquele elucidado por Andrade *et all* (2003), quando se refere a consolidação entre as décadas de 90 e 2000, do Complexo Turístico Costa do Sauípe, no litoral da Bahia.

A partir dos incentivos advindos com o PRODETUR, a dantes Fazenda Sauípe, de propriedade da Odebrecht S.A., em cujo interior foi implantado o Projeto Costa do Sauípe, caracterizava-se pelo predomínio de atividades agropecuárias tradicionais, através do uso direto de recursos naturais. Essa zona anteriormente produtora de alimentos, dá espaço a construção de cinco hotéis de nível internacional (Renaissance Costa do Sauípe Resort, Super Clubs Breezes Costa do Sauípe, Sofitel Suítes & Resort Costa do Sauípe, Costa do Sauípe Marriott Resort & Spa e Sofitel Conventions & Resort), pousadas temáticas, restaurantes, estrutura esportiva e um centro de entretenimento, sendo seu projeto inicial inaugurado em 2000.

A Costa do Sauípe é um exemplo da expansão turístico-hoteleira ocorrida no Nordeste brasileiro das últimas décadas, que justificam os números apresentados por Freire e Araújo (2011), nos quais a disponibilidade de unidades habitacionais(UHs) nas capitais do Nordeste, saltou de 46.871 UHs em 2002 para 59.889 UHs em 2009, registrando um aumento de 27,8%, ou seja, 13.018 unidades adicionais, conforme Tabela 1.

Tabela 1– Oferta hoteleira das capitais do Nordeste-2002/2009

Capitais	Uhs (Apartamentos)								Var(%)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
São Luis (MA)*	1.946	2.530	2.682	2.842	2.985	3.396	3.443	3.503	80,0
Teresina (PI)*	1.079	1.223	1.416	1.430	1.436	1.494	1.554	1.622	50,3
Fortaleza (CE)	9.903	10.031	10.251	10.407	10.394	10.379	10.365	10.440	5,4
Natal (RN)	6.834	7.162	7.653	8.814	9.000	8.991	9.021	9.140	33,7
João Pessoa (PB)	2.332	2.217	2.428	2.516	2.705	2.704	2.960	3.040	30,3
Recife (PE)**	6.205	6.290	6.569	6.797	6.617	6.727	6.841	6.848	10,4
Maceió (AL)	5.333	5.533	5.325	5.369	5.127	5.378	5.642	5.674	6,4
Aracaju (SE)*	2.141	2.141	2.946	2.955	3.059	4.088	4.225	4.635	116,5
Salvador (BA)	11.098	12.172	12.034	12.346	12.753	13.429	14.141	14.986	35,0
NORDESTE	46.871	49.299	51.304	53.477	54.076	56.586	58.192	59.889	27,8

Fonte: Órgãos Oficiais de Turismo dos Estados do Nordeste (2011).

A expansão das unidades habitacionais, casadas com campanhas publicitárias e expansão de aeroportos, impulsionaram a consolidação turística do Nordeste, além do evento esportivo internacional da Copa do Mundo, em 2014, no qual algumas capitais nordestinas foram sede. Assim, o Nordeste se consolida turisticamente dentro dos fluxos brasileiros, onde, conforme pesquisa do Ministério do Turismo (2017), o Nordeste figurava nas intenções de viagens de 50,4% dos brasileiros.

3.1 O turismo em resorts no Brasil

Com o aumento das especializações dos serviços, os meios de hospedagem passaram a se subdividir em diferentes categorias de acordo com sua estruturação física e complexidade dos serviços prestados, sendo uma delas a categoria resort. De acordo com Lage (1990), quando um turista procura pelos serviços de um resort, procura mais que alojamento e descanso, busca um “paraíso” para realizar e viver um sonho. Isso porque, os resorts podem ser definidos conforme Mill (2003, p.11),

Como uma combinação de três elementos: atrações recreativas para atrair os hóspedes; hospedagem e serviços de alimentação e bebidas a serem oferecidos para pessoas que estão longe de suas casas; e atividades para ocupar os hóspedes durante sua estadia.

Outra conceituação é aquela apresentada por Borba (2005 p.32), que define os resorts como,

Reservas artificiais de lazer, construídas para suprir todas as necessidades do hóspede, podendo ser encontrados, tanto em áreas de praia quanto de montanhas, e até mesmo em áreas de rio, em toda parte do mundo (...) oferecendo-lhe a sensação de acolhimento doméstico e conforto, transformando esse último no valor supremo perseguido pela sociedade de consumo.

Em uma conceituação mais crítica, Cruz (2007) considera os resorts como simulacros, ou seja, uma simulação do mundo real, ou ideal, do turismo. Isto porque são lugares que visam simular uma realidade frequentemente desejada pelos turistas e não disponível onde se procura por ela. Cruz (2003) considera ainda os resorts como verdadeiros paraísos privados, muitas vezes incrustados em uma zona predominantemente pobre, mas que armam uma infraestrutura e prestação de serviço que favorecem o confinamento do hóspede.

Outra característica inerente aos resorts, diz respeito ao seu padrão de operação. Grande parte dos resorts operam no chamado sistema *all inclusive*, que conforme Cruz (2007) pode ser entendido como pacotes de hospedagem pelos quais o hóspede paga por toda a gama de serviços oferecidos pelo hotel, além da hospedagem, serviços de alimentação e bebidas, de lazer e de entretenimento.

É muito comum ainda, grandes cadeias de resorts, oferecerem em suas dependências também o serviço de spa. Mills (2003 p. 27), afirma que

Um verdadeiro resort oferece um spa completo – não somente uma banheira quente, esteiras e equipamentos de musculação. Um spa oferece, em um ambiente agradável, uma completa variedade de tratamentos, que incluem esfoliação, tratamentos localizados e para todo o corpo, hidroterapia, massagem, aromaterapia, salas úmidas ou secas e combinadas.

Como se trata de um equipamento que por vezes é um destino final por si só, Hansing e Bonfato (2015) chamam atenção para o fato da maior gama de desafios inerentes ao resort em detrimento do serviço de hotéis, visto que esses precisam dispor de quartos mais amplos, vasta gama de opções de atividades recreativas a todas as idades e de forma contínua e o setor de Alimentos e Bebidas, por sua vez, deve prover grande variedade de menus e de boa qualidade – já que muitos clientes são atraídos pela experiência gastronômica que o empreendimento oferece.

De acordo com Borba (2005), o surgimento dos resorts pode ser associado a expansão dos banhos públicos construídos na Roma antiga e ao redor dela. Sobre esses banhos, Mill (2003) afirma datarem do século II a.C. e servirem

tanto para fins sociais quanto para a saúde. Enquanto havia o relaxamento pelo banho, comidas e bebidas eram comercializadas, contendo em sua estrutura física apenas um átrio rodeado de instalações para recreação e esportes.

Ainda conforme Borba (2005), essas casas de banho que se popularizaram sobretudo na Grécia e em Roma, eram frequentadas por pessoas ricas e famosas, fazendo com que esses locais ganhassem prestígio, incentivando pessoas a conhecer o ambiente. À medida que se populariza esses lugares, atrativos tais como jogos, danças, concertos e desfiles eram inseridos, tudo atrelado a motivação inicial de cura pelas águas. Para consolidar as semelhanças das termas aos resorts atuais, Paixão (2005 p.137) afirma que,

Nas termas não só existiam banheiros e piscinas, ginástica e farmácia, pontos de encontro, alamedas para passeio e terraços para se bronzear, ambientes destinados aos jogos, às unções, aos tratamentos com areias e lamas, mas também havia escritórios, bibliotecas, auditórios, salas para exposições e para convênios (...) para organizar tudo isso, era necessário não só um labirinto formado por aquedutos e tubulações (...), mas também um abastecimento constante de lenha, de pedras-pomes, de comidas e de bebidas, assim como um exército de vigias, de funcionários ligados aos fornos e ao aquecimento, à manutenção, bombeiros hidráulicos, guardiões, treinadores, professores de ginástica e das várias modalidades de jogos, massagistas, barbeiros, depiladores, especialistas nas unções, médicos, enfermeiros, escribas, secretários, cozinheiros, salva-vidas e almoxarifes.

Quanto à consolidação desses equipamentos, conforme ainda Hansing e Bonfato (2015), pode-se justificar a partir do surgimento das primeiras ferrovias. Em fins do século XIX, equipamentos que a priori funcionavam por temporada, foram construídos visando atender a clientela trazida pela ferrovia. Com o advento do transporte aéreo, bem como o firmamento de rodovias, esses equipamentos passaram a operar o ano inteiro, e segundo Walker (2002), México, Caribe e parte da América latina tornaram-se mais acessíveis ao público viajante.

Quanto ao primeiro equipamento com serviços análogos aos dos resorts atuais, destaca-se os criados pelos suíços na região dos Alpes, a partir do surgimento da prática dos esportes de inverno, que ofereciam serviços de entretenimento associados à neve, alimentação e conforto diferenciado.

No caso brasileiro, conforme Hansing e Bonfato (2015), os antecessores dos resorts atuais foram os hotéis cassinos que vieram a se popularizar no país em meados da década de 30. Segundo Paixão (2005) esses são os considerados “anos dourados” do turismo brasileiro, quando surgem construções fora dos padrões comuns, dando vida a shows e espetáculos voltados para uma elite que ansiava

seguir à moda europeia, incorporando os cassinos ora a hotéis luxuosíssimos, ora a estâncias hidrominerais, termais ou climáticas de alta classe.

Conforme Trigo (2000), um marco histórico dessa relação cassinos e hotéis de luxo, se deu em 1922 com a construção do Copacabana Palace Hotel, construído pelo empresário Otávio Guinle, tendo como referência o Hotel Carlton, situado de frente para o Mediterrâneo, em Cannes. A proposta surgiu em função de o presidente Epitácio Pessoa precisar hospedar o Rei Alberto I da Bélgica e sua comitiva, pretendendo impressioná-los satisfatoriamente. Nesse intuito da impressão, é que se constituiu o primeiro cassino em interior de hotel no Brasil, sendo seguido pelo do Hotel Atlântico também em Copacabana.

Quanto à configuração atual dos resorts, Rosa e Tavares (2002), afirmam que se podem associar as estâncias hidrotermais aproximadamente na década de 70, salientando-se que os hotéis das estâncias já possuíam, de forma rudimentar, certas características dos futuros resorts-destino, como o oferecimento ao hóspede de atividades recreativas (jogos, esportes etc.), podendo-se observar que ainda em 1979 (de acordo com o Anuário da Embratur) a capacidade de hospedagem de Poços de Caldas era semelhante à de Recife, e a de Natal era inferior à de Águas de Lindóia. Comprovando assim, não apenas as dimensões expressivas de estâncias, como também o caráter ainda incipiente do turismo no Nordeste.

Tal timidez turística do litoral nordestino, pode ser entendida, conforme Dantas (2007), a partir de um quadro simbólico que veiculava um conjunto de imagens negativas do semiárido em benefício da oligarquia agrária, onde em um panorama mais recente, tal construção simbólica começa a transmitir um novo discurso construindo uma imagem positiva vinculada aos interesses de grupo de empreendedores ligados à agricultura irrigada e ao turismo.

Somado a isso, podemos atribuir também, de acordo com a BSH International (2013), que o Nordeste passou a ser atrativo para investimentos estrangeiros a partir de justificativas tais como: Bom clima o ano todo e diversas praias e belezas naturais; facilidade de novos investimentos concedidos pela PRODETUR-NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo – Nordeste); voos sem escala entre Brasil e países europeus e da América do Sul e incentivos financeiros e fiscais destinados pelos governos federal e estaduais para maximizar o turismo e hotelaria na região.

Tais atrativos culminaram, conforme Hansing e Bonfato (2015 p.12) com o fato de,

No Brasil, o primeiro resort a surgir foi em 1979, na Ilha de Itaparica, situada na Bahia. Antes conhecido como Club Méditerranée, hoje é o famoso ClubMed. Em 1989, muitos resorts começaram a surgir, com ênfase no Transamérica Comandatuba, que, para a época, era o hotel mais completo e que atendia a todas as necessidades. Mesmo assim, a maioria dos resorts permanecia em áreas de interior, na região Sudeste. Apenas em 2000 esse quadro mudou: os resorts passaram a se alocar, em sua maioria, na região Nordeste, sendo categorizados como resorts de praia.

Conforme Coriolano (2007), os resorts do Ceará iniciaram suas instalações, na década de 1990, e continuam se instalando, sobretudo no Porto das Dunas, com os Beach Park Suítes Resort (Aquiraz –CE), The Great Seaside Porto D´Aldeia Resort e Aquaville Resort Hotel (Aquiraz-CE).

Características paisagísticas e climáticas associadas a incentivos governamentais constituíram o cenário ideal para o interesse do setor hoteleiro, sobretudo o estrangeiro de capital português, responsáveis pela operação de resorts ativos no Ceará no ano de 2019, tais como a Rede Carmel, Dom Pedro Laguna e Vila Galé.

Atualmente, a costa litorânea cearense conta com apenas dois resorts de configuração *all inclusive*, sendo eles o Vila Galé Cumbuco e o Coliseum Beach Resort, localizado no município de Beberibe.

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEUS INDICADORES PARA APLICABILIDADE

O termo responsabilidade social foi construído segundo Figueira E Dias (2011), por intermédio de contribuições epistemológicas, sendo abordado a priori no meio empresarial e inicialmente confundido com filantropia social, sendo utilizado desde meados da década de 60, sobretudo em países tais como os Estados Unidos e a Inglaterra. De acordo com Araya (2003), tal termo pode ser definido como o comportamento empresarial que integra elementos sociais e ambientais que não estão necessariamente contidos na legislação, mas que atendem às expectativas da sociedade em relação a empresa. Em definição similar Toldo (2002), associa a terminologia ao conjunto de estratégias pensadas para orientar as ações das empresas em consonância com as necessidades sociais e ambientais, de modo que a empresa garanta, além do lucro e da satisfação dos seus clientes, o bem-estar da sociedade.

No Brasil, O Instituto Ethos (2004), que é uma organização não-governamental criada por empresários brasileiros e que tem por missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de maneira socialmente responsável, entende a responsabilidade social como sendo,

“[...] uma forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários”

No âmbito da historicidade, segundo Ashley (2003), até o início do século XX, o principal objetivo das corporações era a consolidação de lucros para os acionistas, embora já no século XIX nos Estados Unidos e na Europa a ética e a responsabilidade social eram aceitos como doutrina, quando o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou da Monarquia e não um interesse econômico privado.

Ainda conforme Ashley (2003), a temática da ética, responsabilidade e discricionariedade de dirigentes de empresas tornou-se pública no ano de 1919 através de um litígio que foi a julgamento entre Henry Ford, dono majoritário de uma montadora de automóveis e dois de seus acionistas, John e Horace Dodge. Três

anos antes, Ford reverteu parte dos dividendos esperados da produção que seriam distribuídos entre seus acionistas, em investimentos no aumento da capacidade de produção, aumento de salários e fundo de reserva.

Em julgamento, A Suprema Corte de Michigan foi favorável aos Dodges, sob a justificativa de que a corporação existia para o benefício de seus acionistas e diretores, não podendo os lucros serem utilizados em outros objetivos e que a filantropia corporativa e investimento na imagem empresarial para atrair consumidores poderiam ser realizados somente quando favorecesse os lucros dos acionistas.

Conforme relatado por Arnt e Muniz (2005), após os efeitos da Segunda Guerra Mundial, a noção de que a organização deve responder apenas a seus acionistas, sofreu várias contestações, principalmente através do trabalho de dois autores norte-americanos (Berle e Means – *The modern corporation and private property*). A partir de tais estudos, apoiadores da ética e da responsabilidade social passaram a inferir que, se a filantropia era reconhecida como uma ação legítima da corporação, então outras ações que priorizam objetivos sociais em relação aos retornos financeiros dos acionistas seriam de igual importância, tais como, o abandono de linhas de produtos lucrativos que eram nocivos ao ambiente natural e social.

A partir de tais questionamentos teóricos, Drucker (2002 p.216), aponta para avanços nessa seara, visto que,

Há algumas décadas atrás a responsabilidade social que hoje se espera das empresas, era totalmente atribuída ao governo. Não se esperava que uma empresa tivesse que ser responsável por outra ação senão aquela para a qual foi constituída, isto é, para o objetivo principal da empresa – gerar lucro. Mas, o descrédito do poder governamental para lidar com os problemas sociais e o fortalecimento contínuo do poder dos grandes empresários, associados à imagem de liderança nas sociedades capitalistas, acabou por transferir a responsabilidade social do estado para as empresas, através de uma busca de que a qualidade de vida se torne o negócio da empresa. Atualmente, a ênfase que se dá à questão da responsabilidade social é expressa através daquilo que a empresa pode fazer para enfrentar e até resolver os problemas sociais. Em função do sucesso do sistema empresarial em todo o mundo e, principalmente nos países desenvolvidos, existe uma pressão para que se assuma que o desempenho econômico das organizações já seja “garantido” e que assim exija-se, além disso, a responsabilidade social destas organizações.

Entre as décadas de 60 e 70, a responsabilidade social passa a entrelaçar-se com a necessidade crescente de uma chamada “consciência ambiental” e conforme Arnt e Muniz (2005), a consequência disso foi um aumento da

atuação de grupos sociais que passaram a exigir e reivindicar maior atenção e responsabilidade do setor produtivo com relação à degradação do meio ambiente. Tais pressões, culminaram no surgimento de iniciativas legais no sentido de regular as atividades predatórias nos países capitalistas centrais e a posteriori nos periféricos tais como o Brasil.

4.1 O Brasil no cenário da responsabilidade Social: Instituto Ethos e ISO 2600

Alguns anos antes das primeiras intencionalidades de elaboração da ISO 26000, segundo Aflalo (2012), mais precisamente no ano de 1998, empresários do setor privado brasileiro começaram a discutir, motivados principalmente pelo gestor Oded Grajew, israelense naturalizado brasileiro, fundador da Grow Jogos e Brinquedos, dedicada a desenvolver os chamados "jogos inteligentes", se uniram e idealizaram o Instituto ETHOS, instituição sem fins lucrativos, constituída como associação, destinada a mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa, em cumprimento à legislação em vigor.

Tal instituto, motivado pela necessidade de um comportamento empresarial mais justo e coeso, elaborou os chamados Indicadores Ethos, que são uma ferramenta de gestão construído para apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável. A ferramenta se traduz em um questionário que permite o autodiagnóstico da gestão da empresa e um sistema de preenchimento *on-line* que possibilita a obtenção de relatórios, por meio dos quais é possível fazer o planejamento e a gestão de metas para o avanço da gestão na temática da RSE/Sustentabilidade.

Conforme disposto no site da instituição, o empresário interessado acessa o site, preenche os dados referente ao seu empreendimento e o passo seguinte é uma série de perguntas que perpassam as seguintes temáticas: A Estratégia para Sustentabilidade, Governança Organizacional, Práticas de Operação e Gestão, Práticas Anticorrupção, Envolvimento Político Responsável, Sistemas de Gestão, Direitos Humanos, Promoção da Diversidade, equidade e inclusão, Relações de Trabalho, Desenvolvimento Humano, Questões Relativas ao

Consumidor, Envolvimento com a Comunidade e seu Desenvolvimento, Mudança do Clima, Sistema de Gestão Ambiental, Uso Sustentável de Recursos, Impactos do Consumo, Logística Reversa, Mobilidade urbana, entre outros.

Baseado nas respostas apresentadas, a plataforma do *site* gera um diagnóstico, que ao aplicar essa ferramenta de gestão, a empresa recebe um relatório que apresenta o estágio de maturidade da sua gestão, nos temas que compõe a agenda do desenvolvimento sustentável, e apresenta medidas de desempenho que orientam a definição de metas e os próximos passos. Uma ferramenta de uso interno, que facilita o diálogo e integração entre as diversas áreas de organização, além de capacitar e engajar os empregados envolvidos em sua aplicação, que passam a reconhecer como seu dia-a-dia impacta na gestão para a sustentabilidade.

A elaboração desses indicadores, inspirou-se nas iniciativas de RSE/sustentabilidade, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a *Global Reporting Initiative* (GRI), Pacto Global e atualmente, é pensada a luz da Norma ISO 26000 (diretrizes internacionais de responsabilidade social). As organizações associadas ao Instituto Ethos têm acesso pleno a plataforma on-line, podendo personalizar a seleção de indicadores, emitir os relatórios com comparativos, acessar o relato de sustentabilidade e o módulo de planejamento, e ainda desenvolver sua cadeia de valor nos temas da RSE/sustentabilidade.

4.1.1 ISO 2600

Conforme Israelian et al. (1996) ISO é a sigla de *International Organization for Standardization*, ou Organização Internacional para Padronização, em português. A ISO é uma entidade de padronização e normatização, e foi criada em Genebra, na Suíça, em 1947, frente a um contexto de preocupação com que clientes e fornecedores, a nível mundial, usassem o mesmo vocabulário no que diz respeito aos sistemas de qualidade, facilitando assim, negociações e uma padronização de princípios entre fornecedores e compradores. De acordo com Teixeira (2008), o objetivo é fornecer um conjunto de requisitos que, bem implementados, garantem mais confiança de que a organização é capaz de fornecer regularmente produtos e serviços que atendam às necessidades e as expectativas

de seus clientes, e que estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Esta organização é formada por representantes de 91 países, cada um representado por um organismo de normas, testes e certificação. Por exemplo, no caso brasileiro o órgão responsável pelas certificações é a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atuando em colaboração com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Conforme explicitado no site do referido Instituto, a sinalização para estabelecimento de uma norma internacional referente ao tema, surgiu no ano de 2001 quando a ISO convidou o seu Comitê de Política do Consumidor – COPOLCO, a analisar a viabilidade e o interesse da elaboração dessa norma. A discussão estendeu-se e em junho de 2004, a ISO realizou em Estocolmo, na Suécia, uma conferência na qual se decidiu pela elaboração oficial da norma. Em decisão histórica, o Brasil e a Suécia, por meio de seus organismos de normalização, foram eleitos para presidir o grupo de trabalho encarregado de elaborar a Norma Internacional de Responsabilidade Social.

Esse grupo de trabalho envolveu cerca de 450 especialistas de 99 países, que corroboraram na construção da Norma Internacional de Responsabilidade Social, ISO 26000, que foi publicada no dia 1º de novembro de 2010. Conforme Turcato (2015) como objetivo geral, a ISO 26000 oferece orientações sobre os princípios da responsabilidade social, abordando como temas centrais o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem-estar da sociedade; as expectativas das partes interessadas; a conformidade com a legislação aplicável, estando em consistência com as normas internacionais de comportamento e integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.

Para as empresas que almejam tal certificação, o site do INMETRO disponibiliza o chamado “Manual da ISO 26000, que em síntese, apresenta sete princípios de Responsabilidade Social que devem ser seguidos, disponíveis também na (ISO 26000, p. 11), que em síntese são:

Accountability: Em tradução, esse termo pode ser entendido como responsabilização. Ou seja, seria esse o ato de responsabilizar-se pelas consequências de suas ações e decisões, respondendo pelos seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente, prestando contas aos órgãos de governança e demais partes interessadas declarando os seus erros e as medidas

cabíveis para remediá-los.

Transparência: Fornecer às partes interessadas de forma acessível, clara, compreensível e em prazos adequados todas as informações sobre os fatos que possam afetá-las.

Comportamento ético: Agir de modo aceito como correto pela sociedade – com base nos valores da honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza - e de forma consistente com as normas internacionais de comportamento.

Respeito pelos interesses das partes interessadas (*Stakeholders*): Ouvir, considerar e responder aos interesses das pessoas ou grupos que tenham um interesse nas atividades da organização ou por ela possam ser afetados.

Respeito pelo Estado de Direito: O ponto de partida mínimo da responsabilidade social é cumprir integralmente as leis do local onde está operando.

Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento: Adotar prescrições de tratados e acordos internacionais favoráveis à responsabilidade social, mesmo que não haja obrigação legal.

Direito aos humanos: Reconhecer a importância e a universalidade dos direitos humanos, cuidando para que as atividades da organização não os agridam direta ou indiretamente, zelando pelo ambiente econômico, social e natural que requerem.

Apontam Figueira e Dias (2011), que embora tal normatização seja voluntária, seus benefícios manifestam-se tanto em caráter interno, pois ao repensar suas práticas, a empresa promove uma melhoria na comunicação formal, no trabalho em equipe e no ambiente organizacional, além dessas ações sociais converterem-se em parte dos valores da empresa, promovendo melhorias na gestão dos recursos humanos e viabilizando uma consequente melhoria no ambiente de trabalho e no aumento da produtividade.

Quanto aos benefícios externos, são destacados a imagem geral da empresa, tanto ao nível de marca quanto aos seus produtos e serviços. Melhora-se também, as relações com a comunidade e com outras instituições, favorecendo a fidelização do cliente através do fato de ONG's e entidades filantrópicas geralmente serem guiadas por princípios éticos que ajudam a dar legitimidade às ações de responsabilidade social da empresa.

Outro fato a ser considerado, é a perceptível mudança de valores que deve ser agregada ao conceito de qualidade do produto ou serviço, dos quais, aspectos como a preocupação com o meio ambiente e a qualidade no ambiente de trabalho influenciam consideravelmente a percepção dos consumidores.

Por ter um caráter orientador e não certificador, ainda não se tem uma estatística das empresas que implementaram a norma, porém houve um interesse, sobretudo das instituições que já possuíam a certificação da família ISO 14000, que conforme Delai (2006) trata de gerenciamento ambiental, indicando às empresas o que devem fazer para minimizar os impactos ambientais de suas atividades e melhorar continuamente seu desempenho ambiental, apresentando diretrizes para auditorias ambientais e análise do ciclo de vida dos produtos.

Em outras palavras, tal ISO especifica os requisitos relativos a um sistema de gestão ambiental, de modo a permitir que a organização formule políticas que considerem os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais significativos. A título de exemplo, empresas tais como a Petrobrás, empresa controlada pelo governo brasileiro que atua em exploração de petróleo e seus derivados e o grupo bancário Itaú s.a possuem essa certificação.

4.2 Responsabilidade social e o turismo

Conforme o exposto por Figueira e Dias (2011), a responsabilidade social inserida no viés do turismo ocorre paralelamente à criação de estruturas internacionais relativas ao turismo. Essas estruturas tais como a OMT (Organização Mundial do Turismo) constituída em 1970, destinaram esforços no sentido de promover eventos e compromissos internacionais que assegurassem a sustentabilidade do turismo nos diversos países e comunidades de destino, visto que, desde sua fundação, o órgão postulou que o turismo deveria ser considerado

uma força muito importante na redução da pobreza e na proteção do meio ambiente, sendo assim apoiada por diversas autoridades políticas e científicas.

Outro marco importante ocorreu em 1995, após a publicação do Relatório “O nosso futuro Comum”, que corroborou na conferência Rio-92 com a consolidação do termo turismo sustentável. A partir do exposto no evento, lança-se a “Carta do Turismo Sustentável”, onde a responsabilidade social passa a ter contornos mais firmes, com seus artigos que visavam, dentre outras definições, que o desenvolvimento turístico deveria repercutir de forma efetiva na melhoria da qualidade de vida da população e incidir no enriquecimento sociocultural de cada destino³

Ainda nessa vertente, em 2002, durante a Címera Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, a OMT, lançou um programa designado ST-EP (Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza), que visava a longo prazo a promoção do turismo sustentável na promoção de medidas concretas que pudessem gerar atenuantes para a pobreza.

Quanto a correlação do turismo com a ISO 26000, Figueira E Dias (2011 p.89) explicitam que,

Devemos considerar que, para o turismo, esta norma representa um elemento facilitador no processo de construção de uma atividade turística mais envolvida com a questão social, principalmente com a eliminação da pobreza. (...) Nesse sentido, a discussão e inclusão da norma ISO 26000 no âmbito da atividade turística, permite facilitar a forma como são enfrentados os problemas cruciais do seu próprio desenvolvimento, de que são exemplo o combate à exploração infantil, à prostituição e outras ações socialmente reprováveis.

Além da ISO 26000, outra certificação ambiental associada ao âmbito do turismo é o selo ECO-HOTEL, especialmente desenvolvido para o setor hoteleiro ajustado à realidade do mercado e simboliza a melhor maneira de ganhar reconhecimento nacional e internacional. Os critérios avaliados para a certificação de um Eco-hotel levam em conta três variáveis que estarão dispostas na Tabela 2 a seguir:

³ Art 8º Conferência Mundial de Turismo Sostenible. Carta del Turismo Sostenible. Lanzarote, abril 2005.

Tabela 2 – Síntese dos fatores avaliados para certificação de Eco-Hotel

Fatores Ambientais	Fatores Econômicos	Fatores Socioculturais
<ul style="list-style-type: none"> • Consumos de energia; • Consumos de água; • Cumprimento da legislação ambiental aplicável à atividade. 	Gestão das despesas e dos custos;	Formação dos funcionários;

Fonte: (TUV, 2012)

Diante do exposto, pode-se concluir que a relação da responsabilidade social e o turismo, se materializa a partir de certificações, utilizadas segundo Santo (2012), visando proporcionar o aumento da consciência ambiental no espectro do turismo, garantindo assim, um aumento da qualidade e da performance dos trabalhadores, além de permitir que a imagem das empresas melhore uma vez que estas vão apresentar um compromisso na proteção do ambiente bem como das comunidades locais, permitindo reduzir os custos e ainda ganhar vantagem no mercado em relação a outras empresas não certificadas.

5 A REDE VILA GALÉ E SEUS PANORAMAS SUSTENTÁVEIS

O grupo Vila Galé é um dos principais grupos hoteleiros portugueses e integra o ranking das 200 maiores empresas hoteleiras mundiais. Conforme Santos (2012), o grupo é composto por diversas sociedades, das quais se destaca, pela sua dimensão e importância, a Vila Galé –Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A., constituída em 1986, que dedica-se à exploração e gestão de todas as unidades hoteleiras que integram o grupo e ainda, à realização de projetos e construção de novos empreendimentos turísticos.

De acordo com Vila Galé (2019), o capital da Vila Galé, S.A. é integralmente português e encontra-se dividido por Jorge Rebelo de Almeida, José Silvestre Lavrador, Maria Helena Jorge e FCR -Fundo de Capital de Risco da Caixa Geral de Depósitos, sendo o Conselho de Administração presidido pelo primeiro.

No âmbito da historicidade, ainda conforme Vila Galé (2019), O Grupo Vila Galé foi fundado em 1986 por Jorge Rebelo de Almeida, José Silvestre Lavrador e José Ruivo. Jorge Rebelo, recém-formado em direito, começou a exercer advocacia vocacionada para questões relacionadas a atividade da Construção Civil. Surgiu daí a ideia de começar o seu próprio projeto nessa área. José Silvestre Lavrador e José Ruivo eram por sua vez donos de uma empresa de carnes, Fricarnes, e decidiram investir, juntamente com Jorge Rebelo no segmento de hotelaria. Parceria essa, consolidada com a abertura do Hotel Apartamento Vila Galé, localizado na praia de Galé, no Algarve, sul de Portugal, posição geográfica que justificou o nome da rede em homenagem ao seu primeiro empreendimento. Campos (2014), complementa revelando que já a nomenclatura “VILA”, pretende exprimir os seus principais valores, utilizando as iniciais de cada letra que a compõe: Valorização, Inovação, Lealdade e Acessibilidade.

O sucesso do primeiro hotel, justifica uma crescente expansão nos anos posteriores, culminando, motivados sobretudo pelas belezas do litoral brasileiro e facilidades pela reprodução da mesma língua materna, com o início da operação do grupo no Brasil, no ano de 2001, com a inauguração do Hotel Vila Galé Fortaleza (situado na Praia do Futuro, Fortaleza- CE). Durante o período de 2003 a 2010 o Grupo dedica-se quase que integralmente a expansão em terras brasileiras, inaugurando o Vila Galé Salvador, Vila Galé Marés, e com o Vila Galé Eco Resort do Cabo, além do Vila Galé Eco Resort de Angra, dois eco resorts com os quais a Vila

Galé iniciou a gestão dos empreendimentos turísticos da Funcef, terceiro maior fundo de pensão do Brasil. Em Outubro de 2010 surge o Hotel Vila Galé Cumbuco.

Atualmente, O grupo Vila Galé é responsável pela gestão de 32 unidades hoteleiras: 23 em Portugal (Algarve, Beja, Évora, Oeiras, Cascais, Sintra, Ericeira, Estoril, Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Douro e Madeira) e nove no Brasil (Rio de Janeiro, Fortaleza, Caucaia, Salvador, Guarajuba, Cabo de Santo Agostinho, Touros e Angra dos Reis), com um total de 7.454 quartos e 15.286 camas, empregando diretamente cerca de 3.200 funcionários.

Além de hotéis, resorts e empreendimentos turístico-imobiliários, o grupo detém ainda algumas submarcas, sendo elas: Inevitável(restaurantes), Satsanga (spa &health club), Clube NEP (espaço dedicado às crianças) e Santa Vitória (vinhos e azeites).

Campos (2014), revela ainda que a rede Vila Galé foi eleita a Melhor Cadeia Hoteleira pelos prêmios “Publituris Portugal Travel Awards 2012”, cerimônia ocorrida no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, na cidade de Coimbra, tendo como objetivo galardoar as empresas nacionais que mais se destacaram ao longo do ano. O grupo alcançou esta distinção após a avaliação de fatores como a inovação, a qualidade de serviço e a comunicação.

Quanto ao panorama sustentável correlato ao grupo, recorre-se a política de certificações e galardões, que conforme Sasidharan *et al.* (2001), se referem aos Programas ou esquemas de certificação ambiental, prêmios de desempenho ambiental e sistemas de avaliação que são atualmente utilizados no turismo como instrumentos para a proteção do ambiente e para um desenvolvimento sustentável do setor. Cada país possui o seu próprio sistema e órgãos responsáveis por tais certificações, dentre as quais Buckley (2002a, 2002b), destaca a Costa Rica com a “Certification for Sustainable Tourism” (CST) e a Austrália com o “Nature and Ecotourism Accreditation Programme” (NEAP).

Em Portugal, a rede Vila Galé coleciona 5 certificações distintas⁴, estando elas dispostas na Tabela 3 a seguir:

⁴ Disponível em <https://www.vilagale.com/br/grupo/sobre-a-vila-gale>. Acesso em 01 abril 2019.

Tabela 3 – Certificações da Rede Vila Galé

ECO-HOTEL	Certificação assente na identificação e gestão de processos que provocam impactos ambientais e socioeconômicos;
LIDERA	Certificação de empreendimentos com melhor desempenho ambiental e sustentabilidade;
CHAVE-VERDE	Galardão internacional para empreendimentos ambientalmente conscientes;
TRAVELIFE	Certificação internacional de sustentabilidade ambiental e socioeconómica;
TUI UMWELT CHAMPION	Galardão internacional para hotéis com bom desempenho na aplicação de boas práticas de sustentabilidade.

Tais premiações se justificam, de acordo com o disposto e informado pela rede, por suas iniciativas na dimensão da responsabilidade social, em práticas no seu país de origem, Portugal, sendo elas:

- I. Doação de 60 refeições diárias à Associação SOL e 50 refeições diárias à CASA - Centro de Apoio ao Sem Abrigo (localizada em Portugal).
- II. Doação de 0,50 €, a instituições de solidariedade, por cada questionário de satisfação que é preenchido pelos clientes;
- III. Doação de bens (mobiliário, eletrônica de consumo, fardas, têxteis, louças) a diferentes instituições, por ocasião da remodelação ou reequipamento dos hotéis;
- IV. Organização de iniciativas que envolvem os colaboradores em ações solidárias;
- V. Cedência das instalações dos hotéis para ações de colheita de sangue;
- VI. Contratação de empresas de economia social para alguns serviços;
- VII. Cooperação institucional para inserção sócio profissional de pessoas potencialmente excluídas;
- VIII. Prestação de serviços a entidades/projetos com fins sociais, em condições gratuitas ou simbólicas para realização de tarefas de suporte à sua atividade;
- IX. Atribuição de ofertas por ocasião da realização de jantares de beneficência, promovidos por entidades de natureza social;

- X. Extensão das condições do clube Vila Galé a parceiros ou a beneméritos de entidades de natureza social;

No que diz respeito ao universo da pesquisa, embora a rede possua outros empreendimentos no Brasil, foram selecionados apenas aqueles integrantes da categoria Resorts, e que em posição geográfica, estão instalados no nordeste brasileiro, sendo eles: Vila Galé Cumbuco, situado em praia homônima, no município da Caucaia-CE. Vila Galé Marés, situado na praia de Guarajuba, no distrito de Monte Gordo-BA, e o Vila Galé Eco Resort do Cabo, situado na praia de Suape, Cabo de Santo Agostinho-PE.

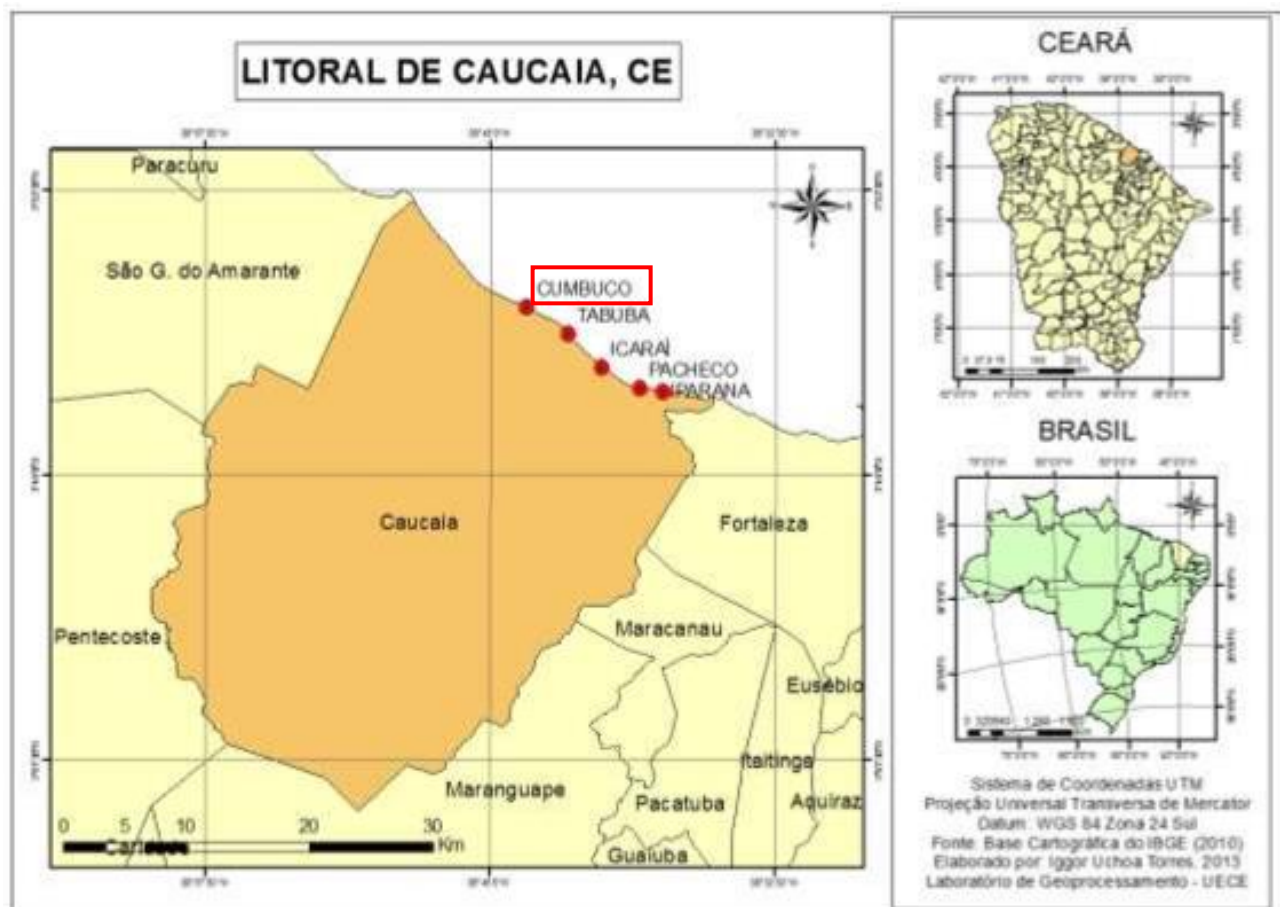
No decorrer da pesquisa, mais precisamente em 2018, a rede inaugurou outro resort no nordeste brasileiro, o Vila Galé Touros, situado em praia homônima no litoral do Rio Grande do Norte. Porém, frente a simultaneidade dos acontecimentos, não foi viável inclui-lo no universo pesquisado que já se encontrava definido anteriormente. Assim, os subcapítulos apresentarão uma síntese das pesquisas realizadas, apresentando tópicos referentes a cada um dos empreendimentos, para o fomento de um processo comparativo e elucidativo das ações da rede, bem como, da visão da comunidade.

5.1 Caracterização de Área dos Empreendimentos Estudados

5.1.1 Vila Galé Cumbuco-CE

Situada a cerca de 30 km da saída oeste de Fortaleza, a praia do Cumbuco possui aproximadamente 2.298 habitantes, IBGE (2011), localizando-se no distrito sede do Município de Caucaia, o qual apresenta mais sete distritos, conforme IPECE (2008): Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba. Caucaia configura-se o segundo maior município do estado do Ceará, no tocante à população, e ainda se localiza na Região Metropolitana de Fortaleza. (Figura 2)

Figura 2 – Localização do município de Caucaia e da praia de Cumbuco.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Elaboração de TORRES, I. U. (2013).

De acordo com a Secretaria de Turismo SETUR (2015), Caucaia detém ainda, um relevante fluxo de turistas do estado do Ceará, atrás apenas de Fortaleza. O município apresenta-se atualmente como um dos principais polos turísticos do Ceará, tendo o segundo maior fluxo turístico do estado com cerca de 380 mil turistas por ano, fato que pode ser associado a influência polarizadora da metrópole Fortaleza e praia do Cumbuco. Na lógica turística metropolitana, destacam-se a concentração de empreendimentos e investimentos turísticos nos espaços litorâneos. O Destino de Cumbuco já é referência nacional para a prática de esportes, com ênfase no *kitesurf*, que vem otimizando cada vez mais a entrada de turistas internacionais além de suas paisagens naturais.

Em contexto histórico, conforme Pinho (1981), a formação da localidade data de aproximadamente 1920, quando um pescador, insatisfeito com a vida em Fortaleza, decidiu viver com toda a sua família na localidade. A região do Cumbuco era deserta e o acesso ao local era dado, somente, através do mar e pela faixa de

praia. Com a crescente e farta pesca na área e em lagoas próximas da região, diversas famílias começaram a se instalar no Cumbuco. Em 1977, a localidade já possuía 120 famílias ao longo de sua extensão.

É ainda na década de 70, que João Bosco Aguiar Dias, grande empreendedor, conhece a localidade do Cumbuco, e passa a capitalizar recursos a partir da fundação do Cumbuco Empreendimentos Ltda, iniciando o processo de indenização de moradores para a construção de casas ao bel prazer do veraneio.

O turismo segue em crescimento na localidade na década de 80, com a especulação imobiliária crescente e a chegada de um grande empreendimento de capital francês, o hotel *Saint Tropez des Tropiques*, abrindo as portas do Cumbuco ao turismo estrangeiro.

Na década seguinte, a expansão continua, sobretudo com o advento do programa PRODETUR-NE, onde conforme Cavalcante (2012), o município de Caucaia recebe os investimentos da construção da rodovia estruturante Caucaia-Itapipoca, com 124 km de extensão e com mais 77 km de acesso às praias; ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, recuperação do patrimônio histórico, projetos de educação ambiental, conservação ambiental no entorno de lagoas, dentre outros.

É resquício de benesses do PRODETUR o cenário favorável para a implantação do resort Vila Galé Cumbuco, pois o programa financiou obras de saneamento, sobretudo a partir do trecho V do Eixão das Águas, obra que também é chamada de Canal da integração (figura 3). A funcionalidade do Eixão das Águas seria abastecer o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, situado em município vizinho, porém seu curso fez um desvio para abastecer a atividade turística na localidade do Cumbuco, próxima exatamente a localidade em que se instalou o empreendimento Vila Galé, além de ajudar também na construção da rodovia que liga a vila do Cumbuco ao empreendimento.

Figura 3 – Trechos do Eixão das Águas



Fonte: Governo do Estado (2012)

Quanto a estruturação do resort, o Vila Galé Cumbuco (Figura 4) conta com 465 acomodações decoradas e inspiradas em esportes aquáticos, dentre elas, 24 suítes, 15 chalés master, 17 chalés standard e 17 chalés superiores. No quesito restaurantes, 5 compõem o seu espaço, estando em destaque o intitulado Cajuína e Amêndoa Amarga, numa dedicação a mescla da culinária cearense com a portuguesa. A nível de geração de emprego, 300 funcionários estão associados ao empreendimento de forma direta, sendo 80% do município de Caucaia e os outros 20%, da capital cearense.

Figura 4 – Vista aérea de todo o complexo do Vila Galé Cumbuco, Cumbuco, Ceará.



Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/hospedagem/vila-gale-cumbuco/>

5.1.2 Vila Galé Marés-BA

Intitulado Vila Galé Marés, esse empreendimento *all inclusive* situa-se na praia de Guarajuba, distrito de Monte Gordo, no município baiano de Camaçari, distando aproximadamente 60 km da capital Salvador. De acordo com Sobral (2008), Camaçari é uma entidade política integrada por quatro espaços territoriais completamente distintos, totalizando 760 km², sendo eles correspondentes ao Pólo Industrial, que compõe a indústria petroquímica, metalúrgica, de celulose e automotiva, a sede municipal, com cerca de 150mil habitantes, a zona rural, que ocupa a maior parcela do território e por fim a orla marítima com aproximadamente 210km².

Até a década de 60, Camaçari contava com uma população aproximada de 30.000 habitantes, panorama que veio a modificar-se na década seguinte com a criação do Pólo Petroquímico, passando a cidade a representar a motriz da política de desenvolvimento industrial do estado da Bahia. A partir desse cenário entre a instalação de indústrias e a vocação veranista por conta de seu litoral, é que se deu a construção do acesso principal ao resort Vila Galé, a BA-099, também conhecida como “Estrada do Coco” que segundo Magalhães (2015), teve seu primeiro trecho construído em 1975 pelo Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (Derba),

intencionando atender a demanda de acessibilidade da empresa Titânio do Brasil S.A. (Tibras), que estava localizada no km 20 da rodovia, próximo à localidade de Arembepe, na parte litorânea do município de Camaçari.

A referida rodovia inicia-se no limite do município de Salvador com Lauro de Freitas, nas proximidades do aeroporto, se estendendo até o entroncamento com a rodovia BA-874, marco zero da “Linha Verde”, utilizada para o acesso a Costa do Sauípe, a exemplo. De acordo com Camaçari (2001) as comunidades de orla surgidas ao longo dessa rodovia foram motivadas principalmente em função da colonização e da atividade pesqueira de seus habitantes, fundando vilas de pescadores que posteriormente foram transformadas em localidades de veraneio.

Atualmente, a BA-099 bem como sua conurbação com a “linha verde” as fazem conhecidas como rodovias ecológicas, onde além de conservar extensas áreas verdes, possuem placas educativas de cunho ambiental ao longo do seu percurso e passarelas para travessias de animais silvestres. (Figura 5)

Figura 5 – Trecho da rodovia BA-099 entre as localidades de Guarajuba e Praia do Forte.



Fonte: Acervo da Autora (2018)

A referida rodovia dá acesso ainda, à localidade de Guarajuba, na qual conforme Sobral (2008), se poderia resumir a um conjunto de loteamentos de classe alta, com imóveis de alto e médio padrão, sendo a área mais bem estruturada de

toda a faixa litorânea de Camaçari, por contar com água tratada, telefone, energia elétrica, enquanto a pavimentação e a drenagem pluvial atingem o percentual de sessenta por cento dos loteamentos. Sua predominância é de casas de veraneio e atividade turística, embora possua um comércio que supra as necessidades locais, e seus equipamentos de lazer e sociais, atendam cada vez mais o público veranista de outras localidades da orla.

Diferentemente do resort da praia de Cumbuco, que dista 4 km do centro da localidade e se distancia através de uma rodovia entrecortada por dunas, o equipamento de Guarajuba situa-se dentro de um condomínio de casas, em sua maioria de segundas residências, conforme afirmações dos próprios gestores do empreendimento. Porém, embora incorporado no panorama residencial, dista aproximadamente 10 km do centro de Monte Gordo, distrito ao qual está inserido, que possui sua mancha populacional concentrada na margem oposta da rodovia. Esse fenômeno segue o panorama de segregação espacial inerente à rodovia BA-099, pois ainda de acordo com Magalhães (2015 p.9),

A própria ação do Governo em implantar infraestrutura turística implicou o atendimento dos interesses dos proprietários de terras e dos agentes do mercado imobiliário com a oferta de lotes urbanos e habitação para os grupos sociais de média e alta renda, e investimentos em turismo. Isso implicou a valorização das terras, das benfeitorias e das habitações, na parte voltada para o mar, e do lado oposto à rodovia as terras obtiveram pouca valorização econômica em razão da urbanização precária e do adensamento da população nos povoados, sendo ocupadas principalmente pelas famílias com menor renda, e onde também se desenvolve um comércio varejista de consumo imediato e de onde é arrematada a força de trabalho barato.

Assim, Monte Gordo, distrito onde está inserido Guarajuba, constrói dois cenários distintos as margens da rodovia, onde de um lado encontra-se a prática turística em seu mais alto padrão, e do outro estabelece uma localidade predominantemente rural, de serviços básicos e mão-de-obra para Guarajuba (caseiros, jardineiros, pedreiros, eletricitas, vigilantes, garçons, etc.). Segundo Padilha *et.al.* (2006) a localidade leva esse nome por conta de uma grande fazenda estabelecida em tempos passados no lugar, cujos proprietários carregavam esse sobrenome.

O empreendimento encontra-se ainda, instalado dentro da extensão verde compreendida pela Área de Proteção Ambiental Lagoas de Guarajuba (APA E.L.G), que segue o proposto por Brasil (2000), quanto a preservação da

biodiversidade, estabelecendo áreas prioritárias para proteção e manejo pelo poder público, surgida através da Lei 9.985/2000, responsável por instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definindo normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, possibilitando assim compatibilizar a conservação de recursos naturais, o uso sustentável destes e a ocupação urbana, através das áreas de proteção ambiental.

Segundo Cepram (1991) A APA foi estabelecida considerando toda a região localizada entre a rodovia BA-099 (Estrada do Coco) e a Plataforma Continental Interna, sendo limitada a noroeste pelo Rio Pojuca e a sudoeste pelo Rio Jacuípe. E tem sua importância ambiental baseada no fato de constituir uma das áreas úmidas mais significativas do litoral Norte do Estado da Bahia, devido ao desempenho de importantes funções ambientais, tais como: funcionar como tampões hidrológicos para reservatórios subterrâneos, além de mitigar os efeitos da poluição do ar e da água; servir de abrigo e reprodução para aves migratórias, jacarés e sucuris, entre outras espécies.

Os maiores conflitos inerentes à área que compõe a APA, pairam sobre ocupação imobiliária irregular, desmatamento de manguezais, caça e pesca predatória, lançamento de esgoto doméstico, depósito irregular de lixo, invasões e lançamento de efluentes industriais. Ainda segundo Sobral (2008 p.71)

O litoral de Camaçari é um grande vetor de crescimento urbano, comercial e turístico do estado. Barra do Jacuípe (região sul), Guarajuba (região central) e Itacimirim (região norte), antigos povoados, transformaram-se em conglomerados urbanos da região da APA, através da junção de loteamentos regulares e irregulares e condomínios de veraneio, comércio associado e hotéis/pousadas nas últimas décadas.

Na área compreendida pela APA, o equipamento foi construído no litoral baiano no ano de 2006, sob a inauguração do então presidente da rede Jorge Rebelo de Almeida e o então governador da Bahia Dr. Paulo Ganem Souto. No ato de sua instalação, o resort funcionava em regime de meia-pensão, sendo posteriormente modificado para o regime *all inclusive*, tornando-se assim, o 3º resort do litoral norte baiano a adotar esse regime.

O resort (Figura 6) possui atualmente 412 apartamentos e 97 chalés, podendo atender 1.300 hóspedes, distribuídos conforme Licenciamento Ambiental-SEDUR (anexo 1) em 197.660.00m² de área total e 39.193,2m² de área construída, sendo destes 460m frente ao mar. Conta ainda, com o quadro de aproximadamente

370 funcionários fixos, em sua maioria advindos das localidades circunvizinhas de Monte Gordo, Barra do Jacuípe e Itacimirim. Quanto às instalações, o resort conta com a maior piscina em resorts do nordeste (3.000m²) e três restaurantes, dois deles fazendo uma referência a obras do escritor baiano Jorge Amado (Tendas dos Milagres e Cravo e Canela), oferecendo esse último uma mescla entre a culinária Portuguesa (Cravo) e a baiana (Canela).

Figura 6 – Vista aérea do resort Vila Galé Marés, Guarajuba-BA.



Fonte: <https://www.allianceresorts.com.br/resort/vila-gale-mares/>

Além da necessidade de cumprimento de condições ambientais em decorrência da APA (anexo 1), o resort encontra-se ainda, posicionado em uma faixa de praia onde ocorre a desova da tartaruga marinha, passando por algumas intervenções educativas (figura 7) advindas do Projeto TAMAR, que segundo Baptistotte (1992) surgiu no Brasil em 1979, em resposta a pressões internacionais, que exigiam uma posição do país em relação às tartarugas marinhas, animais ameaçados de extinção no mundo inteiro e objetivando, segundo Estrela (2015) conservar e desenvolver pesquisas das cinco espécies de tartarugas marinhas existentes no Brasil, todas ameaçadas de extinção, protegendo localidades ao longo de cerca de 1.100 km de praia, que incluem áreas de alimentação, desova, crescimento e descanso destes animais. Atualmente possui 20 bases ao longo do litoral brasileiro, sendo uma delas na Praia do Forte, situada a poucos quilômetros de Guarajuba.

Figura 7 – Intervenções educativas do Projeto Tamar nas dependências do resort.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

Em relação ao entretenimento ligado a atividades socioambientais, o resort possui uma horta, utilizada diariamente no período da tarde na caminhada com as crianças, onde os mesmos podem receber explicações sobre as espécies vegetais cultivadas, além de participar da colheita e plantio, e trilhas intituladas de caminhadas ecológicas, que propiciam aos hóspedes através de andanças com os monitores de recreação e lazer do equipamento, conhecer na faixa de praia pontos de desova da tartaruga marinha e nas dependências do resort uma das lagoas de Guarajuba componentes da APA.

Atualmente, o resort está em processo de concessões de licenças para ampliação, onde objetiva-se construir mais 92 acomodações, gerando assim mais 280 novos postos de trabalho (200 indiretos e 80 diretos).

5.1.3 Vila Galé eco Resort do Cabo-PE

Conforme o explicitado por Simões (2013) A microrregião de Suape está localizada no litoral do estado de Pernambuco e é constituída pelos municípios de

Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Possui 975 km² e está 38 km distante da capital Recife. Ramalho (2007), complementa, elucidando que a localidade é marcada por uma exuberante paisagem natural composta de mangues, estuários, remanescentes de Mata Atlântica, cercada pelos rios Massangana e Ipojuca e banhada pelo Oceano Atlântico, guardando assim, uma farta riqueza ecológica. Esse rio Massangana era chamado pelos índios que ali viviam de Suape, que em tupi significa “caminho incerto” ou “caminho duvidoso”, devido à sua própria trajetória incerta dentro do estuário.

Pelas características históricas favoráveis a produção da cana-de-açúcar na região, nos primeiros séculos de colonização do Brasil, um pequeno porto de embarque de açúcar constituiu-se na localidade, o que justificou a construção de uma pequena fortaleza pelos holandeses durante a ocupação de Pernambuco, e que chegou a ser entre os séculos XVII e parte do XVIII, conforme Gama (1977) a mais importante da costa, das que haviam fora de Recife.

Conforme Silveira (2010), seguindo a lógica da produção se aproximar do escoamento, Suape teve seu início de ocupação associado ao estabelecimento de engenhos de cana-de-açúcar (engenhos banguês), que por ali já escoavam sua produção. A posteriori, suas características geográficas favoráveis foram contempladas pelo Programa governamental na década de 1970, chamado PROALCOOL (Programa Nacional de Álcool). Esse desenvolvimento influenciou no sistema de transporte com melhoria de estradas, implantação ou dinamização de ferrovias de penetração e melhoramento das instalações portuárias, além do aumento de financiamento para as usinas e destilarias.

Conforme Santos (2013), em 1954, o padre francês Louis Joseph Lebret, que era economista e engenheiro especialista em portos, identificou nesta localidade o potencial de implantação de um porto e, próximo dele, uma refinaria de petróleo. Porém, só na década de 1970 esta visão de um porto que agregasse uma zona industrial, a exemplos de outros países, começaria a ser projetada. A partir de 1973, iniciou-se a elaboração do plano-diretor para a implantação de um Complexo Industrial-Portuário no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, consolidando assim, o Porto de Suape.

Em 2005, iniciativas de grande porte oriundas do Governo Federal começaram ser instaladas em área conexas ao Porto de Suape: a Refinaria Abreu e Lima - resultante de parcerias com os Governos Venezuelano e do Estado de

Pernambuco – e um Estaleiro, construído para ser um dos maiores da América Latina. Para tanto, recomeçou-se a desmatar e aterrar - ainda mais - áreas de manguezais sobreviventes da própria construção do complexo portuário; aspectos esses que já estão aumentando a destruição sobre o ecossistema estuarino e atingirão a produção pesqueira local, em um futuro bem próximo, com a capacidade de condenar definitivamente, na maior parte dos casos, o modo de vida de muitos pescadores suapenses.

Marcadamente pela economia pesqueira, em definição dos próprios pescadores, Suape passou a ser caracterizada pelas terminologias de mar-de-dentro e mar-de-fora, utilizadas para diferenciar a pesca feita antes e depois da arrebentação do mar. Quem passa da arrebentação é um pescador de mar-de-fora e quem pesca em rios, estuários e na praia não chega a ultrapassar a barreira natural, trabalha no mar-de-dentro.

Suape, hoje, tem aproximadamente 170 famílias que vivem da pesca artesanal, diretamente, seja no mar-de-dentro, seja no mar-de-fora. De maneira geral, a localidade sempre foi conhecida como uma área de pescadores, destoando, assim, da maioria das praias pernambucanas vitimadas pela explosão urbana desordenada, grande especulação imobiliária, exclusão territorial dos pescadores e turismo predatório, especialmente após a segunda metade do século passado.

Diferentemente dos outros dois resorts, que desde a implantação já pertenciam ao grupo Vila Galé Resorts S.A, o atual Vila Galé Eco Resort do Cabo, tem na sua gênese de implantação uma formatação distinta, que segundo Rodrigues (2000), está associada a expansão turística no Nordeste, que passou a ser prioritária para os Governos Federal e Estaduais no decênio de 1990, tornando-se foco de investimentos públicos, objetivando apoiar e concretizar instalações hoteleiras de grande capital nas praias nordestinas, com vistas a atrair um grande número de turistas que pudessem desfrutar das belezas naturais e pagar pelo conforto oferecido por tais empresas hoteleiras.

Baseado nisso, surgiu o chamado Projeto Costa Dourada, uma parceria dos Governos de Pernambuco e Alagoas com o Poder Público Federal, objetivando expandir o turismo entre o litoral sul de Pernambuco até Alagoas, com a instalação de grandes empreendimentos hoteleiros, contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo Federal. Suape, o palco do atual empreendimento, estando ao sul de Pernambuco, foi alvo desses

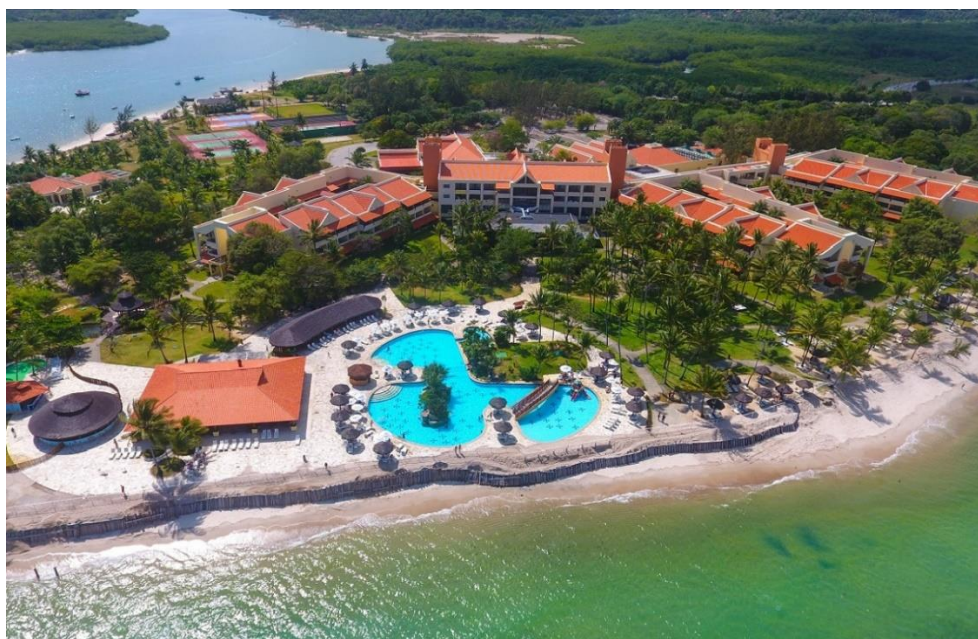
investimentos, que chegaram ao montante de R\$ 40 milhões, para a instalação do resort.

Eis que surge, conforme Oliveira (1997), o grupo de interesse para estabelecimento de tal resort, sendo ele composto por uma associação entre o grupo japonês AOKI (dono da rede mundial Ceasar Park) em sociedade com a empresa pernambucana Ipojuca Empreendimento e Participações S/A, juntamente com o FUNCEF (Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal).

Ainda conforme Oliveira (1997), para estabelecer-se, os representantes do resort negociaram com o Governo Estadual a concessão de boa parte da área. Assim, a área foi adquirida, no início de 1990, possuindo em torno de 150 hectares, dos quais 43 já eram de propriedade da empresa Ipojuca Empreendimentos (a então sócia do grupo japonês AOKI na implantação do hotel) e a outra parte (107 ha) era do Complexo Portuário de Suape, que, anteriormente, a tinha adquirido junto à Cooperativa de Tiriri, no ano de 1978. Para tanto, o Governo do Estado concedeu ao resort, direito de uso por 99 anos dos 107 hectares citados.

Inaugurado em meados da década de 90 como Blue Tree Park, este foi o primeiro grande resort de Pernambuco. Mudou de bandeira duas vezes (Blue Tree e Ceasar Park) antes de passar à rede portuguesa Vila Galé, tornando-se o Vila Galé Eco Resort do Cabo (Figura 8)

Figura 8 – Vista aérea do Vila Galé Eco Resort do Cabo.



Fonte: <https://www.vilagale.com/br/grupo/noticias/vila-gale-eco-resort-do-cabo-premiado> (2018)

5.2 Processo de Implantação

As informações que se seguem foram coletadas junto aos empreendimentos, obtidas em entrevistas semiestruturadas aplicadas ao gerente geral do resort e ao chefe da equipe de entretenimento (Vila Galé Cumbuco). Ao responsável jurídico do resort, a chefe do departamento de recursos humanos e ao chefe da equipe de recreação (Vila Galé Marés) e ao gerente de infraestrutura do resort e a chefe da equipe de entretenimento (Vila Galé Eco resort do Cabo).

Vila Galé Cumbuco

No processo de implantação, o resort estabeleceu-se em uma zona entre o centro do Cumbuco e a localidade da Barra do Cauípe, em uma Área de Proteção Permanente (APP) de campos de dunas móveis. Embora fosse uma zona sem registros da presença de municípios, não havendo assim conflitos de cunho social, os impactos ambientais foram consideráveis, visto que por iniciativa privada, foi construída uma rodovia e pavimentação que cortam o campo de dunas ao meio, pela motivação de dar acesso ao resort (figura 9). Ademais, de tempos em tempos, o movimento da duna passa a ocupar parte da rodovia, necessitando o resort de utilizar maquinário para a retirada e contenção.

Figura 9 – Rodovia entrecortada pelo campo de dunas no caminho do empreendimento



Fonte: Acervo da autora (2018)

A máxima utilizada para a aceitação do empreendimento por parte da comunidade deu-se principalmente na geração de emprego e renda, algo que não ficou restrito aos empregos diretos gerados na implantação, pois além de seu quadro fixo funcional, a comunidade interage oferecendo seus serviços, sobretudo de passeio de *buggy*⁵ e venda de artesanato no interior e arredores do empreendimento.

Quanto a ser ambientalmente e socialmente responsável, o resort além do cumprimento de definições que são uniformes a rede, possui em seu quadro de funcionários, no cargo de chefe da equipe de entretenimento, um português cuja formação acadêmica é licenciatura em Ecoturismo. Além de coordenar as atividades com hóspedes e comunidade, ele é o responsável na elaboração de projetos que visem minimizar impactos do empreendimento na natureza e comunidade.

Vila Galé Marés

⁵ Veículo automotor desenvolvido para transpor campos dunares.

Em vias de sua implantação, o resort estabeleceu-se também em uma APA, responsável pelo monitoramento das chamadas Lagoas de Guarajuba. Diferindo do empreendimento anterior, foi construído no interior de um condomínio pré-existente de casas de alto padrão, onde afirma ter trazido melhorias tais como: asfaltamento de pista dentro da propriedade, pórticos de iluminação e manutenção da área de proteção ambiental que serviu para valorizar a zona, sendo assim, bem recebido pelos proprietários das residências inseridas no condomínio e também pelas comunidades vizinhas, que não ofereceram resistência quanto a sua implantação, visto que a área onde o empreendimento se instalou não desapropriou nenhuma residência e favoreceu a geração de emprego e renda.

Para obter a autorização necessária para sua construção, a Vila Galé S.A contratou uma empresa de consultoria ambiental para nortear suas ações no que se referia a cumprimento das cláusulas exigidas para obtenção da licença ambiental junto a Secretária de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Bahia (SEDUR), onde dentre as ações exigidas, algumas envolviam a parte social e ambiental, a exemplo,

- Operar a atividade sempre de forma preventiva, em relação aos riscos referentes ao homem e ao meio ambiente, buscando soluções baseadas em tecnologias limpas;
- Promover periodicamente junto aos funcionários, Programas de Educação Ambiental e treinamento quanto à aplicação do Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos;
- Possuir um Programa de Educação Ambiental (PEA) priorizando programas para funcionários, hóspedes do empreendimento e a comunidade ao entorno;

Com isso, a empresa responsável por esse licenciamento ambiental permaneceu junto ao resort depois de sua implantação e corroborou para nortear algumas ações, tais como: Um plano de educação ambiental para o resort, ciclos de palestras voltadas para a Educação Ambiental e seus desdobramentos, a Revegetação da mata ciliar da Lagoa de Guarajuba que foi em parte desmatada para a construção do hotel, além das intervenções do Projeto Tamar que fomentam essas ações mais responsáveis dentro do empreendimento.

Vila Galé Eco Resort do Cabo

Entre manguezais, mata atlântica e zona de praia, surge um Vila Galé que ao assumir a gestão de um Eco Resort na praia de Suape, encontra um panorama a ser mantido, distinto do operado em seus outros empreendimentos, primeiro porque na gênese de sua implantação, houveram desapropriações oriunda de pescadores que encontravam-se residindo na zona de praia. Ademais, para receber a permissão de construção do empreendimento, parte das terras foram concedidas pelo Governo de Pernambuco, no qual em contrapartida, o resort deveria se responsabilizar pela manutenção do Parque Municipal Armando Holanda Cavalcanti (PMAHC), área de 270 hectares com ruínas de igreja, forte, farol e casa de faroleiro, datadas do início do século XVII.

Conforme Guimarães (2013), O PMAHC foi criado em 1979 (Decreto N° 5554 de 06 de fevereiro de 1979) e tombado como patrimônio histórico no ano de 1993 (Decreto N° 16.623 de 29 de abril de 1993). Documentos históricos relatam que em 1500, antes do reconhecimento do Brasil pelas embarcações portuguesas aportaram nestas terras navegadores espanhóis, liderados por Vicente Yañes Pizon.

Inseridos na área do Parque encontram-se a histórica Vila de Nazaré, a igreja homônima e importantes ruínas de edificações militares e religiosas construídas entre os séculos XVII e XIX. As ruínas do convento das carmelitas, da casa do faroleiro, do forte castelo do mar e do quartel velho, são algumas das construções que representam importantes acontecimentos do passado e compõem o patrimônio histórico e cultural da região, protegidos pela administração do parque (Figura 10).

Figura 10 – Mosaico de Imagens do PMAHC



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No cumprimento do auxílio a manutenção do parque, os gestores do empreendimento afirmam manter uma ronda de segurança 24h, além de possuir dentro das suas atividades no resort, duas vezes na semana, uma atividade intitulada trilha cultural, para levar os hóspedes até as instalações do parque municipal, conhecendo os pontos acima supracitados e retratando sua história, numa maneira de promover um enriquecimento cultural além de exercício físico aos hóspedes.

5.2.1 A comunidade e o processo de implantação

As informações que se seguem foram coletadas junto à comunidade, obtidas em entrevistas semiestruturadas aplicadas ao presidente da associação de pescadores e a vice-presidente da associação de moradores (Cumbuco-CE e Monte Gordo-BA) e as lideranças da associação de comerciantes de Suape, entidade também representativa da Associação de moradores homônima (Suape-PE).

Relatos da comunidade de Cumbuco

A implantação do empreendimento, segundo os representantes dos moradores, se deu em uma zona de campos dunares e distante do centro da localidade, logo, não houve, segundo eles, impactos diretos referentes a expulsão de moradores ou afastamento da comunidade em decorrência da instalação do empreendimento. Em verdade, escritos de Pinho (1981) e Mesquita (2013), dão conta que desde a década de 80, o Cumbuco já passava por uma crescente especulação imobiliária voltada ao turismo, destacando que muitos moradores estavam deixando a atividade da pesca e trabalhando na construção civil, construindo casas de veraneio. A população também passou a trabalhar nessas residências como caseiros, empregados domésticos, cozinheiros, vigias, lavadeiras, jardineiros, dentre outras ocupações.

Mesquita (2013) complementa que ainda no fim da década de 1980, o Cumbuco torna-se um marco para o turismo cearense com o advento da construção do hotel de capital francês *Saint Tropez des Tropiques* (atual residencial *way way*), pois chegavam voos charters⁶ que traziam turistas diretamente para o empreendimento através da empresa aérea Air France. Conforme o Jornal O POVO, (12 de agosto, 1989), naquele momento, espalhavam-se por toda a Europa cartazes e folders convidando os “civilizados a descobrirem este paraíso, um Éden de sol eterno, águas tépidas e brisa amena que suaviza o calor”. De acordo com dados do citado jornal, mais de 1000 franceses chegaram ao aeroporto de Fortaleza para se hospedar no *Saint Tropez des Tropiques* entre fevereiro de 1989 e janeiro de 1990.

Talvez seja essa a justificativa para a instalação do Vila Galé Cumbuco, conforme relatos da comunidade, sem resistência e sem muitas expectativas, visto que em anos anteriores os munícipes já haviam vivenciado esse fenômeno com empreendimento semelhante. A expectativa da comunidade quanto a presença do resort, se deu sobretudo na política de geração de emprego e renda e responsabilidade social, por eles entendido como financiamento ou apoio institucional, visto que no município vizinho estabeleceu-se um Porto, intitulado Porto do Pecém, e empresas componentes já trabalhavam princípios da responsabilidade social com os moradores.

⁶ Voo fretado por contrato para fim específico de viagens de turismo.

Relatos da Comunidade de Monte Gordo

A implantação do empreendimento, segundo os representantes dos moradores, se deu em uma zona onde antes havia uma área de mata fechada e lagoas, logo, não houve, segundo eles, impactos diretos de expulsão de moradores ou afastamento da comunidade em decorrência da instalação do empreendimento, não havendo conflitos comunidade-resorts. Do contrário, em primeira instância o resort foi esperado positivamente pelos munícipes, motivados principalmente pela possibilidade de geração de emprego e renda, sobretudo para a comunidade de Monte Gordo.

Relatos da Comunidade de Suape

Diferente dos outros dois empreendimentos os quais não consta desapropriações em seu estabelecimento, tampouco conflitos, O Vila Galé Cabo, anteriormente administrado e gerido pela bandeira de outro grupo, estabeleceu-se em uma zona de confluência da vegetação manguezal com a orla marítima, zona de orla essa, que possuía a presença de diversos pescadores passíveis a desapropriações, os quais, conforme Ramalho (2007), inicialmente, a empresa hoteleira buscou despejar da orla, sem qualquer ressarcimento, já que boa parte da praia era ocupada por suas casas, barcos e redes.

Eis a gênese de um conflito, visto que o hotel teve que recuar dessa iniciativa, pois alguns pescadores estavam dispostos a não sair do local, sendo, posteriormente, apoiados por uma ONG e a Associação de Moradores, que pressionaram para que isso não ocorresse, a partir das ameaças de chamar a imprensa televisiva para o local. Ramalho (2007), complementa ainda que,

Elaborando alternativas para transferir os pescadores, o hotel buscou financiar a construção de suas casas em um novo local não distante da praia, com a promessa de dar suas posses em definitivo, já que antes os pescadores não a detinham e suas moradas eram mocambos. Ademais, as casas seriam construídas de alvenaria, saneamento, água encanada, energia elétrica, diferentemente das habitações usuais dos pescadores; fato que acabou sendo aceito por eles, com a condição de que ficassem bem próximo ao mar; situação aceita pelo resort.

Começa-se então, o processo de remanejamento das famílias para as novas casas, sendo que, embora a maioria tenha aceitado a oferta do resort, sete famílias construíram uma resistência ferrenha pelo permanecimento na zona de praia, fato que foi revertido com uma oferta maior do resort a despeito de serem essas mais bem estruturadas e com uma proximidade mais evidente da zona de estabelecimento anterior. Atualmente, essas são conhecidas na região como as sete casas (Figura 11), que se posicionam depois da cancela de entrada do empreendimento, numeradas de um a sete, das quais no ano corrente de 2018, apenas três das sete originais famílias permaneciam no local.

Figura 11– Mosaico das setes casas fruto das desapropriações



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

5.3 Colaboradores

Informações referentes ao quadro funcional dos empreendimentos, obtidas nas entrevistas.

Colaboradores VG Cumbuco

Afirmam os entrevistados, que 90% dos colaboradores do empreendimento são residentes do município de Caucaia, em sua maioria advindos de bairros mais próximos ao centro e das proximidades da Praia do Icaraí. Existe uma preocupação da rede em construir políticas de manutenção do funcionário na instituição, o que segundo eles é muito importante para acompanhar o crescimento pessoal de cada funcionário. O resort chegou a Caucaia sendo o primeiro grande empreendimento hoteleiro da região, fato que perdura até os dias atuais, e precisou gerenciar um quadro que hoje soma 340 funcionários e cerca de 80 terceirizados, de maneira a treinar e capacitar para o atendimento ao turista. Conta um dos gestores que,

É muito bom ver que hoje tem até alguns empreendimentos residenciais, condomínios, residências novas, que foram quase todos comprados pelos nossos funcionários, ali pelo Garrote, Jurema, Metrópole, em Caucaia mesmo. É muito bacana a gente conseguir acompanhar de perto o desenvolvimento das pessoas. Pessoas que quando começaram aqui há oito anos não tinham família formada, não tinham sua residência. E hoje, oito anos depois conseguimos enxergar eles com uma estabilidade, com uma residência própria, com uma família formada.

O resort não conta com um transporte de funcionários próprio, pois a linha de ônibus urbano chega até as proximidades do empreendimento, recebendo eles o valor do auxílio transporte. Fato esse que se torna mais interessante pois possibilita residentes e prestadores de serviços indiretos (vendedores ambulantes, artesãos) a também fazerem uso do serviço de transporte que estabeleceu uma linha por conta da presença do resort, mas que passou a ser utilizada pela comunidade em geral.

A Rede Vila Galé oferece aos seus colaboradores um desconto de 65% para se hospedar em qualquer empreendimento da rede tanto no Brasil quanto em Portugal, que é estendido também aos seus familiares diretos. Ademais, no dia do seu aniversário o colaborador pode trazer um acompanhante e ganha uma estadia no equipamento que trabalha, vale ressaltar, que essa não é uma política particular desse empreendimento, mas uma definição da rede, estendida a todos os seus equipamentos.

Existe também o programa de premiação por anos trabalhados na rede. A partir de três anos trabalhados o colaborador passa a ser premiado com noites de estadia nos hotéis da rede diferentes daquele em que desempenha a sua função.

Outra ação do resort é o “Vila Galé Star”, que premia a cada trimestre um colaborador que venha se destacando na sua função. A eleição é feita a partir de um opinário (anexo B) em que os funcionários emitem sua opinião, e aquele que for

mais votado, ganha duas noites de estadia em um resort distinto daquele que trabalha.

Outro programa de premiação chama-se: “Inova e Ganha”. Nessa ação, o perfil criativo do colaborador é instigado, através da possibilidade de contribuir com ideias e sugestões que podem vir a ser implementadas na rede. O funcionário recebe um formulário contendo as regras (anexo C) e no verso, pode compartilhar a sua ideia, que inclusive são aceitas aquelas que visem uma melhoria social e ambiental nas dependências do resort. Sendo a ideia escolhida, além do colaborador ser premiado com a quantia de R\$300,00, a comissão responsável tenta implementar o que foi proposto em todos os empreendimentos da rede em operação no Brasil.

Existe também parceria com escolas de idiomas e cursos profissionalizantes que se localizam no município de Caucaia, onde a empresa atua com coparticipação no valor da mensalidade com o colaborador que se interessar em cursar.

Colaboradores VG Marés

Advindos de localidades próximas, a particularidade do quadro funcional do resort pauta-se na forte presença de colaboradores contratados, oriundos de um programa intitulado Jovem Aprendiz. Alunos de instituições públicas que estão no ensino médio tem a possibilidade de participar de uma seleção para atuar como aprendiz em setores como recepção, alimentos, bebidas e governança, para aprender através da prática do estágio a atuação no próprio ambiente laboral. Assim, ao término do estágio, muitos acabam permanecendo. Embora, sem números exatos, a gestão acredita que cerca de 30% do seu quadro funcional esteja correlato ao programa.

Outro destaque importante é dado ao Instituto Imbassaí, uma Organização Não-governamental, fundada em 2005 pelo ativista Francisco Oliveira, que dedicado as causas sociais teve passagens pela ONU e África, e reconhecida como Entidade de Utilidade Pública pela Prefeitura de Mata de São João, município vizinho a Guarajuba. Sua linha de atuação principal é a capacitação profissional e a educação das comunidades situadas no entorno dos grandes empreendimentos hoteleiros da região. Para tal, Francisco Oliveira e outros colaboradores,

percorreram todos os grandes empreendimentos hoteleiros do litoral norte baiano, em busca de apoio e pesquisando quais as principais demandas de capacitação profissional que os resorts necessitavam. Assim, lançou um programa intitulado Pontes para o futuro, conhecido na localidade também como “Jovem Aprendiz”, numa clara referência ao outro programa existente, que foi Financiado pela União Europeia, com apoio da Associação de Desenvolvimento Sócio Educativo e Cultural da Bahia (ADESC), obtendo apoio dos empreendimentos hoteleiros e turísticos da região, tais como o Grand Palladium Imbassaí, o Iberostar Resort, o Tivoli Eco Resort, a Grou Turismo e o Vila Galé Marés.

A intencionalidade de tal projeto, é o de fornecer cursos para jovens nas temáticas de: Cozinha, Garçom, Administração Hoteleira, Recepção e Lazer. Os cursos são ministrados por monitores do projeto, além de profissionais de cada cargo que estão em atuação dentro dos resorts e ex-alunos do projeto que compõem o quadro funcional dos empreendimentos, além de encaminhamento para estágio, nos quais uma porcentagem não informada fica contratada ao término do curso. (Figura 12)

Figura 12 – Interação entre recém-contratado do Vila Galé Marés e integrantes do Programa Jovem Aprendiz.



Fonte: Imagens autorizadas e concedidas pelo Instituto Imbassaí. (2018)

Assim, observa-se que diferindo do outro empreendimento, o resort do solo baiano adota uma postura de formação/capacitação anterior a contratação, importante para o auxílio do desenvolvimento pessoal do seu quadro laboral.

Colaboradores VG Cabo

Uma das grandes preocupações que o grupo demonstrou ter apresentado quanto aos seus colaboradores, foi na permanência, sendo o Eco resort do Cabo, o detentor dos funcionários mais antigos de toda a rede no Brasil. Visto que, antes do grupo VG assumir, o empreendimento já estava em funcionamento. Assim, sua estruturação difere-se das outras duas, contando um gestor que,

Para sermos bem aceitos quando chegamos, nossa grande preocupação estava no quadro funcional. Me orgulho muito em dizer que a chegada do Vila Galé não gerou demissões em massa ou angústia em nossos colaboradores. Do contrário, a permanência aliada a experiência de quem já estava foi o nosso grande trunfo. Lógico, trouxemos colaboradores de nossa confiança, pra gestão principalmente, e muita conversa, muita palestra e muita formação foi desenvolvida pra turma entender que agora teria que ser o jeito Vila Galé de trabalhar, o estar em rede, etc. A maioria se adaptou e isso foi absolutamente sem estresse. Eu por exemplo já era daqui, tenho ai quase 20 anos de casa...

5.3.1 A comunidade e os colaboradores

Cumbuco

Foi relatado que a maior parte dos funcionários do empreendimento são advindos de outras localidades do município da Caucaia, e não propriamente do Cumbuco, e que em vias de implantação, grande parte do quadro funcional do empreendimento, já veio transferido de outras unidades, sobretudo aqueles para compor os cargos de gestão, alguns até mesmo do próprio Vila Galé Fortaleza, situado na Praia do Futuro- Fortaleza (CE).

Guarajuba

Conta-se que para montar a equipe de funcionários do resort, sobretudo para ocupar os cargos de gestão, vieram funcionários que já atuavam no Hotel Vila Galé Salvador, e esses funcionários ofereceram cursos em áreas como recepção, governança e alimentos e bebidas que aconteceram no período de duas semanas e foram ministrados na sede da associação de moradores, visando

capacitar profissionais que viessem a atuar no empreendimento a posteriori. A comunidade também destaca e reconhece a importância dada ao empreendimento ao Programa Jovem Aprendiz, no âmbito da empregabilidade.

Suape

Dentre os empreendimentos da rede no Nordeste, o Eco resort é aquele que tem alguns dos funcionários mais antigos, visto que alguns remanesceram mesmo com a mudança de bandeira dos grupos. Assim sendo, a maior parte dos funcionários advém de localidades mais próximas ao centro de Cabo e praias vizinhas como a exemplo Gaibu. O transporte desses funcionários é realizado a partir de ônibus fornecido pela empresa, que os atendem de acordo com o turno de trabalho. Poucos dos funcionários são moradores de Suape, o que se justifica pela localidade ser pequena em número populacional.

5.4 O desenvolvimento do turismo socialmente responsável por meio do empreendimento.

Ações destacadas no resort Vila Galé Cumbuco

O resort construiu-se conurbado com o campo de dunas da praia do Cumbuco, fato este, que resultou na presença de uma duna de aproximadamente 5 metros de altura, entre o empreendimento e o acesso ao mar. Embora sendo a duna móvel uma Área de Proteção Permanente, existia uma estrutura em madeira, semelhante a uma ponte (figura 13), que os hóspedes atravessavam para chegar ao mar. Além da problemática diária do pisoteio humano em grande escala na duna, alterando seu curso original, a força do vento cobria de areia parte da estrutura da ponte, fazendo com que quase diariamente intervenções fossem feitas para o restabelecimento da estrutura.

Figura 13 – Estrutura em madeira e cordas ligando o empreendimento a zona de praia.



Fonte: Imagem concedida pelo empreendimento (2015)

Cientes da problemática ambiental causada, gestores do empreendimento associados a órgãos de fiscalização ambiental da Prefeitura de Caucaia, buscaram soluções para a diminuição do impacto causado, que culminou na demarcação da área passando a ser proibido o pisoteio com placas educativas (figura 14) para conscientizar os hóspedes da presença de uma área de proteção, e justificar o acesso à praia por outro caminho um pouco mais distante da área onde se estabelece as piscinas. Para os gestores, o mais gratificante foi poder visualizar o crescimento de vegetação na duna, favorecida pela demarcação e ausência do pisoteio (figura 15).

Em metáfora, os gestores contaram que os mesmos troncos e cordas que foram utilizados para agredir foram utilizados a posteriori para salvar, visto que o material que era utilizado na delimitação da ponte foi reaproveitado para demarcar a Área de Proteção Permanente.

Figura 14 – Placas educativas espalhadas pela área demarcada de proteção do empreendimento



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 15 – Área de demarcação entre o empreendimento e o mar.



Fonte: Acervo da autora (2018).

Constata os entrevistados, que essa sensibilização se faz essencial, visto que alguns hóspedes costumavam reclamar por alguns apartamentos, mesmo o resort estando a poucos metros do mar, não terem vista para ele, por conta da presença das dunas. (figura 16) Com o trabalho pedagógico, eles passaram a entender e até mesmo elogiar a política de proteção empreendida pelo estabelecimento.

Figura 16 – Apartamentos mais próximos ao mar.



Fonte: Acervo da autora (2018)

Ação Praia Limpa

Uma das atividades desenvolvidas pela equipe de entretenimento do resort é o chamado “Projeto Praia Limpa”. Sua execução acontece geralmente uma vez a cada mês, variando conforme a ocupação do empreendimento, que deve variar entre 40% a 60% de apartamentos ocupados. Segundo a gestão, menos que isso a atividade se tornaria com pouca adesão e mais que isso seria difícil para a equipe de funcionários mediar e conduzir.

A atividade acontece no dia da segunda-feira, por durante o fim de semana a praia receber uma quantidade mais exponencial de veranistas, que findam por deixar um maior fluxo de resíduos na praia. Participam da ação os hóspedes e os colaboradores do resort, sendo eles divididos em duas equipes, estando uma responsável por seguir na direção leste e outra na direção oeste, sendo o objeto da atividade conseguir recolher o maior número de resíduos da faixa de praia (figura 17) no tempo estabelecido de aproximadamente quarenta minutos.

Figura 17 – Mosaico de imagens turistas e funcionários participando da Ação Praia Limpa.



Fonte: Acervo da autora (2018)

Ao final, as duas equipes se reencontram nas dependências do resort, e o lixo recolhido é pesado, atribuindo-se o título de vencedora a equipe que tiver conseguido retirar a maior quantidade em quilos de lixo da praia. Conta-se que o recorde para essa atividade, foi uma ação que retirou 270 kg de resíduos.

Relatam os colaboradores, que a atividade é uma das mais elogiadas nos opinários de satisfação deixados pelos turistas, pois além do divertimento inerente a participar de uma competição, eles se sentem gratos por estar de certa maneira colaborando com a limpeza da praia e deixando o meio ambiente mais saudável não apenas para eles, mas também para os que virão.

Ações com as crianças da comunidade

Além de serem as maiores beneficiadas com as doações do setor de achados e perdidos, o resort afirma realizar, em datas pontuais tais como dia das crianças e Natal, festividades articuladas junto ao presidente da associação de pescadores e a pastoral, na praça do centro do Cumbuco. Algumas das atividades realizadas dentro do empreendimento, tais como os personagens humanizados que encantam os pequenos hóspedes, são levados à comunidade, além de show de

palhaços, malabares, doação de lanches e brinquedos. A ação faz parte do calendário da pastoral e o resort apenas apoia com algumas atrações e benefícios.

Outra ação vinculada a pastoral que o resort participou foi uma oficina de construção de pipas, brinquedo muito comum na região nordeste confeccionado com palitos e papel seda em formato de losango, que é posto para voar controlado pela criança. Membros da equipe de entretenimento que dominavam a técnica foram até a igreja para ensiná-la para as crianças, fornecendo também, o material.

Ações com as crianças hospedadas no empreendimento

A maior parte das ações voltadas para a Educação Ambiental que acontecem no resort são voltadas para o público infantil. Essas atividades acontecem diariamente nos três turnos (manhã, tarde e noite) e são mediadas pela equipe de entretenimento do resort. As crianças são levadas a uma sala de vídeo, para assistir a pequenas animações que tratam de aspectos tais como reciclagem, cuidados com a natureza, vida marinha, etc. A posteriori, entra na sala um personagem humanizado, sendo a composição de sua indumentária, já voltada para temáticas ambientais. Dentre alguns dos personagens destaca-se: O Nep, um personagem associado à proteção dos mares e das florestas, o caranguejo Edu, que entende sobre sustentabilidade e reciclagem, a vovó Naná, uma tartaruga contadora de história muito antiga, O marés, um golfinho muito estudioso que fala as crianças sobre ecologia e o personagem principal que é o Capitão Preservação, um pirata com um chapéu com folhas crescendo, sua espada é uma pá, o casaco de jornal e as botas de garrafa pet. Esses personagens são os responsáveis por encaminhar as crianças a atividades voltadas para a sustentabilidade que serão descritas a seguir:

Oficina de Reciclagem: Todos os dias após o horário do almoço, as crianças são convidadas a participar de uma oficina de construção de objetos com material reciclado. Ressalta-se que a base material para construção é de resíduos produzidos pelo próprio resort. Dentre os objetos construídos destacam-se luminárias feitas a partir de copos descartáveis, carrinhos e bonecas construídas com garrafas pet e rolhas de vinho, pequenas bolsas confeccionadas com embalagens de leite vazias, etc. Parte desse material é utilizado na decoração das dependências do resort e em datas comemorativas tais como o Natal. As crianças

colaboram na confecção por exemplo, da árvore de natal, a qual todos os anos é construída a partir de um material reciclado. Nessa atividade em especial, fala-se de uma participação dos pais, que ao acompanhar seus filhos findam por se envolver também no que está sendo proposto e construído.

Caça aos absurdos: A equipe espalha pelo resort objetos que agridem a natureza e o desafio é lançado para as crianças, no intuito delas encontrá-los e justificar porque aquele objeto não deveria estar ali. São espalhados pelo empreendimento, sacos de lixo, garrafas pet, dentre outros. Os responsáveis elucidam o caráter pedagógico da atividade, pois relatam que às vezes as crianças trazem palhas de coqueiro e plantas, cabendo a equipe ensiná-los e contextualizar o fato de serem esses materiais pertencentes à natureza e que devem estar ali.

Sr. Porcão: Atividade teatral, na qual as crianças vão pelo hotel e encontram um personagem jogando lixo no chão, deixando sujeira por toda parte e é travada uma espécie de pequena batalha com o personagem do Capitão Preservação. No interm do espetáculo, a dramaturgia segue para a instrução de como ter melhores práticas ambientais.

Horta Pedagógica: Nas dependências do resort é cultivada uma horta pedagógica (figura 18) possuindo o intuito de trabalhar quatro etapas distintas com as crianças: Preparar a terra, semear, plantar e colher. As crianças são ensinadas sobre a importância de cada etapa, os benefícios, e a posteriori são convidadas a participar de pelo menos uma dessas etapas, a depender da situação da horta naquele momento. A horta cultiva sobretudo hortaliças, utilizadas na própria cozinha do hotel, e possui um projeto para construção de uma estufa, visando cultivar flores, que futuramente serão utilizadas nas decorações especiais dos apartamentos de lua-de-mel e aniversários.

Figura 18 – Mosaico de imagens Horta Pedagógica.



Fonte: Acervo da autora (2018)

Utilização de energia solar

Em busca de fontes alternativas de energia, o resort utiliza placas solares para a manutenção do seu *spa*. (figura 19). O ambiente como um todo obtém sua energia através das placas fotovoltaicas, servindo para aquecer a piscina, alimentar a central de ar-condicionado e acionar lâmpadas. Afirma-se que não é uma prática apenas do resort do Cumbuco, mas outros empreendimentos da rede, sobretudo os localizados no nordeste do Brasil, fazem uso da energia alternativa para alimentação dos seus spas.

Figura 19 – Placa Solar instalada no telhado do spa.



Fonte: Acervo da autora (2018)

Além do spa, o número de 72 apartamentos do resort possui o aquecimento das águas de chuveiros e torneiras advindos da energia captada pelas placas fotovoltaicas.

Ações destacadas no resort Vila Galé Marés

Quanto ao desenvolvimento do turismo socialmente responsável por meio do empreendimento, o resort de Guarajuba afirma que parte de suas ações são baseadas no chamado Plano de Educação Ambiental do Hotel Vila Galé Marés. O plano veio como o cumprimento de uma exigência condicionante a licença ambiental, concedida ao resort para sua operação, sendo elaborado por um biólogo especialista, e reformulada no ano de 2017, quando o empreendimento sinalizou a prefeitura o interesse de expansão. Tal plano estabeleceu a duração dos trabalhos para o período de três anos, buscando atingir seus objetivos através da realização de seminários, oficinas, elaboração de cartilhas e produção de filmes e/ou material digital para divulgação das atividades ambientais do resort.

Seu objetivo é contribuir na melhoria da qualidade de vida dos funcionários, hóspedes e comunidade do entorno, através de ações como o plantio de mudas nativas nas APPs e o destino correto do lixo, esgoto, etc. Além disso, visa a promoção de palestras com temáticas correlacionadas a APA na qual o empreendimento está inserido, legislação ambiental básica, utilização racional dos recursos naturais, dentre outros, findando na publicação de materiais didático-

científicos, com informações sobre Educação Ambiental, para distribuir entre hóspedes, escolas do entorno, associações de bairros etc.

Nas atuações tais como as oficinas, a proposição é de atividades de produção e replantio de mudas nativas e reciclagem. Para isso, as mudas devem ser produzidas e replantadas no próprio hotel, como atividade aberta aos hóspedes e alunos de escolas próximas. Quanto à reciclagem, a proposta é de trabalhos voltados a produção de brinquedos e utensílios diversos, com os resíduos gerados no próprio hotel, tais como plástico, metal e vidro.

Ciclo de Palestras

O chamado ciclo de palestras, ação prevista dentro do Plano de Educação Ambiental do hotel acima supracitado, iniciou-se de maneira efetiva ainda no ano de 2017 e agregou tanto funcionários quanto hóspedes, sendo eles convidados a assistir e participar de palestras com especialistas dentro do auditório do resort, objetivando proporcionar uma discursão de temas relacionados ao meio ambiente, tratando das problemáticas atuais, além de informar sobre noções básicas de ecologia, direito ambiental, programas de prevenção de acidentes ambientais e programas de atendimento emergencial, fomentando assim o procedimento funcional e social de ações sustentáveis.

As palestras ministradas pairaram sobre quatro temas: conceitos básicos de meio ambiente, legislação ambiental vigente, programa de prevenção de acidentes ambientais e programa de atendimento de emergência, acontecendo em dois dias, das 10 horas da manhã às 17 horas, sendo observado por parte dos funcionários uma preocupação em seguir o protocolo na busca de evitar danos ambientais tanto em sua comunidade residente quanto no meu ambiente de trabalho.

Práticas sustentáveis na infraestrutura

Desde a portaria de entrada dos hóspedes no empreendimento, já é possível visualizar placas educativas que os apresenta as atividades e ações de cunho ambiental no resort, como a que faz referência à área de proteção ambiental (figura 20). Entra-se margeando uma enorme área preservada a esquerda e a direita

posiciona-se a recepção, que em parte compõe sua estrutura de madeira reflorestada. Outro impacto receptivo para os hóspedes diz respeito aos veículos utilizados pela equipe de mensageiros, que são carros elétricos, minimizando poluentes. (figura 20)

Figura 20 – A esquerda placa indicativa da área de proteção ambiental e a direita veículo utilizado pelo empreendimento.



Fonte: Acervo da Autora (2018)

A construção do hotel mesclou trabalhos em alvenaria com peças de madeira reflorestada utilizadas, por exemplo, nas forragens e pórticos de iluminação. Outro detalhe refere-se ao projeto de ventilação dos restaurantes, que foram projetados de maneira a aproveitar a ventilação natural. Tal como o Vila Galé Cumbuco, o spa utiliza-se da energia solar para aquecimento de suas piscinas.

Caminhada ecológica

Ao longo da estada, a convivência e conhecimento de atividades com inclusão da questão ambiental por parte dos hóspedes se dá por intermédio da equipe de entretenimento, que desenvolve tarefas visando otimizar o tempo do turista, apresentando-os opções envoltas ao contato com a natureza. Todas as manhãs, um profissional responsável posiciona-se na entrada do café da manhã, convidando os passantes para a chamada caminhada ecológica, que possui dois roteiros distintos, separados por nível de dificuldade.

A primeira delas, de nível mais fácil de ser executada, acontece no tempo estimado de trinta minutos, exercitando-se pela faixa de praia. O grupo geralmente é composto por no máximo quinze pessoas e o animador os conduz até uma das

chamadas pontas litorâneas. Ao longo do percurso, a grande atração são as áreas demarcadas pelo Projeto Tamar de ocorrência de ninhos de tartaruga (figura 21). Em dias que antecedem a desova, o Projeto comunica a equipe de entretenimento do hotel, e estes espalham panfletos convidativos para que os turistas possam acompanhar esse momento com a equipe técnica do projeto, recebendo as devidas explicações e conscientização quanto a importância da preservação do animal, ocorrendo esta, por volta das seis horas da manhã.

Figura 21 – Ninho de tartaruga ao longo da caminhada ecológica.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

Já a segunda opção de caminhada, tem um nível de dificuldade um pouco mais elevada, tendo seu período de duração estimado em cerca de uma hora, onde o hóspede além de executar o roteiro da faixa de praia, o estende para a área de preservação do resort, onde o objetivo é conhecer uma das lagoas de Guarajuba. Ao longo do percurso, o turista pode visualizar as espécies nativas da região, todas elas demarcadas com o nome usual e científico, até chegar ao cenário da lagoa, porém sem a opção de banho, pois suas águas são consideradas impróprias.

Horta infantil

Outra opção de caminhada é destinada ao público infantil, ocorrendo essa ao final da tarde, por volta das 16h. As crianças são convidadas pela equipe de

entretenimento para acompanhá-los até a horta (figura 22) inserida dentro do empreendimento, onde elas aprendem sobre a importância do consumo de hortaliças, bem como, são convidadas a regar tais plantas e em períodos de colheita, participar ativamente do processo. A equipe destaca ainda, que sempre ocorre também a presença de adultos que acompanham seus filhos e findam por participar da atividade, e as hortaliças são utilizadas nas refeições do próprio empreendimento.

Figura 22 – Horta cultivada no interior do empreendimento.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

O Projeto Tamar e o Resort

Conta-se que a parceria entre o empreendimento e o resort se iniciou ainda nos primeiros meses de operação, quando em uma das vistorias pela faixa de praia, técnicos do projeto perceberam que o resort havia instalado postes com refletores voltados para o mar, no intuito dos hóspedes frequentarem a praia no período noturno. Porém, a presença de luminosidade desorienta as tartarugas, e existem pontos de desova distando menos de 100m da saída do hotel.

Com isso, todos os pórticos de iluminação na área do hotel foram trocados por luminárias, que incidem o foco de luz para o alto e não para o chão, além de serem esses, confeccionados em madeira reflorestada (figura 23). Os refletores da faixa de praia foram retirados completamente, sendo substituídos por um aviso educativo que explica aos turistas a impossibilidade de visitação noturna a zona de praia por conta da presença das tartarugas.

Figura 23 – Pórtico de iluminação artificial nas dependências do resort.



Fonte: Acervo da Autora (2018)

A presença de placas do projeto no interior do empreendimento, bem como a participação em atividades como a desova, segundo os gestores, acaba incitando a curiosidade do visitante em ir conhecer a sede do projeto, localizado na Praia do Forte, distando aproximadamente 20 km do resort. Para isso, existem empresas que vendem os passeios e organizam excursões com saídas diárias até o local, sendo esta a excursão mais popular entre os hóspedes.

Projeto Horta nas Escolas

Além do Pontes para o Futuro, relatado juntos aos colaboradores, outro programa do Instituto Imbassaí que recebe apoio do Vila Gale Marés é o projeto intitulado “Horta nas Escolas”, no qual o empreendimento doa mudas de plantas que são cultivadas no hotel, para que sejam montadas pequenas hortas nas escolas do município de Camaçari, e dispõe alguns de seus funcionários para colaborar na construção e manutenção da horta juntamente com os alunos. (Figura 24)

Figura 24 – Projeto Horta nas Escolas.



Fonte: Imagens autorizadas e concedidas pelo Instituto Imbassáí. (2018)

Ações destacadas no resort Vila Galé Cabo

Horta Educativa/ Quintal Ecológico/ Orquidário

Assim como nos dois outros empreendimentos, o Eco-Resort do Cabo conta também com sua horta educativa destinada a atividades com as crianças. O que difere esse empreendimento dos outros dois, é a presença também de um quintal ecológico e de um orquidário, voltado exclusivamente para atividades com o público adulto. Conforme Souza *et al*, (2018), o quintal ecológico é mais abrangente em termos espaciais e produtivos que uma horta porque o quintal de uma casa é um local comumente utilizado para cultivar plantas ornamentais, frutíferas, hortaliças e medicinais para complementar a alimentação. O quintal pode ser também adotado como espaço de aprendizagem para qualquer indivíduo, independentemente do nível escolar. Conhecer os elementos, que já existem nesse espaço ou desenvolver atividades, que propiciem reflexões sobre o histórico, os conceitos, os princípios das práticas de cultivo, bem como a importância das espécies que estão ou podem estar presentes, nesse ambiente, possibilitam um universo de percepções na construção do saber.

Assim sendo, a presença de um quintal ecológico dentro de um resort (Figura 25), e compondo a lista de atividades do mesmo, corrobora no ensinamento de técnicas de cultivo, adubação orgânica, além de oficinas de plantio de mudas aos arredores do empreendimento, visando a lógica de que os hóspedes levem os conhecimentos apreendidos para suas residências e passem a exercer a manutenção dos seus jardins e quintais baseados na agroecologia.

Figura 25 – Mosaico de imagens do quintal ecológico



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Além da presença do quintal ecológico, compõe as atividades de entretenimento o orquidário. Um orquidário é um local onde se cultiva, cuida e mantém as orquídeas com as melhores condições de luminosidade, humidade e temperatura possíveis. Quanto a presença do orquidário no hotel, um dos gestores relata:

A ideia de montar um orquidário aqui veio ainda das gestões passadas. Sempre recebíamos muitos casais em lua-de-mel, e necessitávamos de flores nobres para a decoração dos apartamentos, o que era bem difícil de

encontrar. Assim pensamos: podemos produzir aqui! Hoje todas as flores decorativas dos quartos são do nosso próprio orquidário, e incluímos nas atividades juntos aos hóspedes para mostrar que é possível a existência de um desses na sua casa, apartamento, quintal e por aí vai. Ensinamos aqui técnicas de manejo, cuidados com as plantas, condições ideais. Já tivemos registros de hóspedes que depois da experiência no hotel, montou um em casa e depois nos enviou as fotos. É gratificante!

Praça Ecológica

Um artesão da localidade domina a técnica de reciclar pneus velhos transformando-os em lixeiras, bancos, cadeiras, dentre outros. Na perspectiva de valorização do trabalho, foi criada no interior do resort uma chamada praça ecológica, construída a partir de materiais reciclados, produtos esses, que podem ser adquiridos pelos hóspedes no interior do empreendimento. (Figura 26).

Figura 26 – Materiais reciclados na praça ecológica.



Fonte: Acervo da autora (2018).

5.4.1 Visão comunitária quanto ao desenvolvimento do turismo socialmente responsável por meio dos empreendimentos

Cumbuco

Para os munícipes entrevistados, o desenvolvimento do turismo por intermédio do empreendimento é negativo. Gerar emprego não é desenvolver. Mão-

de-obra é uma consequência necessária. Desenvolver é interagir, beneficiar, entender e correlacionar a comunidade, pois por vezes a comunidade também pode guardar em sua cultura, festejos e organização, elementos capazes de corroborar no encantamento do turista, do contrário, o Vila Galé Cumbuco propicia apenas o isolamento/ afastamento do turista. Outra crítica quanto ao desenvolvimento do turismo dá-se em referência ao já supracitado Trecho V do Eixão das Águas, visto que o abastecimento e saneamento da localidade é um anseio antigo dos moradores, e o desvio feito pela obra visa abastecer uma área que beneficia unicamente o resort Vila Galé. Uma obra do governo do Estado, mas que traz benefícios exclusivos a iniciativa privada no contexto do Cumbuco.

Guarajuba

Quanto a aspectos relacionados à visão positiva do turismo praticado e a mudança da dinâmica comunitária com a presença do empreendimento o presidente da associação de moradores relatou que,

Eu não posso falar nada sobre o turismo que acontece lá porque eu nem sei. Não sei quem são, não sei de onde vem. Pra quem se empregou lá foi muito bom, mas pra gente que não, perdemos um lugar. Antes era tudo mais verde e a gente levava as crianças pra lá de vez em quando, hoje a gente não pode entrar no condomínio que já perguntam pra onde vai, vai fazer o que? Já pensei em ir lá pedir ajuda aos meninos, mas da portaria não me deixam passar, se eu ligo não atendem e quando atendem ninguém parece querer resolver. Vai passando de um pro outro, de um "ligue mais tarde" até que a gente desiste. Sem falar que tão querendo passar tudo pra lá. Correios, Banco, tudo. Acho que o governo prefere fazer a gente que tá aqui todo dia andar, atravessar a pista, correr risco de vida do que eles virem pra cá. A ricarada não se mistura com pobre não minha senhora. O pobre é que teima em querer se misturar. Querer não. É precisar sabe?

A mudança dos serviços os quais se refere o morador, é o fato de agências bancárias, correios e serviços correlatos estarem situados no centro da localidade de Monte Gordo, porém, diante de reivindicações, foi sinalizado o interesse de mudança de todos os órgãos para Guarajuba, o que demandaria um deslocamento maior dos munícipes em detrimento a um conforto maior em uma zona predominantemente de segundas residências.

Suape

Ao desembarcar na comunidade de Suape e tecer os primeiros contatos, soube-se que a comunidade enxergava a presença do resort como negativa, pois estavam em pleno conflito. Isso porque, por conta de sua posição

geográfica, em meses anteriores o avanço do mar tinha promovido a destruição de parte da piscina do resort, e em decisão solutiva, os gestores do equipamento tinham apresentado a comunidade a necessidade de construção de um espigão ou molhe. Conforme Tessler & Goya (2011), Um molhe é uma obra marítima de engenharia hidráulica que consiste numa estrutura costeira semelhante a um pontão, ou estrutura alongada que é introduzida nos mares apoiada no leito submarino pelo peso próprio das pedras ou dos blocos de concretos especiais, emergindo da superfície aquática. É, portanto, uma longa e estreita estrutura que se estende em direção ao mar que tem como finalidade principal romper a força da onda, controlando a erosão costeira, o avanço da maré e a largura de praia.

Tal espigão seria construído entre a praia e o empreendimento, onde segundo os moradores impediria a passagem deles a outra zona de praia, além de para se locomover, ter que passar pela segurança do empreendimento. Em conversa com os gestores sobre tal problemática, um deles relatou o seguinte:

Hoje com o avanço dos estudos da proteção do meio ambiente, não se é permitido fazer-se engorda da praia por meio de dragagem. Então o hotel precisou tomar medidas de acordo com os órgãos ambientais, para poder manter o empreendimento funcionando. De forma menos agressiva, e permitida pelos órgãos que protegem o meio ambiente, o hotel foi buscar uma solução que se denomina de ESPIGÃO, o qual está sendo chamado de muro que proíbe o acesso aos banhistas.

Como forma elucidativa, a gestora forneceu ainda uma imagem explicativa (Figura 27), de como seria o acesso depois de finalizada a obra.

Figura 27– Imagem explicativa do acesso pós-construção do espigão.



Fonte: Fornecido por colaborador (2018)

Porém, parte da comunidade, sobretudo aqueles representantes comunitários, posicionaram-se contra a obra, com relatos tais como os documentados a seguir:

Estive na última reunião que teve ai no hotel que segundo eles era uma audiência pública em um patrimônio particular. Como assim audiência pública em patrimônio particular? Até ai tudo bem. Acontece que o gerente nos apresentou essa proposta como se fosse a única possível, na verdade moça não posso nem dizer que foi proposta porque ele já veio dizendo como e quando iria fazer. E ai bate um medo sabe? Como vamos nos sentir a vontade de ir pra um lado da praia com um monte de seguranças olhando feio pra gente? E o pior não é isso! O pior é que essa onda vai pra outro lugar. Vai pra nossa comunidade, vai invadir nossas casas. E se o hotel deles tiver protegido a sente que se vire depois. Não sou contra o hotel ta? até porque tenho familiares, amigos trabalhando lá, eu também trabalhei, vivi tempos bons e ruins lá e sei que temos que defender o nosso pão de cada dia agora, concordar com isso eu não concordo jamais.

Assim, encontrava-se a comunidade dividida entre fornecer ao não apoio a obra desenvolvida pelo resort, que tinha sua previsão de finalização para dezembro de 2018.

Além da problemática com o espigão, o desenvolvimento do turismo pelo empreendimento era visto como negativo porque a comunidade alega que na gestão anterior (Ceasar Park), o empreendimento atuava mais fortemente nas questões de responsabilidade social, fato que não era igualmente continuado na gestão Vila Galé, como pode-se inferir a partir do depoimento a seguir:

Quando o resort ainda era Ceasar Park, a Associação dos comerciantes de Suape teve mais apoio. Até a construção dos nossos pontos de venda⁷ foi uma parceria entre a prefeitura e o resort. Eles também já chegaram a apoiar a nossa festa mais importante que é a Ouriçada⁸, ajudando no fornecimento de bandas, de apresentações no centro da praça. Desde que chegou o Vila Galé, fomos esquecidos. Qualquer demanda que apresentamos eles dizem que vão avaliar e jamais a resposta chega. Mas sinceramente? Acho que a culpa também é nossa. Talvez não somos articulados o suficiente pra pressionar. Ou talvez nem precisasse pressionar eu sinceramente já nem sei.

5.5 Concessões de maneira direta as comunidades

VG Cumbuco

Dentre as ações de sustentabilidade que são da rede Vila Galé como um todo, existe a política de concessão financeira a instituições, baseadas no número de questionários de satisfação respondido pelos hóspedes. Em momentos estabelecidos, tais como *check-out* ou depois das apresentações noturnas, concentrando o maior número de pessoas no mesmo lugar, os turistas são informados que a cada opinião respondido, será doado 0,50 centavos a uma Organização Não-Governamental (ONG), a escolha do empreendimento.

Cada hotel possui autonomia para escolher para qual instituição irá destinar a verba. No caso do Cumbuco, no ano anterior a verba foi para uma instituição vinculada ao tratamento de câncer infantil, sendo arrecado o valor de R\$ 3.670,00. No caso do ano atual, a escolha foi para uma instituição destinada ao monitoramento e resgate do peixe-boi marinho, além de algumas outras práticas no quesito da conscientização ambiental que atua na praia vizinha de Iparana, também no município da Caucaia.

Por conta desta parceria, tramita o plano de responsáveis pelo projeto irem até o hotel para ministrar palestras de cunho ambiental aos hóspedes e colaboradores, ainda em processo de construção.

⁷ Na praça principal de Suape, existe uma série de pontos de venda padronizados, alguns bares e outros responsáveis pela comercialização de peixe, temperos, etc.

⁸ Festividade relatada na página 101

Bazar para os funcionários e comunidade

O resort possui uma sessão de achados e perdidos, que guarda objetos esquecidos pelos hóspedes, e quando não procurados para devolução desses pertences, com o passar do tempo, torna-se legalmente posse do hotel. Expirado o prazo, os funcionários fazem uma triagem, e o que pode ser aproveitado é doado para a pastoral da igreja matriz do Cumbuco, sendo a maioria dos itens relacionados a roupas de banho e brinquedos, ficando responsável a igreja por intermediar a distribuição para a comunidade. Os artefatos que não são doados, bem como as mobílias antigas, são dispostas em um bazar no qual os funcionários podem adquirir os produtos a um preço bem abaixo ao estabelecido pelo mercado. As doações e o bazar acontecem a cada seis meses, aproximadamente.

VG Marés

Bazar de mobília

Quanto a ações que são apresentadas no site da rede no que se refere a práticas de sustentabilidade, tais como, doação de mobília antiga para a comunidade, os gestores afirmaram não serem práticas operadas no resort em questão. Relatou-se que o resort realizava um bazar anualmente onde a mobília antiga era disposta aos funcionários a preços muito baixos. Assim como o Vila Galé Cumbuco, os opinarios respondidos revertem-se em recursos para instituições próximas a comunidade, sendo a última escolhida, uma associada ao tratamento de câncer em crianças.

VG Cabo

Não foi relatada nenhuma outra ação, fora as acima já descritas, que são inerentes a rede Vila Galé como um todo, sendo a última instituição beneficiada pela resposta dos opinários, uma ONG relacionada ao resgate de animais.

5.5.1 Necessidades comunitárias frente as concessões de maneira direta

Cumbuco

Com referência a esse aspecto, foi elucidado que em situações pontuais, tais como celebrações natalinas e dia das crianças, o resort colaborava encaminhando parte da sua equipe de entretenimento para atividades tais como :danças e animação, além de oficinas infantis. Porém, não houve relatos referentes a doação de mobília e incentivos em projetos sociais, do contrário, essa foi uma das demandas apresentadas pela comunidade, requerendo apoio institucional ao Campeonato Juvenil Kite Cumbuco.

Conforme Belliard e Legrand (2010), O *Kitesurf* é um desporto aquático que foi criado em 1985 por dois franceses: Bruno e Dominique Legaignoux. O nome vem da junção de duas palavras inglesas: *kite*, que significa pipa e *surf*, que quer dizer deslizar sobre a água. A intencionalidade do esporte é a partir da utilização de uma pipa, chamada pelos adeptos de *kite*, que fica presa ao corpo do praticante pela cintura e de uma prancha que fica sob os pés, efetuar manobras na água a partir da força do vento. Relatos dão conta que o esporte se intensificou no Cumbuco em meados da década de 90, trazido exatamente pelos franceses que vinham se hospedar no *Saint Tropez des Tropiques*, existindo naquela zona de praia, condições ideais para a prática do esporte.

Pela forte presença do esporte na praia do Cumbuco, a associação de moradores resolveu organizar um campeonato juvenil, esse mesmo que acima foi supracitado, evento esse, organizado, realizado e financiado por moradores do Cumbuco com auxílio de patrocinadores locais, onde em sua 1º edição em 2011, revelou o Tricampeão Mundial, Carlos Mário (Bebê). O evento é destinado a competidores de 8 a 25 anos, que recebem camisetas, lanches e água mineral no dia da competição. (Figura 28).

Conforme lideranças comunitárias que também são responsáveis pela coordenação do evento, o impacto é absolutamente positivo, pois os competidores que se encontram em idade escolar, precisam apresentar no ato da inscrição sua frequência e boletim de notas, sendo o desempenho positivo uma condição para participação no campeonato. Além do fato de participar como expectadores, possíveis patrocinadores chamados de “olheiros” e fornecer como premiação um equipamento de *kitesurf* que tem um custo financeiro elevado frente as condições dos jovens da comunidade.

foco principal é na limpeza das praias. Dentre as ações do Programa, uma das mais expoentes é a *I'm a Trash Hero*, ação que estabelece um chamado dia específico durante o ano, onde todos os participantes vão a campo para retirar lixo da zona de praia. Em junho de 2018, mais de 104.000 voluntários removeram 599 toneladas de lixo em 11 países do mundo. Uma das comunidades participantes do Projeto é o Cumbuco (Figura 29).

Figura 29 – Participação da comunidade de Cumbuco no I'm a trash Hero.



FONTE: Imagem autorizada e concedida por lideranças comunitárias. (2018)

Tal iniciativa, também necessita de patrocínio, frente a necessidade de doação de sacos de lixo, luvas, além de capacitação para destinação correta do lixo recolhido e oficinas de reciclagem. Embora dentro do resort, juntamente com os hóspedes, coexista uma atividade extremamente semelhante anteriormente destacada como “Ação Praia Limpa”, as atividades não interagem entre si, não participando o resort da ação desenvolvida pela ONG junto à comunidade.

Guarajuba

Uma grande reivindicação, traduzida pela fala do morador como “A ajuda aos meninos”, se refere ao Projeto intitulado “Ação Jovem” que acontece na sede da associação comunitária de Monte Gordo. O projeto reúne crianças para reforço escolar, aulas de capoeira e teatro, sendo de manutenção da associação de moradores, bem como, tendo como colaborador também a associação de

pescadores de Guarajuba. O Projeto demanda doações de material escolar, esportivo e monitores, nos quais afirmam que o apoio institucional ao Vila Galé foi diversas vezes requerido, e nunca atendido.

O presidente também falou desconhecer ações de filantropia constantes no site do empreendimento tais como, doação de refeições diárias, doações a instituições de solidariedade da região e mobiliário. Afirmando assim, a quase inexistência de ações diretas do empreendimento na comunidade (salvo destaque ao Programa Jovem Aprendiz e o apoio ao Instituto Imbassaí) e alertam para duas possíveis razões para tal problemática:

1. Fiscalização ineficaz dos órgãos competentes. Se existem ações não é feita uma prestação de contas com a comunidade e nem uma sondagem para elencar possíveis demandas, dificultando a comunicação e intervenções concretas do empreendimento.
2. Distanciamento geográfico. Por estar situado no interior de um condomínio e distante cerca de 10km do centro de Monte Gordo, o resort parece “alheio” ao que acontece e onde se faz necessário intervir para atuar no quesito responsabilidade social.

Suape

A comunidade relata desconhecer ações de filantropia constantes no site do empreendimento tais como, doação de refeições diárias, doações a instituições de solidariedade da região e mobiliário.

No que se refere a demandas, a grande reivindicação veio por parte de um líder atuante a favor do Parque Armando Holanda. Segundo ele, a igreja de Nazaré, importante símbolo de Cabo de Santo Agostinho, por datar ainda do final do século XVI necessita constantemente de reparos e auxílio, visto que, o Vila Galé, corresponsável pela manutenção do parque não se pronuncia. Por isso, instituiu-se o pagamento de uma simbólica taxa de R\$ 2,00 para visita na capela, no qual segundo relatos, não é nem mesmo avisado aos hóspedes que saem em participação da trilha cultural proposta pela equipe de entretenimento do resort.

5.6 Valorização Cultural por parte dos resorts

VG Cumbuco

As atividades de cunho cultural do resort concentram-se mais no período noturno e buscam apresentar personagens que fazem parte tanto da cultura nordestina quanto de outras regiões brasileiras. Na semana em que é comemorado a dia do índio a exemplo, um indígena é convidado ao hotel, visto que, o empreendimento encontra-se no mesmo município que a Reserva indígena do Tapebas (com aproximadamente 5,2 mil hectares de terras e mil indígenas), no intuito de relatar aos hóspedes algumas de suas práticas cotidianas. Existem também danças e peças de teatro que envolvem temáticas de circo, cangaceiros, quadrilhas e a feira livre cearense. Algumas dessas atividades são encenadas pelos próprios colaboradores do resort e outras são convidados grupos externos, bonificados financeiramente para apresentar seus espetáculos.

Aborda-se também, que existe uma preocupação em contratar artistas e talentos residentes do próprio município, citando o exemplo da contratação todos os anos do grupo de coral “Vozes da Caucaia” para as apresentações natalinas que acontecem no período.

Feirinha de Artesanato

Em parceria com a Prefeitura de Caucaia, o resort cede gratuitamente, desde a sua implantação, o espaço do seu gramado para um grupo de doze artesãos (figura 30) que de terça-feira ao sábado das 08h00min às 16h00min, vão ao resort para comercializar os seus produtos. Todos são residentes do Cumbuco e os produtos ofertados são variados, indo desde a confecção de artigos de decoração com areias coloridas, onde a fabricação do artesanato no interior do resort já seduz o turista a admirar a técnica, a mulheres rendeiras que tecem rendas de bilro também aos olhos do hóspede.

Ressalta-se que existe uma interação entre o visitante e o munícipe muito forte, contando uma das artesãs que,

Tem turista que é muito curioso. Chega querendo saber onde a gente aprendeu a fazer, como é que faz, só falta tomar da gente e fazer também (risos). A gente começa a conversar e eu sempre gosto de contar como é viver no Cumbuco, viver do artesanato. Como todo dia a gente tá aqui, vai chegando no fim da semana e eles até já cumprimentam a gente pelo nome, faz amizade mesmo. Gosto demais de tá aqui.

É enfatizado que a presença da feirinha dentro do empreendimento, beneficia tanto o hóspede que sem sair das dependências do equipamento, talvez não entraria em contato com o artesanato local, quanto ao artesão que por intermédio da ação do resort tem garantida a sua renda, incentivando assim, o pequeno produtor.

Figura 30 – Feirinha de artesanato nas dependências do resort.



Fonte: Acervo da autora (2018)

VG Marés

No que diz respeito a valorização cultural, dentre as apresentações artísticas que ocorrem todas as noites no resort, uma dessas, dedica-se a apresentar um show folclórico com danças típicas da Bahia. A banda percussiva apresenta ritmos tais como dança do fogo⁹, puxada de rede¹⁰, orixás¹¹, maculelê¹² e capoeira¹³. Para além disso, as agências de venda de passeios operantes dentro do empreendimento, oferecem passeios tais como o “*City Tour*”, onde os hóspedes são acompanhados para os principais pontos históricos da cidade, passeio “Ritmos do

⁹ Rito dançante que envolve a manipulação de objetos sobre o fogo.

¹⁰ Folguedo que surgiu após o período da escravidão, quando os negros não acharam oportunidades de se encaixar no mercado de trabalho e procuraram seu sustento no mar. Assim, a dança vem em agradecimento a Deus do Céu e a Nossa Senhora (Iemanjá) pelo tempo bom e o sucesso na pescaria.

¹¹ Dança com indumentárias das divindades africanas.

¹² O maculelê em sua origem era uma arte marcial armada, mas atualmente é uma forma de dança que simula uma luta tribal usando como arma dois bastões.

¹³ Expressão cultural brasileira que mistura arte marcial, esporte, cultura popular, dança e música

Pelô”, onde os turistas podem assistir a uma apresentação noturna no Pelourinho do grupo Olodum e outro intitulado “Bahia histórica e cultural”, onde eles além do tour histórico pela cidade, podem participar de um jantar que une folclore e gastronomia típica baiana.

VG Cabo

Dentre as ações de valorização cultural desempenhadas pelo resort, o destaque vai para os passeios opcionais oferecidos aos hóspedes por uma agência de viagens que possui um ponto de vendas nas dependências do equipamento. Dentre os passeios oferecidos está uma caminhada (*City Tour*) por Olinda, bem como visita também ao sítio histórico do Recife, conhecido popularmente como Recife Antigo. Por parte da equipe de entretenimento, algumas das atrações noturnas envolvem oficinas de dança e apresentações artísticas correlatas ao frevo, dança popular que foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2007.

Feirinha de Artesanato

A exemplo do que acontece no empreendimento do Cumbuco, Em Suape também existe a feirinha de artesanato dentro do empreendimento. Ali, trabalham oito artesãs comercializando seus produtos para os hóspedes, exemplificado em rendas de bilro, labirinto e Richelieu. Bonés, chapéus e souvenirs diversos também integram os produtos de comercialização. (Figura 31).

Figura 31– Feirinha de artesanato do Vila Galé Eco Resort do Cabo.



Fonte: Acervo da autora (2018)

5.6.1 A comunidade e o olhar sobre a Valorização Cultural

Cumbuco

Conforme Hall (2006), cultura abrange todo aquele complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também por fazer parte de uma sociedade da qual é membro. Baseado nessa assertiva, pode-se destacar frente as características culturais da comunidade do Cumbuco, a aptidão para a atividade pesqueira e suas celebrações correlatas, tais como a Festa de São Pedro, que conforme a crença católica é o padroeiro dos pescadores. Práticas também, de danças como a capoeira¹⁴ e o coco de roda¹⁵, além do próprio *kitesurf* ser uma característica marcante da comunidade. Outra festividade cultural importante é a realização no mês de julho da “Regata”, competição esportiva entre os pescadores, que lançam ao mar paquetes¹⁶ e jangadas¹⁷ premiando aquela que

¹⁴ A *capoeira* é uma expressão cultural brasileira que compreende os componentes arte-marcial, esporte, cultura popular, dança e música.

¹⁵ Dança tradicional das localidades litorâneas do nordeste brasileiro, surgida a partir do ritmo originado da quebra dos cocos para a retirada da amêndoa.

¹⁶ Embarcação de vela.



¹⁷ Embarcação de madeira utilizada por pescadores artesanais da Região Nordeste do Brasil.

concluir o percurso pré-estabelecido em menos tempo. A “Regata” é comemorada em referência ao encerramento das festividades de São Pedro.

Quanto a isso, houve um destaque ao apoio realizado pelo Terminal de Múltiplo Uso do Porto de Pecém (TMUT), situado no município vizinho a Caucaia chamado São Gonçalo do Amarante. Conforme representantes da associação de pescadores, a CEARÁPORTOS, empresa permissionária responsável pela gestão do Porto do Pecém, lançou um chamado Programa de Educação Ambiental (PEA) e seus respectivos Subprogramas: Compensação da Atividade de Pesca (PCAP) e Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT), com foco na Área de Influência Direta (AID), das atividades portuárias.

Assim, uma série de propostas foram definidas e dispostas em documento oficial pela empresa privada MRS Estudos Ambientais LTDA, dispostas a seguir (Tabela 4), além do destaque dado ao apoio nas atividades culturais dos municípios, lançando um programa chamado “Vivências”. Tais experiências acontecem na praça central da localidade de Cumbuco, onde grupos de Capoeira, Coco de Roda, além de outras atividades culturais tem suas apresentações financiadas pelo TMUT, favorecendo uma rica troca cultural entre as comunidades e corroborando com o fortalecimento das tradições.

Tabela 4 – Propostas específicas para a comunidade de Cumbuco- TMUT.

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;">  <div style="text-align: center;"> <p>Programa de Educação Ambiental e Subprogramas de Compensação da Atividade da Pesca e Educação Ambiental para os Trabalhadores Plano Básico Ambiental da Ampliação do Terminal de Múltiplo Uso - TMUT Porto de Pecém</p> </div>  </div>			
Proposta	Argumento	Complemento	Encaminhamento da Proposta
Apoiar o projeto “Bom de Bola, Criança na Escola”, em execução pela Colônia de Pescadores Z 07, em Cumbuco.	Gerar alternativa ocupacional e educacional para jovens da comunidade de Cumbuco.	Atualmente o projeto atende a 40 jovens da comunidade oferecendo práticas de futebol e com apoio da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) almeja ampliar para 100 jovens e contemplar outras práticas esportivas como capoeira, vôlei etc.	Recomendação para reforma do campo de futebol utilizado pelo Programa, uma vez que não foi contemplado no Programa da CSP, atuando em complementaridade a este
Capacitar pescadores e barracas de praia para a coleta seletiva de resíduos sólidos	Necessidade de diminuir o lixo na praia e gerar renda para os pescadores e marisqueiras.	As ONGs Centro de Convivência Don Helder e Instituto de Formação Empreendedora e Educ	Verificar interesse das demais comunidades de pescadores e m integrarem o projeto, bem c

.	A COELCE (Companhia Energética do Ceará) desenvolve um programa que troca lixo reciclável por bônus na conta de energia elétrica	ação Permanente (IFEE) atua na coleta seletiva de resíduos sólidos e se propõem a apoiar esta iniciativa.	como envolver escolas públicas na coleta de lixo reciclável e doação para pescadores
Apoiar a realização da tradicional “Regata”, no mês de julho.	Festividade tradicional da comunidade de pescadores, fortalecendo a sua identidade.	Nos últimos anos a regata perdeu o apoio da Prefeitura e tem-se realizado precariamente, com esforço da Colônia que mobiliza vários parceiros para apoiar o evento.	Levantar os itens que já são apoiados e o Programa fornecer complemento para a realização da regata, incluindo na programação abordagem dos temas transversais.
Implantar o Projeto de Recifes Artificiais ou elaborar e implantar novo projeto com atratores marinhos.	Compensação à diminuição da oferta de certos tipos de pescado e ao aumento do esforço de pesca durante o período das obras de ampliação do TMUT (restrições de pesca próximo ao Terminal e alteração das rotas pesqueiras).	O projeto de recifes artificiais constitui a proposta do PBA de licenciamento do CIPP. Os atratores marinhos são estruturas flutuantes que atraem a vida marinha ao longo da borda continental, principalmente as espécies migratórias	Está contemplado pela CEAR ÁPORTOS
Construir um galpão de apoio à atividade pesqueira na praia de Cumbuco.	Pescadores necessitam de local de apoio para a reforma dejangadas, depósito de material e equipamentos etc	A maior dificuldade encontrada para a construção do espaço é o terreno, uma vez que a Petróbrás já havia se disposto a realizar a construção, mas não houve a disponibilidade do terreno.	Necessário verificar a possibilidade de cessão de terreno pela Prefeitura de Caucaia como condição para viabilizar a construção.

Fonte: Programa de Educação Ambiental TMUT – Cearáportos. Disponível em: www.cearaportos.ce.gov.br/.

Os representantes legais questionam inclusive, a ausência de projeto semelhante advindos do resort, que baseado nas necessidades da comunidade, venham a definir propostas e posteriormente concretizar sua efetivação. Não consta aos munícipes nenhum apoio as festividades culturais da comunidade advindas do grupo Vila Galé.

Frente a perda de apoio da prefeitura a competição das “Regatas”, o Vila Galé comprometeu-se na doação de uma embarcação ao pescador vencedor, não sendo possível a visualização da concretização antes do término da pesquisa.

Guarajuba

No que se refere a cultura local, além da pesca e suas atividades correlatas serem extremamente expoentes, assim como na comunidade de Cumbuco, sobretudo associadas aos festejos católicos das festividades de São Pedro, outro aspecto marcante a comunidade é o artesanato em renda, tecido

transparente de malha aberta, fina e delicada, que forma desenhos variados com entrelaçamentos de fios de linho, seda ou algodão.

Por ser prática dominada e inerente a diversas famílias da localidade, foi organizado ainda na década de 90, uma Associação de Costureiras de Monte Gordo, com o intuito de difundir e trocar conhecimentos e experiências, além de concretizar um viés para comercialização. Posteriormente, apoiadas pela Prefeitura de Camaçari, surge a Feira de Artesanato de Guarajuba, lócus para exposição dos produtos em crochê, bordados, objetos em cerâmica, biscuits, palha, pintura em quadros. Além disso, são vendidos alimentos e realizados shows com bandas ao vivo todos os fins de semana.

O apoio a iniciativa advindo do Vila Galé, se deu no ano de 2017, por intermédio do anteriormente supracitado Instituto Imbassaí, que organizou uma de suas turmas para corroborar no planejamento, organização e execução de um projeto de melhorias na sede da associação de costureiras (figura 33)

Figura 32– Jovens do Instituto Imbassaí em auxílio a associação de costureiras.



FONTE: Imagem autorizada e concedida por lideranças comunitárias. (2018)

Ademais dessa ação pontual, não foi relatado nenhum outro apoio as bordadeiras ou qualquer outra atividade para valorização da cultura local.

Suape

Baseada também na cultura da pesca e suas expressões correlatas, Suape tem como grande propagação de sua Cultura a Festa da Ouriçada. Segundo De Oliveira e De Andrade (2013), a Festa da Ouriçada surgiu da crença local do catolicismo popular vinculada à devoção a Santa Luzia, conhecida como a protetora dos olhos e padroeira da localidade, de que quem fosse pescar em seu dia (13 de dezembro) ficaria cego. Respeitando a crença, esta comunidade passou a se dedicar nesse dia a catar ouriços-do-mar e realizar a festa em devoção à santa. A festividade é uma tradição no município desde 1960, e é realizada sempre no mês de dezembro, alto período de pesca dos ouriços.

Conforme os relatos, o desenrolar das festividades acontece em três dias, o chamado tríduo, sendo o dia 13 de dezembro o da grande celebração. Logo nas primeiras horas do dia, os pescadores se concentram na praia de Suape, com todos os equipamentos necessários para a coleta do Ouriço e aproveitando o fenômeno chamado por eles de baixa-mar, visto que todo o processo acontece no recife de corais, precisando das condições climáticas favoráveis. O deslocamento para os recifes do local da coleta é feito de barco, como uma espécie de procissão marítima, e ao término, eles voltam com seus barcos a praia de Suape, para embarcar mulheres e crianças em direção a chamada Ilha da Cocaia, localidade vizinha a Suape, que guarda uma gruta em homenagem a santa.

Chegando à Ilha, uma grande fogueira é feita para o preparo do Ouriço, o qual está pronto para o consumo quando o calor do fogo faz cair os seus espinhos. A posteriori, acontece um processo de quebra semelhante à do caranguejo, onde a parte comestível é separada e levada a um grande caldeirão com verduras, vinagre, azeite e farinha. A mistura de todos esses ingredientes é o que compõe a Ouriçada. Assim, o prato é servido gratuitamente para todos os participantes do festejo, em grande celebração. Ao fim da tarde, a procissão dos barcos retorna a Suape, onde a festa é encerrada com apresentações artísticas e culturais na praça principal da comunidade.

De acordo com o exposto, em gestão anterior do empreendimento, o resort colaborava com os festejos na doação de mantimentos e patrocínio de apresentações artísticas que participavam do encerramento da festa na praça, além de haver uma divulgação da festividade dentro do resort, o que incitava a

curiosidade dos turistas e os levavam a sair do equipamento para acompanhar, fotografar e participar da tradição. Ao que consta nos relatos, quando o Grupo Vila Galé assume, não continua o apoio a festa ou qualquer outra atividade cultural inerente a comunidade.

5.7 Práticas de Gestão Ambiental dos Resorts

VG Cumbuco

O Vila Galé Cumbuco possui uma estação de tratamento própria de água e esgoto, no intuito de gerir seus resíduos, que se localiza a cerca de 2km depois do empreendimento (figura 33). O resort obtém sua água através de poços, bombeada até a estação de tratamento. Existe uma política de reutilização, desenvolvendo-se um sistema que a água utilizada vai para um lago artificial construído no interior do resort, de onde é retirada para se regar as plantas.

Figura 33 – Estação de tratamento de água e esgoto do resort.



Fonte: Acervo da Autora (2018)

Quanto à coleta de resíduos, atualmente é feita diariamente por uma empresa privada. Conta-se que houve uma tentativa de parceria com a prefeitura, no ato de instalação de um chamado “Eco ponto” no Cumbuco, que se responsabiliza pela coleta de alguns materiais. O resort começou a ir deixar os seus resíduos para reciclagem no local, porém a alta demanda não pode ser suportada, rompendo-se

assim a parceria. Expõem-se ainda, que a reparação de resíduos é incentivada, inclusive no refeitório dos funcionários, onde lixeiras diferenciadas são dispostas para separação do material.

VG Marés

Replântio da Mata Ciliar

Como já comentado anteriormente, o resort Vila Galé Marés está inserido na APA Lagoas de Guarajuba, a qual é composta, segundo Dias (2016) por uma planície arenosa e cobertura vegetal pertencente ao ecossistema Restinga, o qual está incluído no Bioma Mata Atlântica. De acordo com Rocha et al (2003), as restingas são mais características nas baixadas litorâneas e são ambientes frágeis em razão da natureza do solo caracteristicamente pobre, composto em sua maioria por areia inconsolidada e áreas com considerável nível de salinidade.

Na área compreendida pelo empreendimento, a predominância é de uma faixa de Restinga Arbórea, que segundo a Resolução CONAMA nº 417, de 23 de novembro de 2009, é uma vegetação densa com fisionomia arbórea, estratos arbustivos e herbáceos geralmente desenvolvidos e acúmulo de serapilheira, comportando também epífitas e trepadeiras.

Por conta das obras de construção do empreendimento, parte dessa vegetação foi desmatada e um programa de recuperação foi instaurado meses depois, onde ocorreu o replântio de espécies. Para medir a eficácia da ação, especialistas visitaram *in lócus* a área do trecho revegetado e segundo Dias (2016) analisaram os seguintes aspectos: diversidade de espécies plantadas, checagem da ocorrência natural de cada espécie, porte do componente arbustivo-arbóreo, altura do dossel, presença de epífitas, espessura da serapilheira, presença de estrato intermediário e ocorrência de espécies ruderais¹⁸ no estrato inferior.

Como resultado, os especialistas constataram que a cobertura vegetal que foi recomposta encontrava-se em um estágio avançado de regeneração, com ocorrência de alguns trechos em estágio médio e inicial. Logo, a finalidade da revegetação foi atendida, com recuperação da estrutura de floresta (composição de

¹⁸ espécie vegetal que é a primeira a colonizar áreas degradadas

espécies e complexidade) e das funções ecológicas (ciclagem de nutrientes e biomassa) do ecossistema.

Embora não tenha sido possível descrever os métodos de plantio, manutenção e monitoramento que foram empregados a época da execução do replantio, os especialistas julgaram o resultado satisfatório e propuseram, para os trechos que encontravam-se em estágio inicial, um enriquecimento da vegetação, com espécies clímax da Restinga, tais como: “maçaranduba”, “amescla”, “araticum, dentre outras, tomando os devidos cuidados de coroamento, adubação, controle de pragas e irrigação.

Para o descarte de resíduos sólidos é contratada uma empresa privada de limpeza, que faz a coleta diariamente. Em referência a doação de alimentos sobressalentes para a comunidade, foi afirmado não haver essa prática, não sendo informado também qual a destinação dada.

VG Cabo

Coleta Seletiva

O resort conta com coleta seletiva em todos os seus ambientes, além de espaços dentro do empreendimento destinados a separação desses materiais. (Figura 34) Papelões, óleos e garrafas pets são reutilizadas em atividades intituladas oficinas, onde as crianças aprendem a desenvolver materiais a partir do que pode ser reaproveitado. O sobressalente desse material, é recolhido por ONG's responsáveis por reciclagens, além de existir também a parceria com uma ONG para recolhimento de sobressalente de comidas, instituição essa, que destina o alimento para animais. O resort relata ainda, que antes de iniciar a caminhada com os hóspedes, eles são levados até essa estação de separação dos materiais, para entender as atividades sustentáveis das quais o empreendimento participa.

Figura 34 – Triagem de materiais para reciclagem dentro do Eco Resort.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Estação de Tratamento de Água e Esgoto

Dentro das dependências do empreendimento, existe uma estação de tratamento de água e esgoto (Figura 35), que conta com a presença de técnicos responsáveis por monitorar a qualidade da água, visando seu descarte apenas dentro das condições ideais permitidas pela legislação. Por estar a estação, dentro das dependências do empreendimento, nas atividades que englobam o deslocamento dos hóspedes, como a trilha cultural, e as visitas ao quintal ecológico e orquidário, eles passam pela estação e os técnicos conversam para apresentar

esse trabalho de responsabilidade ambiental, visto que o descarte da água do resort acontece diretamente no ecossistema manguezal.

Figura 35 – Central de Tratamento de Resíduos dentro do Resort.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

5.7.1 Alteração dos Aspectos Físicos com a presença do empreendimento sob o olhar das comunidades

Cumbuco

A comunidade não relatou nenhuma alteração visível quanto a qualidade da água, desmatamentos, diferenciações na fauna e flora, maior acúmulo de lixo ou acúmulo de esgoto em decorrência da presença do resort. Segundo o informado, há uma responsabilização do empreendimento quanto a essas questões. Elucida-se ainda, que nas proximidades do equipamento, existe uma forte presença de flora não-nativa, expoente pela espécie vegetal segundo Araújo (2011), intitulada de Casuarina Equisetifolia (figura 36), porém sua presença não se dá por responsabilização do resort, é sim, por um reflorestamento proposto e realizado pelo empreendedor João Bosco Aguiar Dias na década de 1980, visando repor Mata Atlântica.

Figura 36 – Espécie arbórea *Casuarina Equisetifolia* nas proximidades do resort.



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Guarajuba

Quanto aos aspectos físicos, os moradores afirmam não perceberem alteração na qualidade da água do mar, nem presença de mal cheiro ou resíduos sólidos que possam vir a afetar negativamente a comunidade. No que diz respeito a conflitos diretos entre comunidade-resort, os líderes afirmam ter acontecido apenas uma vez, quando os refletores de iluminação foram direcionados para a praia, podendo causar danos e alterações na área de desova das tartarugas. Os representantes do Projeto Tamar vieram a sensibilizar as lideranças comunitárias para a problemática e estes posicionaram-se em favor da ideologia apresentada pelo Projeto, o que culminou em manifestações na zona de praia que levaram a retirada dos refletores por parte do empreendimento.

Suape

Embora exista no interior do empreendimento uma estação de tratamento de água e esgoto antes da devolução *in natura*, essa restituição ocorre diretamente no ecossistema manguezal, sendo duramente criticado pela comunidade, afirmando-se com veemência que a qualidade da água e da pesca se alterou desde a implantação do empreendimento. Segundo consta, antes do resort, a captura do caranguejo e da ostra era possível nas proximidades do resort, e apresentava-se com considerável abundância. Após a instalação, com o desmatamento e despejo no mangue, além do mau-cheiro, a presença dos crustáceos ficou mais escassa, fazendo com que o pescador tivesse que se deslocar para outra zona para continuar a captura.

6 CONCLUSÃO

Pode-se concluir previamente que não existe ainda uma obrigatoriedade nas práticas de Responsabilidade Social em si, mostrando que isso impacta no fato dos resorts guardarem, semelhanças e diferenças, desde a sua gênese de implantação. Sendo os três construídos dentro de áreas de proteção ambiental e de relevante interesse paisagístico, dois deles (Vila Galé Marés e Vila Galé Cumbuco), são desde o seu projeto-piloto, pertencentes ao capital Vila Galé S.A. Já o terceiro empreendimento, é apenas gerido pelo grupo, que quando adotou o resort já o fez assumindo também as definições legais que o galardoavam como um eco-resort. Isso justifica o fato das distinções quanto a responsabilidade social, partirem das definições da gestão de cada município, não se alinhando, sob a justificativa de anacronismo, com os indicadores propostos pela ISO 26000 e o Instituto Ethos. Assim, as definições seguidas no ato de implantação, foram cláusulas dentro de ações outras, tais como o licenciamento ambiental, que apregoavam práticas que podem ser entendidas como tal. As ações sociais são associadas também, a políticas de diminuição de impostos e declarações de renda, sendo incentivadas também por conta dessa variável.

Nos três empreendimentos a fiscalização fica encarregada pela prefeitura de cada município e isso reflete-se no fato de embora pertencentes à mesma rede, logo, submetidos a gerenciamento e práticas semelhantes, existam particularidades na gestão da responsabilidade social entre os empreendimentos pesquisados.

Em referência ao Vila Galé Cumbuco, pode-se comungar as ações de responsabilidade social com a experiência do responsável pela equipe de entretenimento advinda da temporada em que o português atuou na rede no seu país de origem. O próprio português relata que em gestão dos empreendimentos no país de origem, a responsabilidade social é mais presente do que no Brasil, fato que talvez se justifique pela legislação mais branda nas terras brasileiras. O resort parece estar mais atuante dentro do cenário comunitário e atento as demandas, embora ainda existam solicitações relevantes advindas do panorama comunitário, e atividades extremamente similares, tais como a Ação Praia Limpa e a participação da comunidade no *I'm a Trash Hero*, que não acontecem em conjunto entre os entes, tampouco existe uma política de valorização do esporte *kitesurf*, tão comum e característico da região.

No que diz respeito ao Vila Galé Marés da Praia de Guarajuba, percebemos que as práticas são extremamente interligadas a cumprimentos de determinações da Secretária de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUR- Guarajuba) e das propostas articuladas com o Projeto Tamar. O contato com a comunidade ainda é pouco expoente e o grupo apresenta-se moderadamente insatisfeito com as práticas pouco expressivas do resort. O fato se agrava, quando pensado que no litoral baiano, diferentemente dos outros dois equipamentos que são únicos em sua região, o resort Marés convive com diversos outros empreendimentos em seus arredores, visto que poucos quilômetros o separam da Praia do Forte e da Costa do Sauípe. O fato é que outros equipamentos se articulam em mais ações do Instituto Imbassaí, enquanto segundo a gestão do Instituto o Vila Galé é o menos participativo. Comparado aos outros dois, o destaque do equipamento no solo baiano é para o procedimento quanto a contratação de colaboradores, mostrando-se expressivo quanto a formação profissional do seu quadro laboral.

Por fim, as ações do Vila Galé Eco Resort do Cabo, parecem ter sido desenvolvidas em sua grande maioria, em gestões passadas, que sinalizaram ser inclusive mais responsáveis socialmente que o próprio Vila Galé. Embora seja o resort que carregue o selo Eco, é o que apresentou mais conflitos, desde o processo de implantação, até os conflitos recentes com a comunidade, reflexos da falta de apoio nas festividades culturais e imposição da obra do Espigão, além de problemas de cunho ambiental com o descarte de resíduos no ecossistema manguezal, que modificou a dinâmica pesqueira da comunidade.

Pode-se concluir assim, que existem ações relevantes e distintas dentro dos três empreendimentos, mas que não estão diretamente relacionadas as definições propostas pela ISSO 26000 e as normas do Instituto Ethos, além de serem pouco expressivas enquanto motivadas por razões outras que não aquelas que partem da consciência de que a responsabilidade socioambiental é essencial para o convívio harmonioso da tríade empreendimento-comunidade-natureza.

No que se refere as ações de responsabilidade socioambiental constantes no site da Rede Vila Galé, pode-se fazer a seguinte análise no que foi até então pesquisado, quanto a continuidade das atuações em solo brasileiro:

Doação de 60 refeições diárias à Associação SOL e 50 refeições diárias à CASA - Centro de Apoio ao Sem Abrigo;

As duas associações supracitadas situam-se em Lisboa-Portugal, não sendo estendida tal prática as operações no Brasil. A ação mais semelhante, trata-se da doação de restos alimentícios para consumo animal pelo Eco Resort do Cabo. Assim, essa não condiz com a realidade brasileira.

Doação de 0,50 €, a instituições de solidariedade, por cada questionário de satisfação que é preenchido pelos clientes;

A doação existe, sendo convertida para a moeda local, no caso o real (para cada questionário respondido, 50 centavos doado). Fica a cargo do empreendimento a decisão se a doação será trimestral ou anual, sendo a opção anual empreendida nos três.

Doação de bens (mobiliário, eletrônica de consumo, fardas, têxteis, loiça) a diferentes instituições, por ocasião da remodelação ou reequipamento dos hotéis;

No caso dos resorts brasileiros, a doação não ocorre, do contrário, no ato de substituição da mobília, é feito um bazar para os funcionários para que eles possam estar adquirindo os bens a baixos custos. No caso do Vila Galé Cumbuco, existe a doação a pastoral dos bens de posse do setor de achados e perdidos.

Organização de iniciativas que envolvem os colaboradores em ações solidárias;

A Ação Praia Limpa operacionada no Vila Galé Cumbuco é uma ação que pode ser encaixada dentro dessa máxima, visto que não apenas os hóspedes participam, mas parte do grupo de colaboradores também é envolvida.

Cedência das instalações dos hotéis para ações de colheita de sangue;

A cedência ocorre, porém, os envolvidos são apenas os funcionários, não sendo a ação estendida aos hóspedes.

Contratação de empresas de economia social para alguns serviços;

Sem registro. O que foi relatado como enquadrado dentro dessa seara, é a cedência do espaço dentro do equipamento para a comercialização dos produtos das mulheres rendeiras.

Cooperação institucional para inserção sócio-profissional de pessoas potencialmente excluídas;

O Programa Jovem Aprendiz, atuante no resort Vila Galé Marés em parceria com o Instituto Imbassaí foi elucidado pelos gestores como um exemplo dessa prática.

Prestação de serviços a entidades/projetos com fins sociais, em condições graciosas ou simbólicas para realização de tarefas de suporte à sua atividade;

Os relatos do Vila Galé Cumbuco dão conta que parte da equipe de entretenimento do resort é cedida para participar animando algumas festividades tais como dia das crianças e natal na praça da comunidade. O pedido parte da associação de pescadores do Cumbuco.

Atribuição de ofertas por ocasião da realização de jantares de beneficência, promovidos por entidades de natureza social;

Sem registro.

Extensão das condições do clube Vila Galé a parceiros ou a beneméritos de entidades de natureza social.

Sem registro.

6.1 Sugestões Comunitárias para a responsabilidade social do empreendimento.

Baseado nas demandas e necessidades da comunidade, as lideranças apresentaram propostas que poderiam ser implementadas pelo empreendimento, que serão listadas a seguir:

Vila Galé Marés

1. Continuidade no oferecimento de cursos de capacitação no ramo hoteleiro para a comunidade. Embora exista o Programa Jovem Aprendiz, ele se limita ao âmbito de jovens em idade escolar, não favorecendo o munícipe fora dessa faixa etária.
2. Apoio financeiro aos projetos sociais desenvolvidos na comunidade, visto que, atualmente o resort não contribui com nenhum dos existentes.
3. Parceria cultural com a associação de pescadores de Guarajuba. A proposta aqui diz respeito a ser uma das atividades de entretenimento a chamada “Conversa com o pescador”. Pescadores entrariam no resort para socializar

seu conhecimento com os hóspedes, apresentar os tipos de anzóis, peixes existentes na região, curiosidades sobre a pesca, e em contrapartida, o resort compraria os peixes advindos da associação, valorizando assim o pequeno produtor.

Vila Galé Cumbuco

1. Articulação de projetos que envolvam a comunidade e o resort. Um exemplo seria a união do programa Ação Praia Limpa do equipamento com o I'm a Trash Hero da comunidade, sendo uma ação integrada e de resultados mútuos.
2. Patrocínio no evento Kite Juvenil Cumbuco, bem como uma valorização do esporte por parte do resort. Proposta de atividade de oferecimento de curso aos hóspedes, bem como conversas, vídeos e exposição de material que poderiam vir a refletir no entendimento por parte dos hóspedes da dinâmica climática do Cumbuco, condições ambientais, surgimento do esporte e noções de prática.
3. Articulação do empreendimento com a CEARÁPORTOS, visando uma parceria nas práticas de responsabilidade social em benefício da comunidade do Cumbuco.

Vila Galé Eco resort do Cabo

1. Proposta de banners elucidativos no interior do resort contando a história de Suape, bem como do sítio histórico da Vila de Nazaré, com fotografias e distâncias, articulados com a atividade de trilha cultural do empreendimento, para incentivar o hóspede ao conhecimento das riquezas históricas da localidade.
2. Incentivo e patrocínio a Festa da Ouriçada, estendendo o convite de participação na festa ao hóspede, para entender a cultura local e participar ativamente das atividades comunitárias.

3. Maior articulação com os entes comunitários, sobretudo nas tomadas de decisões, para prever e evitar conflitos, bem como, ações que possam vir a prejudicar ambientalmente e socialmente a comunidade.

Conclui-se ainda, a urgência de um diálogo, que venha em cadeia hierárquica, onde as ações da rede em Portugal, se verídicas, sejam estendidas também as operações da rede no Brasil, além de um diálogo aberto e contínuo entre a gestão do empreendimento e a comunidade, entendendo suas demandas, anseios e necessidades, para que o trabalho articulado aconteça. Assim, além de possível, o turismo socialmente responsável torna-se exatamente o que precisa ser: Real.

REFERÊNCIAS

- ABNT. ABNT NBR ISO 26000–**Diretrizes sobre Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.
- AFLALO, Hannah. O Instituto Ethos e a responsabilidade social: transparência e monitoramentos. **ECOPOLÍTICA**, n. 2. 2012.
- ANDRADE, José Célio Silveira et al. Conflitos e riscos socioambientais: análise de relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 2, p. 459-476, 2003.
- ARAYA, M. Negociaciones de inversión y responsabilidade social corporativa: explorando um vínculo en las Américas. **Revista Ambiente y desarrollo de CIPMA**, 19 (3), 2003.
- ARAÚJO, Thatiane Maria Souza. **Plantas Exóticas na APA do Lagamar do Cauípe –CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011
- ARNT, L.; MUNIZ, C. E. C. Turismo e responsabilidade social. In: VIII ENTBL – Encontro Nacional de Turismo com Base Local, Curitiba. **Anais...**, Curitiba, 2005. Disponível em http://www.ufjf.br/entbl2014/files/2014/11/Diagramau00E7u00E3o_VIII_ENTBL_Versu00E3o-Final_atualizada-17-12.pdf. Acesso em: 22 jan.2018.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (coord.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BAPTISTOTE, C. Tartarugas marinhas: Projeto TAMAR. In: Congresso de Herpetologia no Brasil, 1., 1994, PUC Belo Horizonte-MG. **Anais...** Belo Horizonte: Fundação Biodiversistas e Fundação Ezequiez Dias, 1994.
- BAER, W.A. **Economia brasileira**. São Paulo, Nobel, 1995.
- BELLIARD, Yves; LEGRAND, Claude. Le kitesurf, une innovation française. **Cahiers Espaces**, v. 280, p. 22-31, 2010.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora: Portugal, 1994. 336p.
- BORBA, Carla. **Turismo em Resorts**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005, p.94.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional do Turismo: uma viagem de inclusão**. Brasília:MTur,2008.
- BUCKLEY, R. (2002a). Tourism Ecocertification in the International Year of Ecotourism. **Journal of Ecotourism**, 1(Routledge), 197-203.

BUCKLEY, R. (2002b). Tourism ecolabels. **Annals of Tourism Research**, 29(1), 183-208.

CAMAÇARI, Prefeitura Municipal de. **História e problemas**. v. 1 e 2. Camaçari: SEPLAN; ATECPLAM, 1985.

CAMPOS, Catarina Isabel Silva. **Proposta de Implementação de uma Política de Sustentabilidade**: Hotel Vila Galé Cumbuco-Brasil. 2014. Tese de Doutorado.

CAVALCANTE, E. O. **Modernização seletiva do litoral**: conflitos, mudanças e permanências na localidade do Cumbuco (CE). Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2012.

CEPRAM (1991) - **Resolução nº 387** - Considera como Área de Proteção Ambiental (APA) a localidade denominada “Lagoas de Guarajuba”, no Município de Camaçari - BA. Conselho estadual de proteção ambiental do estado da Bahia (CEPRAM), Salvador,BA,Brasil. Disponível em http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/resolucao_cepram/resolucao_387_27_fevereiro_1991.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.

COELHO, N; COSTA, C; VILELA, M. **Avaliação do programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste do Brasil –PRODETUR/NE I**, na qualidade de vida da População de baixa renda no estado do Ceará. 2008. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/8.pdf. Acesso em 23 jan. 2019.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução Nº 417**. Publicada no D.O.U., Seção 1, nº224, de 24 de novembro de 2009, p.72.

CORIOLOANO, Luiza N. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 3 ed. Campinas: Papirus, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2014.

CRUZ, Rita de C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de C. A. **Geografias do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza, Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da cultura e Desporto do Ceará, 2002, 75p.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. ALVES, Larissa da Silva Ferreira. **Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território**. Fortaleza: Imprensa

Universitária, 2017. 84p.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste Brasileiro. **GEOUSP: Espaço E Tempo (Online)**, (22), 09-30. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74063/77705>. Acesso em 14 mar. 2018.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da imagem turística de fortaleza/ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, jan. 2009.

DE LAI, I. **Uma Proposta de Modelo de Referência para Mensuração da Sustentabilidade Corporativa**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) -Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2006

DE OLIVEIRA SANTOS, Juana; DE ANDRADE, Maristela Oliveira. Festa da Ouriçada e devoção a Santa Luzia na praia de Suape-PE: expressão sincrética e simbólica da biodiversidade e do território de pescadores artesanais (Sea Urching Festival and the devotion to Santa Lucia, on the beach of Suape, Pernambuco). **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 11, n. 30, p. 545-571, 2013.

DIAS, Jorge Kalil. **Relatório executivo da atividade de Revegetação da mata ciliar da lagoa de Guarajuba na área do hotel Vila Galé Marés**. Camaçari, 2016.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 714 p

ESTRELA, Ines Silva. **Relatório de estágio no Vila Galé Marés–Brasil: Delegar tarefas para melhorar desempenho no departamento de F&B**. Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Instituto Politécnico de Leiria, 2015.

FIGUEIRA, V. & DIAS, R. (2011). **A Responsabilidade Social no Turismo**. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

GAMA, José Bernado Fernandes. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Vol. I. Recife, Arquivo Público Estadual, 1977.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. 120 p.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2005. 142 p

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira. **Geoconservação: mapeamento, descrição e propostas de divulgação de trilhas geoturísticas no parque metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti - Cabo de Santo Agostinho/PE - Brasil**. Recife, 2013. 153 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Tecnologia e Geociências, Programa de Pós-graduação em Geociências, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

HANSING, Barbara; BONFATO, Antonio Carlos. **Resorts no Brasil: Evolução histórica e o comportamento das sub segmentações no biênio 2013/2014**. Centro Universitário Senac Santo Amaro. 2015.

IGNARRA, Luiz. Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ISRAELIAN, Eliane et al.– **Uma Introdução às Normas da Série ISO 9000**. São Paulo: Instituto de Química da Universidade de São Paulo, 1996.

MAGALHÃES, Denise Silva. **Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia: os dois lados da Rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”** /.Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2015.

MESQUITA, Ádamo de Figueiredo Nogueira. **Diagnóstico da reestruturação espacial e da dinâmica socioambiental provocadas pelo turismo na orla do Cumbuco – Caucaia – Ceará – Brasil**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza, 2013.

MILL, Robert Christie. **Resorts: Administração e Operação**. Trad. De Sônia Kahl. Porto Alegre: Bookman, 2003.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Ucb, 2003. 108 p. Disponível em: <http://goo.gl/LjJEa7>. Acesso em: 05 jun. 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Severino de. **Estudo dos impactos sócio-econômicos e ambientais do Complexo Turístico Enseada de Suape, PE**. Recife, mimeo, 1997.

PADILHA, Alana T. et al.. **Guia Ecoturístico: uso sustentável do patrimônio natural, histórico e cultural, promovendo o bem estar das comunidades envolvidas**. Camaçari: APA Rio Capivara; APA Lagoas de Guarajuba; SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2006. 56f. il.

PAIXÃO, Dario Luiz Dias. 1945, **A Belle Époque do Turismo Brasileiro: os Hotéis–Cassino na Era Getulista**. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Análises regionais e globais do Turismo Brasileiro. São Paulo: Roca, p. 867-883, 2005.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A Urbanização Vai à Praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PINHO, E. M. M. **A atuação do capital imobiliário em um distrito pequeno cearense**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará – UFC. 1981.

PIRES, Mário.Jorge. **Raízes do turismo no Brasil**. Barueri: MANOLE, 2002.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, Pe.** Tese (doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2007.

ROCHA, C.F.D.; H.G. BERGALLO; M.A.S. ALVES & M. VAN SLUYS. 2003. **A Biodiversidade nos Grandes Remanescentes Florestais do Estado do Rio de Janeiro e nas Restingas da Mata Atlântica.** São Carlos, RiMa, 160p.

ROSA, S.E. S. e TAVARES, M. M. **A Recente Expansão dos Resorts no Brasil,** BNDES Setorial. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.

SANTOS, Paulo Davide Garcia Espírito. **Avaliação da sustentabilidade da gestão de resorts.** Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira et al. Suape: novo polo de crescimento. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, 2013.

SANTOS, Juana de Oliveira. **Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a Festa da Ouriçada.** 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SASIDHARAN, Vinod; SIRAKAYA, Ercan; KERSTETTER, Deborah. Developing countries and tourism ecolabels. **Tourism management**, v. 23, n. 2, p. 161-174, 2002.

SOBRAL, Léa Ester. **Complexidade territorial e desenvolvimento: tendências e perspectivas da urbanização no litoral de Camaçari/Bahia/Brasil.** Universitat de Barcelona, 2009. Disponível em http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/41975/3/02.LES_CAP_2.pdf Acesso em: 28 fev. 2018.

SOUZA, Maria Fernanda et al. Quintais Agroecológicos: um Canteiro Fértil para a Germinação e Crescimento do Aprendizado. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 18, n. 4, p. 382-387, 2018.

TEIXEIRA, Ariele Salles. **O que é ISO?** Disponível em <http://www.blogdaqualidade.com.br/o-que-e-iso/> Acesso em : 05 nov. 2018.

TESSLER, Moysés Gonzalez; GOYA, Samara Cazzoli. Processos costeiros condicionantes do litoral brasileiro. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 17, p. 11-23, 2005.

TRIGO, L. G. G. **Viagem na Memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil.**São Paulo: Ed. Senac, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2011.

TURCATO, Jéssica Casali. **A ISO 26000 e a responsabilidade social na percepção dos colaboradores e do público externo local:** o caso da Endesa Cien. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul –UNIJUI, 2015.

TUV. **Certificação Eco-Hotel.** Sítio oficial da TUV Portugal, disponível em: http://www.tuv.pt/trp_Eco_Hotel.html. Acesso em: 05 abril. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará.** Fortaleza, 2017.

Vila Galé. **Hotéis Vila Galé.** Disponível no sítio oficial do grupo Vila Galé em: <http://www.vilagale.pt/pages/hoteis/?hotel=4>. Acesso em: 01 abril. 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado por Suellen Barbosa Machado, estudante do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (UFC) como participante de uma pesquisa. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Você está sendo convidado como participante da pesquisa: "RESPONSABILIDADE SOCIAL E TURISMO: A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E A REDE DE RESORTS VILA GALÉ NO NORDESTE BRASILEIRO." Essa pesquisa é importante porque tem como objetivo analisar como a comunidade percebe as práticas de responsabilidade social dos resorts Vila Galé no nordeste brasileiro, e de maneira mais específica, identificar semelhanças e diferenças na responsabilidade social da empresa nos três diferentes estados de atuação da rede, avaliar se as ações realizadas são coerentes com as necessidades e realidade da comunidade e ambientalmente responsável e por fim, propor possibilidades para melhorias nas práticas socioambientais.

Para fazer a pesquisa eu preciso que lideranças comunitárias dos municípios circum-vizinhos aos resorts Vila Galé Cumbuco em Caucaia-CE, Vila Galé Eco resort do Cabo em Suape-PE e Vila Galé Marés em Monte Gordo-BA e os gestores dos respectivos empreendimentos respondam as entrevistas correspondentes. Dentre os benefícios possíveis de serem gerados a partir dessas entrevistas, destaca-se a possibilidade de maior entendimento por parte tanto do empreendimento quanto da

comunidade a respeito dos conceitos e exercícios da responsabilidade socioambiental, bem como a possibilidade de fomento de diálogo entre os envolvidos, culminando na maior adequação de tais práticas em consonância com a realidade vivenciada.

A coleta dos dados deverá ocorrer nos meses de outubro e novembro de 2018 e gira em torno de 1 (uma) hora para sua realização. A entrevista possui perguntas simples, sendo 12 (doze) perguntas no caso de lideranças comunitárias e 30 (trinta) perguntas em caso de gestor do empreendimento e será gravada através do aparelho celular para facilitar possíveis transcrições que serão sigilosas na dissertação, sob a garantia que os pontos abaixo serão cumpridos:

1. Conforme As Diretrizes Éticas Internacionais para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, propostas pelo CIOMS, em 1993, sobre Consentimento Informado, a pesquisa caracteriza-se como de riscos mínimos aos participantes, pois não será realizada nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participarão das entrevistas, assegurando-se ainda, que seus dados pessoais e outras informações que possam identificar você ou a sua comunidade/empreendimento serão mantidos em segredo.
2. Você está livre para interromper, a qualquer momento, sua participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação ou danos.
3. Os resultados gerais da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos e podem ser publicados em congresso ou em revista científica especializada.
4. A pesquisa possui fins meramente acadêmicos, jamais visando ser prejudicial ou comprometer as partes envolvidas, de modo a servir para basear estudos e propor discussões no meio científico que resvale em melhorias.

A qualquer momento o senhor (a) pode ter informações referentes a pesquisa a partir do endereço institucional da responsável pela pesquisa:

Nome: Suellen Barbosa Machado

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Departamento de Ciências, Bloco 902, Campus do Pici, Fortaleza-CE.

E-mail: Suellenbmachado@yahoo.com.br

Telefones para contato: (85) 98582-1552/ (85) 997733219

Caso concorde em participar da pesquisa, ressaltando-se que não se receberá nenhum pagamento financeiro para a participação e acredite que todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre isso foram dadas, peço o seu consentimento através da assinatura deste Termo de Consentimento em duas vias, onde uma será de posse da pesquisadora responsável e outra será entregue ao senhor(a) como forma de garantia e futuras consultas.

O abaixo assinado _____,
 RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

_____,
 ____/____/____

Nome do participante da pesquisa _____ Data
 ____/____/____

Assinatura

Nome do Pesquisador _____ Data

___/___/___

Assinatura

Nome da testemunha _____ Data

___/___/___

Assinatura

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

APÊNDICE B- ENTREVISTA DESTINADA AOS GESTORES DO EMPREENDIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PRODEMA

Aluna: SUELLEN BARBOSA MACHADO
Orientador: EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS

Esta entrevista tem o propósito de levantar informações para elaboração da dissertação, trabalho final de pós-graduação, exigido pelo curso de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - UFC.

ENTREVISTA GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

- 1-Você considera o resort ambientalmente e socialmente responsável? O que justifica essa afirmação?
- 2- Na sua opinião, o resort afeta a comunidade negativamente em algum aspecto? Qual?
- 3-Já houve algum problema que necessitou ser gerenciado pelo empreendimento de cunho social ou ambiental (incêndios provocados pela retirada da vegetação, poluição de mananciais, conflitos comunitários)?
- 4- Existe alguma forma de proteção das áreas naturais? Se sim, de que forma? Qual a extensão da área protegida?
- 5-As áreas naturais protegidas têm sofrido algum tipo de pressão? Se sim, qual(is)? O que tem sido feito para sua conservação?
- 6-O empreendimento turístico utilizou ou utiliza matéria prima local (de valor biológico ou não) para a construção ou utilização no empreendimento? Se sim, de que tipo? O que tem sido feito para minimizar/coibir essa utilização?
- 7- De que maneira ocorre a atuação do poder público na fiscalização das práticas ambientais do resort? O que é exigido?

ENERGIA

- 1- Qual(is) a(s) fonte(s) de energia utilizada(s) no empreendimento?
- 2- O aumento da utilização de energia com a construção do empreendimento tem gerado algum tipo de problema? Se sim, qual(is)?
- 3- Os visitantes são incentivados a economizar energia? Se sim, de que forma?
- 4- O empreendimento utiliza ventilação e iluminação naturais de forma intensa?
- 5- O empreendimento possui uma frota de veículos que causa algum impacto negativo ou positivo? Qual(is)?

GESTÃO DE EFLUENTES/USO DA ÁGUA E DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- 1- O empreendimento é responsável pela coleta e processamento dos resíduos sólidos? Se não, que é responsável?
- 2- Existe alguma dificuldade relacionada à realização da coleta e processamentos de resíduos sólidos? Se sim, qual?
- 3- Que destino é dado aos resíduos sólidos?
- 4- Existe coleta seletiva?
- 5- Há alguma forma de reutilização dos resíduos orgânicos? Se sim, de que forma?
- 6- Qual a origem da água consumida pelo empreendimento?
- 7- Isso já afetou ou tem afetado a disponibilidade ou qualidade de água para a população? Se sim, de que forma isso tem ocorrido? Quais as ações mitigadoras?
- 8- Há utilização de águas pluviais?
- 9- Há ações educativas visando a economia de água para os visitantes ou os residentes?
Se sim, de que forma?

RELACIONAMENTO COM OUTROS ATORES LOCAIS

- 1- Como é o relacionamento com a população que reside nas proximidades do empreendimento?
- 2- O empreendimento possui algum programa educativo e/ou de visitas para a comunidade e/ou para turistas? Se sim, quais?
- 3- Há alguma iniciativa para apoiar a conservação, valorização e resgate da cultura e

tradições locais? Se sim, qual(is)?

4- Existe algum tipo de ação para que o visitante (turista) conheça e valorize a cultura

local? Se sim, de que forma?

5- Há participação da comunidade na gestão das áreas protegidas ou de atividades ligadas ao empreendimento? Se sim, como se dá esta participação?

6- A área protegida é aproveitada para a realização de alguma atividade (turismo ecológico, por exemplo)? Se sim, especifique o tipo de atividade?

7- Os visitantes recebem informações para valorizar e preservar o ambiente? Se sim, como isto é realizado? Qual a periodicidade em que os visitantes recebem estas informações?

8- Há algum programa de educação ambiental desenvolvido com a comunidade e os funcionários do empreendimento? Se sim, de que forma (quais as atividades desempenhadas)?

9- A instalação do empreendimento de forma direta ou indireta trouxe algum benefício nas áreas de saúde, educação, segurança, infraestrutura e economia aos agentes locais?

APÊNDICE C- ENTREVISTA DESTINADA AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PRODEMA
DIAGNÓSTICO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

Aluna: SUELLEN BARBOSA MACHADO

Orientador: EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS

Esta entrevista tem o propósito de levantar informações para elaboração da dissertação, trabalho final de pós-graduação, exigido pelo curso de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - UFC.

ENTREVISTA COMUNIDADE

Aspectos Sociais

- 1- Você lembra o que existia na área que hoje pertence ao empreendimento, antes da sua construção? (vegetação, comunidade, área preservada).
- 2- De alguma maneira a construção causou conflitos com a comunidade?
- 3- Você vê de maneira positiva o desenvolvimento do turismo por meio do empreendimento?
- 4- De alguma maneira o empreendimento afetou a dinâmica comunitária gerando conflitos ou benefícios?
- 5- O resort oferece algum retorno de maneira direta a comunidade (doação de mobília, incentivo em projetos sociais...)?
- 6- Os funcionários são pertencentes a comunidade?
- 7- De alguma maneira o resort valoriza a cultura local?
- 8- Houve ou há alguma forma de resistência da comunidades próximas ao Vila Galé com relação ao empreendimento turístico?

Aspectos Físicos

- 1- O empreendimento alterou a qualidade da água (do mar, de consumo)?
- 2- O empreendimento provocou desmatamentos?
- 3- A fauna (animais silvestres) tem diminuído com a presença do empreendimento?
- 4- O empreendimento gerou acúmulo maior de lixo que afete a comunidade?
- 5- O empreendimento gerou acúmulo de esgoto ou mal cheiro?

ANEXO A – TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

Título da Pesquisa: RESPONSABILIDADE SOCIAL E TURISMO: A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E A REDE DE RESORTS VILA GALÉ NO NORDESTE BRASILEIRO.

Pesquisador Responsável: SUELLEN BARBOSA MACHADO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 96585218.9.0000.5054

Submetido em: 19/02/2019

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Situação da Versão do Projeto: Aprovado

Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Saúde
Ministério da Saúde

Plataforma Brasil


principal sair


Público Pesquisador Alterar Meus Dados

SUELLEN BARBOSA MACHADO - Pesquisador | V3.2
Sua sessão expira em: 36min 01

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA





Título da Pesquisa: RESPONSABILIDADE SOCIAL E TURISMO: A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E A REDE DE RESORTS VILA GALÉ NO NORDESTE BRASILEIRO.
 Pesquisador Responsável: SUELLEN BARBOSA MACHADO
 Área Temática:
 Versão: 2
 CAAE: 96585218.9.0000.5054
 Submetido em: 19/02/2019
 Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1068423

+ DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação ↕	Pesquisador Responsável ↕	Versão ↕	Submissão ↕	Modificação ↕	Situação ↕	Exclusiva do Centro Coord. ↕	Ações
PO	SUELLEN BARBOSA MACHADO	2	19/02/2019	21/03/2019	Aprovado	Não	   

ANEXO B- OPINÁRIO VILA GALÉ STAR

Vila Galé STAR



Eu nomeio _____

porque _____

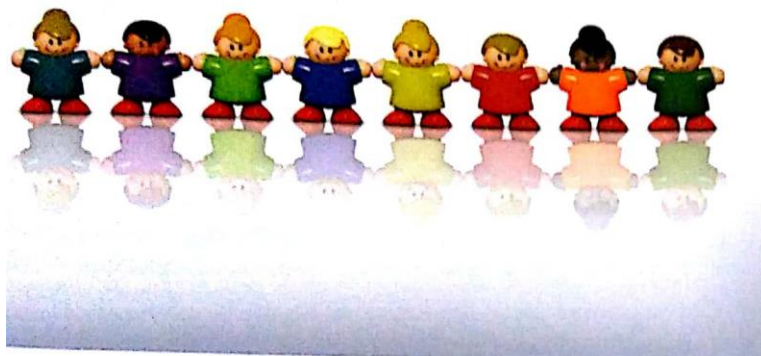
(Eu sou) _____

(Setor / Departamento) _____

(Assinatura) _____



ANEXO C- REGULAMENTO PROGRAMA INOVA E GANHA



INOVAR MOTIVAR

Inova e Ganha!

Vamos contribuir para a mudança do nosso grupo! Inovar e motivar é o nome do programa:

1. O programa visa incentivar a participação de todos no desenvolvimento da empresa, valorizando as suas ideias e sugestões, e criar um maior envolvimento e ligação entre todos os colaboradores e a Vila Galé.

2. As ideias ou sugestões recebidas até final de cada trimestre serão avaliadas por uma comissão de avaliação.

3. A comissão avaliadora, para efeitos de escolha, terá em conta os seguintes fatores:

- a) Inovação e originalidade
- b) Valor acrescentado para a empresa
- c) Custos de implementação
- d) Exequibilidade operacional

4. A avaliação das ideias será efetuada sem a comissão ter conhecimento do nome do colaborador que a apresentou.

5. A ideia vencedora será divulgada no

número do Feel Nep dos mês seguinte ao final do trimestre a que diz respeito.

6. Para participar basta preencher o formulário.

7. O impresso deverá ser remetido em envelope para o setor de Recursos Humanos de cada hotel.

8. As avaliações decorrerão entre os dias 1 e 10 do mês seguinte ao final do trimestre a que dizem respeito.

9. Para efeitos do presente programa considerar-se-ão os seguintes trimestres:

Janeiro a Março;

Abril a Junho;

Julho a Setembro;

Outubro a Dezembro

10. O vencedor de cada trimestre será premiado com um cheque no valor de R\$ 300,00

11. A comissão avaliadora reserva-se o direito de não atribuir nenhum prémio caso não tenha sido apresentada qualquer ideia ou as ideias apresentadas não reúnam as condições para a atribuição dos prémios.



Salvador, 1 de Outubro de 2010

José António Bastos
(Diretor de Operações Brasil)

ANEXO D- LICENÇA AMBIENTAL VILA GALÉ GUARAJUBA

Licenciamento Ambiental
PORTARIA SEDUR

Página 1 de 2

PORTARIA SEDUR Nº
104/2016

EMPRESA / NOME
VILA GALÉ BRASIL ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA

PUBLICAÇÃO NO D.O.M
30/09/2016

VALIDADE
30/09/2020

ENDEREÇO

Praia de Guarajuba, Distrito de Monte Gordo, Camaçari-BA.

CNPJ/CPF

04.027.102/0003-13

MUNICÍPIO

Camaçari - BA

O Secretário de Desenvolvimento Urbano, no exercício da competência que lhe foi delegada e pelo o que confere a Lei Municipal nº 911, de 03 de setembro de 2008, Resolução CEFURAM nº 4.327, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Resolução CEFURAM nº 4.420, de 27 de novembro de 2015, e Resolução CEFURAM nº 4.046, de 29 de janeiro de 2010, no que couber e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10.589/2015, de 26 de junho de 2015, RESOLVE: Art. 1.º - Conceder a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, válida pelo prazo de quatro anos, à empresa VILA GALÉ BRASIL ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.027.102/0003-13, no endereço entre as Praias de Guarajuba e Itacimirim, Distrito de Monte Gordo, Camaçari-BA, para continuar operando um empreendimento hoteleiro, composto de 412 apartamentos e de 97 chalés, denominado Vila Galé Marés Resort Hotel, em uma área total de 157.650,00m², sendo área construída de 39.193,36m²; área ocupada de 26.297,60m², inscrito na ZIT 2. MG-ZU-4, Macrozona de Itacimirim, cuja, diástrico de Monte Gordo, nas coordenadas geográficas: UTM P1: 0602516; 8502519 SAD 69. Esta licença está sendo concedida, mediante o cumprimento da legislação vigente e das seguintes condicionantes: I - operar a atividade, de acordo com o projeto apresentado a este órgão, devendo a empresa atuar sempre de forma preventiva, em relação aos riscos referentes ao homem e ao meio ambiente, buscando soluções baseadas em tecnologias limpas; II - promover periodicamente junto aos funcionários, Programas de Educação Ambiental e treinamento quanto à aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, Plano de Atendimento às Emergências - PAE e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPARA; III - apresentar à SEDUR, quando do requerimento de renovação desta licença, a documentação comprobatória dos resultados obtidos e atualização dos planos e programas da empresa; IV - apresentar, a CMA/SEDUR, no prazo de 120 dias: a) Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB; b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; c) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPARA; d) Programa de Educação Ambiental - PEA; e) Programa de Proteção Contra Incêndio, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora NR-23 do Ministério do Trabalho e Emprego; V - aplicar as normas da Vigilância Sanitária em todo o empreendimento; VI - direcionar os efluentes domésticos para a rede de coleta de EMBASA; VII - coletar e promover a separação sistemática dos resíduos sólidos e destina-los a unidade de reaproveitamento, conforme estético a ser estabelecido pela LIMPEC, sendo vedado o seu lançamento nos corpos d'água e/ou em qualquer outro local não licenciado, devendo ter como objetivo prioritário nessa ação a não geração e, secundariamente, a redução, recuperação, reutilização e reciclagem dos mesmos, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002; VIII - executar os projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais, com Acompanhamento Técnico da Obra - ATO, visando garantir o atendimento das normas técnicas pertinentes; IX - não ocupar nem modificar área de Preservação Permanente - APP, sendo vedado; edificar, instalar equipamento e/ou materiais, desmatar e/ou causar qualquer tipo de dano à faixa de preservação de corpos hídricos, conforme estabelecido a legislação vigente; X - respeitar o recuo de 50m, contados a partir da linha de preamar máxima; XI - apresentar, à CMA/SEDUR, no prazo de 60 dias, relatório executivo da atividade de monitoramento da mata ciliar, da Lagoa de Guarajuba; XII - monitorar



SEDUR
Secretaria de
Desenvolvimento Urbano
Coordenação de Meio Ambiente

Coordenador de Meio Ambiente

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Licenciamento Ambiental
PORTARIA SEDUR Nº 104/2016
 EMPRESA/NOME
VILA GALÉ BRASIL ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA

Página 2 de 2
 VALIDADE
30/09/2020

PUBLICAÇÃO NO D.O.M.
30/09/2016

ENDEREÇO Praia de Guarajuba, Distrito de Monte Gordo, Camaçari-BA.
 CNPJ/CPF 04.027.102/0003-13
 MUNICIPIO Camaçari - BA

periodicamente, o lago artificial, existente dentro da poligonal do terreno (UTM P1: 0602324; 8602677 SAD 69), para controle de proliferação da larva de insetos; XIII - Respeitar as normas e parâmetros estabelecidos nas legislações federal e estadual para a preservação das espécies de tartarugas marinhas, atendendo às diretrizes para a implantação do empreendimento, conforme estabelecido na anuência do IBAMA/TAMAR; XIV - fica proibido o lançamento nos corpos d'água, dos efluentes resultantes da limpeza dos filtros das piscinas e dos efluentes sanitários; XV - apresentar à CMA/SEDUR, no prazo de 120 dias, outorga, emitida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA do Estado da Bahia, em caso de: utilização de poços ou fontes naturais; lançamento de efluente em corpo hídrico; construção de estruturas ou realização de obras em mananciais. Durante esse período, utilizar exclusivamente, o fornecimento de água pela EMBASA, como fonte de abastecimento do empreendimento; XVI - garantir a estanqueidade das unidades que compõem o sistema de esgotamento sanitário; XVII - atender aos parâmetros urbanísticos e ambientais vigentes e demais disposições contidas nas normas e regulamentos administrativos deste Município; XVIII - Requerer previamente à SEDUR, a competente licença para alteração que venha a ocorrer no projeto ora licenciado, conforme Lei Municipal nº 913/2008, de 03 de setembro de 2008.

Art. 2.º Esta Licença refere-se à análise de viabilidade ambiental de competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, cabendo ao interessado obter a Anuência e/ou Autorização das outras instâncias no âmbito federal, estadual ou municipal, quando couber, para que a mesma alcance seus efeitos legais.

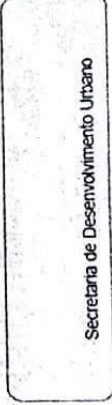
Art. 3.º Estabelecer que esta Licença, bem como, cópias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes acima citados, sejam mantidos disponíveis à fiscalização da SEDUR e aos demais órgãos do Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA.

Art. 4.º Esta Licença entrará em vigor na data de sua publicação.

SEDUR
 Secretaria de
 Desenvolvimento Urbano
 Coordenação de Meio Ambiente



Coordenadora de Meio Ambiente



Secretaria de Desenvolvimento Urbano